

ARLETE ASSUMPÇÃO MONTEIRO

O TRABALHO COMO AGENTE DE EDUCAÇÃO:

Um Estudo sobre a Educação numa Comunidade de Pescadores
em Santa Catarina/Brasil

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

SÃO PAULO — 1986

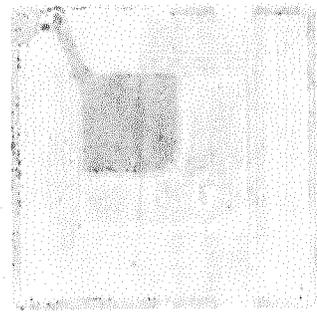
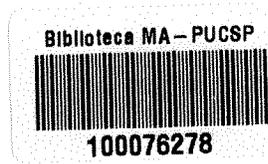
A 8352
EX-2

ARLETE ASSUMPÇÃO MONTEIRO



O TRABALHO COMO AGENTE DE EDUCAÇÃO:

Um Estudo sobre a Educação numa Comunidade
de Pescadores em Santa Catarina - Brasil



Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Supervisão e Currículo à Comissão Julgadora da Pontificie Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação do Professor Doutor Joaquim Pedro Villaça de Souza Campos.

São Paulo

1986

Comissão Julgadora:

Dedico este trabalho ao José Roberto por ter me ensinado a apreciar o mar, a sentir falta do mar...o que fez despertar a preocupação com aqueles que moram próximo ao mar.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, quero agradecer aos meus pais pelo empenho para que eu estudasse.

Expresso também meu agradecimento ao dr. Joaquim Pedro Villaça de Souza Campos, professor e amigo, por ter orientado esta tese.

À dra. Maria Christina S. Souza Campos, por ter aberto o caminho...

À dra. Myrtes Alonso, pelo apoio, amizade e preocupação com esta pesquisa.

Muito carinhosamente, agradeço à Luciana e ao Guilherme, meus amados filhos, pelos anos em que aguardaram que eu terminasse a "minha lição".

Um reconhecimento especial ao José Roberto, meu marido, pela companhia durante os trabalhos de campo, pela paciência, estímulo e colaboração.

À Alaide, minha irmã, pela disposição e capricho com que datilografava as minutas desta dissertação, sempre em reparos, e pela datilografia final.

Aos moradores do Araçá, pelo carinho com que sempre nos receberam, meu Muito Obrigada.

Enfim, a todos aqueles que, de diferentes formas, contribuíram para que este trabalho se concretizasse.

RESUMO

Diante da abrangência do processo educativo que ocorre através das diferentes agências da sociedade, este estudo visa apreender o educativo que se efetiva independentemente do sistema formal de ensino; tem como base a realidade de trabalho infante-juvenil executado por parcela representativa da população infantil e juvenil brasileira. É portanto um estudo que busca visualizar o que de educativo acontece juntamente ao desempenho do trabalho infante-juvenil.

É uma pesquisa que tem como preocupação norteadora a educação das crianças e jovens que se inserem nas populações que se dedicam ao trabalho da pesca na costa litorânea brasileira.

Em grande parte é fruto de uma pesquisa empírica iniciada em 1981 e findada em princípios de 1986 realizada numa comunidade pesqueira do litoral Sul brasileiro - A Vila do Araçá, Porto Belo, Santa Catarina.

Assim esta dissertação se baseia no real presenciado, contado, vivenciado e fotografado na intenção de oferecer contribuições para o estudo da educação, do trabalho infante-juvenil e das populações que se dedicam ao trabalho da pesca.

ÍNDICE

	Página
Introdução	12
1. Considerações sobre a trajetória inicial da pesquisa	14
2. Procedimentos metodológicos	23
3. Visão geral da dissertação	24
1º Capítulo: Educação e Trabalho: diferentes óticas	27
1. Da hipótese aos subsídios teóricos	28
2. Os estudos sobre educação nos últimos anos	29
3. Propostas e experiências da educação articulada ao trabalho	32
4. A educação formal desvinculada do trabalho	45
5. O trabalho	53
2º Capítulo: A seleção da área e das Técnicas	57
1. Seleção da área, objeto de pesquisa	58
2. Técnicas de coleta de dados	59
3º Capítulo: A comunidade do Araçá: caracterização	71
1. Localização, Situação Atual e Vida Cotidiana	72
2. A sabedoria da pesca: aspectos Históricos	87
3. Relações entre a população estudada e a população de origem: uma tentativa de delinear relações possíveis	91
4. O atípico da população pesquisada	97
4º Capítulo: O Município de Porto Belo	99
1. Aspectos Gerais	100
2. O homem, a sociedade e a atividade econômica	104

	Página
5º Capítulo: O processo de trabalho dos adultos:	
aspectos gerais (Araçá-Porto Belo, S.C.)	129
1. Introdução	130
2. O trabalho masculino na pesca	134
3. O trabalho feminino	146
6º capítulo: Trabalho infanto-juvenil e aprendizagem:	
processos concomitantes	149
1. Introdução	150
2. O Trabalho infantil e juvenil masculino:	
desempenho e aspectos educativos	150
3. Aproveitamento da mão-de-obra infanto-	
juvenil disponível feminina:	
mecanismo de aprendizagem	173
7º Capítulo: A escola e o trabalho infanto-juvenil:	
situação presente	183
1. O desempenho do trabalho e a escola	188
8º Capítulo: A especificidade do trabalho infanto-	
juvenil em relação ao educar	193
Conclusão	201
Anexo 1: Aspectos históricos do povoamento do	
Município de Porto Belo, Santa Catarina	207
Anexo 2: Principais festas, danças e crenças	227
Anexo 3: A pesca do atum	236
Bibliografia	239
Fotografias	265

ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES

1. <u>QUADROS</u>	<u>Quadro</u>	<u>Página</u>	
3º Capítulo	3.1	Produção de Pescado Desembarcado no Estado e no Município de Porto Belo de 1979 a 1984 em kg e locais de desembarque no Município	79
4º Capítulo	4.1	População residente por sexo e Zona Urbana e Rural	105
	4.2	População residente por grupo de idade	106
	4.3	População residente por nacionalidade	107
	4.4	População residente, por migração, no Município de residência atual	107
	4.5	Brasileiros natos oriundos de outros estados brasileiros (exceto Santa Catarina).	108
	4.6	Brasileiros natos oriundos de outros estados brasileiros	109
	4.7	Pessoas não naturais do Município onde residem por tempo de residência no Município	109
	4.8	População residente por cor	110
	4.9	Religião	110
	4.10	Produção de Pescado desembarcado no Estado e no Município de Porto Belo de 1979 a 1984 em kg.	114
	4.11	Número de Estabelecimentos Rurais e Área	119
	4.12	Dados Gerais das atividades industriais e gêneros de indústrias 1980	120

	<u>Quadro</u>		<u>Página</u>
4º Capítulo	4.13	Dados Gerais das atividades industriais e gêneros de indústrias - 1970.	121
	4.14	Ensino de 1º Grau	123
7º Capítulo	7.1	Escola Isolada do Araçá	185
	7.2	Escola solada do Araçá retrospectiva 1974 a 1984	187
<u>2. MAPAS</u>		<u>Mapa</u>	
2º Capítulo	2.1	Localização do Município de Porto Belo no Estado de Santa Catarina	60
3º Capítulo	3.1	O Município de Porto Belo: comunidades, rodovias, etc.	73
	3.2	Carta Marítima 1810 Localização da cidade de Porto Belo, Santa Catarina e, Enseada da Caixa D'Aço	76
	3.3	Parte da Carta marítima 1810 - Enseada da Caixa D'Aço. As duas praias que formam o Araçá	77
4º Capítulo	4.1	Porto Belo, Santa Catarina, distância(em km), de algumas capitais brasileiras e localidades vizinhas	101

3. FOTOGRAFIAS

	Página
2º Capítulo: Foto 1 - O Araçá (vista do morro).	265
3º Capítulo: Foto 2 - A rede faz parte do cotidiano do Araçá	"
Foto 3 - Os moradores do Araçá	"
Foto 4 - A única rua do Araçá	"
Foto 5 - A Prainha.	"
Foto 6 - A Praia da Caixa D'Aço	"
Foto 7 - O lixo na praia e a criança	"
4º Capítulo: Foto 8 - Meninos trabalhadores.	"
6º Capítulo: Foto 9 - Meninos remando: pesca do arrastão	"
Foto 10- Menino tecendo rede	"
Foto 11- Meninos mergulhadores com o resultado do trabalho	"
Foto 12- Conchas à venda.	"
Foto 13- Carregadores de marmitas	"
Foto 14- O trabalho das jovens	"
7º Capítulo: Foto 15- Meninos camaradas no arrastão e alunos da escola local.	"

4. ILUSTRAÇÕES

6º Capítulo: Figura 6.1 - Arrastão de praia	152
-------------------------------------------------------	-----

INTRODUÇÃO

O trabalho infanto-juvenil é um fato na sociedade brasileira. É desempenhado por grande parte de crianças e jovens pertencentes às camadas menos favorecidas da população como um meio de adquirir recursos que auxiliam a suprir as necessidades vitais da família (1). No entanto, trabalho infanto-juvenil e educação escolar na sociedade brasileira não são planejados em consonância, em harmonia, visando à formação do indivíduo. A escola transmite a educação intelectualizada, divorciada da realidade sócio-econômica em que a própria escola e sua clientela infantil estão inseridas; a escola segue os ditames do sistema educacional mais amplo. Trabalho infanto-juvenil se processa motivado pelas necessidades e decisões do grupo familiar, na maioria dos casos.

(1) "No Brasil, de acordo com as estatísticas oficiais, mais de um quinto dos menores na faixa dos dez aos catorze anos e a metade dos que têm entre quinze e dezessete anos de idade inserem-se na População Economicamente Ativa"... "Com base em dados da Fundação IBGE, estima-se que a proporção de trabalhadores entre os menores na faixa dos dez aos dezessete anos teria passado de 20%, em 1970, a 30%, em 1977" GOUVEIA, Aparecida Joly, "O Trabalho do Menor: necessidade transfigurada em virtude", Cadernos de Pesquisa, São Paulo, (Fundação Carlos Chagas), nº 44, fevereiro de 1983, p. 56.

Pressupondo-se que o fazer, o desempenho de atividades, enfim, o trabalho propriamente dito como parte integrante da educação é um processo que leva ao saber, que desenvolve atitudes, a prática, a criatividade e se transforma num processo de transmissão de conhecimentos e de formação do indivíduo, esta pesquisa intenta apreender os aspectos educativos que se articulam no desempenho do trabalho infanto-juvenil no contexto atual da sociedade brasileira.

Cabe neste momento ressaltar que a preocupação com a educação que se efetiva através das diferentes agências educativas relaciona-se com o constante refletir a educação como professora da disciplina Sociologia no Centro de Educação da PUC-SP. O refletir, o discutir a prática docente, gerou a dúvida, o ato de duvidar da escola despertando o interesse em pesquisar os aspectos educativos que se desenvolvem desvinculados da instituição escolar.

Assim, frente à preocupação com a educação que se processa fora da escola associada à realidade de trabalho de porcentagem significativa de crianças e jovens da sociedade brasileira, este estudo enfoca basicamente as relações da educação com o trabalho.

1. CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRAJETÓRIA INICIAL DA PESQUISA

A idéia de se efetuar uma pesquisa focalizando a criança que está inserida nas populações pesqueiras da faixa litorânea brasileira tem suas raízes nas observações assistemáticas e no contato esporádico e espontâneo que durante muitos anos se manteve com pescadores e suas famílias em diferentes pontos do litoral brasileiro, mais especificamente no litoral paulista. O trabalho na pesca, a participação da criança nas lidas com o pescado, a situação de moradia, a função da mulher no desempenho do trabalho, muitas vezes conciliando a comercialização do pescado e as tarefas do lar e a educação das crianças tornaram-se preocupações constantes levando à decisão de se realizar um estudo mais profundo com essa parcela da população brasileira.

Com essas preocupações planejou-se efetuar uma pesquisa preliminar objetivando a formulação clara do problema que seria pesquisado segundo os procedimentos de um trabalho científico. A opção pela pesquisa preliminar como uma primeira etapa da investigação se deu intentando um correto início de pesquisa, já que não se tinha ainda tipo contato mais de perto, com o problema nem conhecimento de estudos já desenvolvidos a respeito.

A pesquisa preliminar englobaria um estudo de bibliografia relacionada ao foco de interesse, visitas, observações e entrevistas para ampliar o conhecimento do fenômeno a ser investigado como também na verificação da viabilidade da realização da investigação (2).

(2) Para planejamento e realização da pesquisa preliminar foram aproveitados os ensinamentos e orientações de SELLTIZ, Johoda, Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais, S.P., E.P.U. e Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

Assim, fez-se uma revisão na bibliografia até então conhecida, priorizando-se os estudos sociais que enfocavam as populações do mundo não urbano brasileiro; providenciou-se também tomar conhecimento dos estudos e pesquisas realizados que tratavam do homem que habita a costa litorânea brasileira e se dedica ao trabalho da pesca.

Em princípios de 1981 decidiu-se selecionar uma região do litoral brasileiro que apresentasse grupos de pessoas ligadas à atividade pesqueira para a realização posterior das visitas, dando-se continuidade à pesquisa preliminar.

A região escolhida foi o litoral do Estado de Santa Catarina, por ser um grande produtor de pescado no mercado brasileiro e por apresentar um considerável número de comunidades pesqueiras que muitas vezes sofrem pouca influência da sociedade urbana e industrializada do estado devido ao isolamento em que se encontram, em geral, pela dificuldade de transportes. Esse litoral já havia sido visitado durante o ano de 1971, época em que a BR-101 foi entregue ao tráfego, possibilitando atravessar o referido Estado próximo à costa com maior facilidade para se conhecerem as diferentes praias e vilas que nessa região se localizam. Em 1975 retornou-se a esse litoral e percebeu-se o acentuado crescimento da cidade de Camboriú que se tornou o centro turístico do litoral catarinense, atraindo turistas das principais cidades do Estado de Santa Catarina como também de outros Estados brasileiros, principalmente dos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Com o rápido crescimento de Camboriú, novas opções de trabalho surgiram como no comércio e na construção civil, afastando dessa praia o trabalho da pesca. Entretanto, as vilas e povoados litorâneos, mesmo próximos desse importante balneário do litoral catarinense, continuaram a sobreviver através do trabalho da grande maioria de suas populações nas atividades da pesca. Nessa ocasião, observou-se com frequência a práti-

ca de grandes arrastões de pesca nas praias e a criança aí presente como observadora ou mesmo participante da atividade dos adultos. No final de março de 1981, objetivando levar avante a pesquisa preliminar, partiu-se para a fase de visitas, observações e entrevistas nessa parte do litoral brasileiro, a fim de melhor se situar o problema a ser investigado. As visitas às diversas comunidades pesqueiras localizadas no extenso litoral catarinense detiveram-se principalmente nas comunidades localizadas entre aproximadamente 60km ao norte da cidade de Florianópolis, capital do Estado, até aproximadamente 20 km ao sul da referida capital, incluindo-se as comunidades localizadas em diferentes pontos da Ilha de Santa Catarina, mesmo as mais isoladas e de difícil acesso.

Durante essa fase observavam-se as lidas com o trabalho da pesca, realizavam-se entrevistas assistemáticas com pescadores, crianças, mulheres e jovens das comunidades pesqueiras.

Dentre as comunidades visitadas logo se destacaram os núcleos pesqueiros de Ganchos (Gancho de Fora, Gancho do Meio e do Canto do Gancho), localizados no Município de Governador Celso Ramos e alguns núcleos encontrados no Município de Porto Belo por seus elementos se dedicarem exclusivamente ao trabalho da pesca e atividades relacionadas à pesca e, principalmente, pela constante presença da criança nas atividades de trabalho.

As visitas efetuadas despertou o interesse em centralizar esta pesquisa na criança e no jovem que habitam a costa litorânea brasileira, selecionando-se como tema para estudo "O Menor, a Educação e o Trabalho".

Traçou-se como objetivo geral apreender como se relacionam a educação, o trabalho do menor e a sociedade numa comunidade cujo modo de produção se efetiva nas relações do indivíduo com seu ambiente e nas relações dos homens entre si, conjugados pelo trabalho da pesca.

Como esse objetivo, partiu-se para um estudo mais profundo sobre o trabalho infanto-juvenil e educação, buscando-se conhecer as pesquisas realizadas sobre o tema no Brasil. A bibliografia disponível possibilitou verificar que poucos são os estudos e pesquisas que focalizam o trabalho infanto-juvenil na sociedade brasileira, mesmo sendo este uma realidade histórica e concreta do contexto sócio-econômico brasileiro(3).

Dentre os poucos estudos efetuados sobre essa temática destacam-se aqueles feitos por juristas que tratam do trabalho dos menores de 18 anos e a legislação (4).

(3) Mapeando por décadas os estudos que mencionam o trabalho infanto-juvenil a partir de 1940 até a década de 70, Maria Helena Antuniassi conclui que na agricultura brasileira o trabalho infanto-juvenil está presente no cultivo dos mais diversificados alimentos e produtos como matéria-prima para a indústria e é exercido por crianças e jovens das diferentes regiões sócio-econômicas brasileiras. ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha, O Trabalhador Mirim na Agricultura Paulista, S. P., USP, 1981, tese de doutoramento, p. 12 à 29.

(4) "A maioria dos estudos sobre o trabalho infanto-juvenil foi realizada por juristas enfocando o trabalho do menor de 18 anos e a legislação" ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha, op. cit., p. 12.

O tema não aparece como foco central de análise nas pesquisas elaboradas por cientistas sociais brasileiros no período de 1940 até a década de 70 (5). Aparece somente como menções, apartes, relatos ou descrições de tarefas, principalmente em investigações que tratam da zona rural (6). A partir das publicações existentes verifica-se que, em princípios da década de 80, o trabalho infanto-juvenil continuou sendo um assunto pouco abordado por cientistas sociais e educadores. Nesse período, alguns estudos, que focalizam problemáticas do meio rural brasileiro, também dedicaram alguns apartes sobre a mão-de-obra infanto-juvenil, persistindo, portanto, a tendência dos anos anteriores. Exceção é a pesquisa de Antuniassi que tem como foco central de análise o trabalho infanto-juvenil e sua importância no setor agrícola do Estado de São Paulo (7). Se o trabalho da criança e do jovem na sociedade brasileira despertou pouco interesse em pesquisadores como objeto de investigação, mais raros ainda são os estudos empíricos que apresentam como temática a educação e o trabalho infanto-juvenil. Como marco, publicada em 1960, encontra-se a pesquisa efetuada por Clóvis Caldeira que objetiva conhecer como se dá a participação

(5) "O trabalho infanto-juvenil em geral e particularmente no meio rural não tem chamado muito a atenção dos cientistas sociais no Brasil a julgar pela quantidade de estudos publicados sobre o assunto" ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha, op. cit., p. 12.

(6) Ressalta-se aqui o artigo de MACHADO, Zahidé Neto, "Meninos Trabalhadores", Cadernos de Pesquisa, S.P., Fundação Carlos Chagas, nº 31, dez. 1979. A autora descreve diferentes trabalhos exercidos por crianças, relacionando a importância do trabalho infantil para a sobrevivência familiar. O artigo tem como base um estudo realizado em Salvador, na Bahia não sendo o trabalho infanto-juvenil o tema central.

(7) ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha, op. cit.

das crianças nas atividades agrícolas e analisa a relação entre o trabalho infanto-juvenil e a escola (8). Até o final de 70, poucos parágrafos sobre o trabalho da criança e do adolescente relacionados com a educação são encontrados em alguns estudos sobre o meio rural brasileiro (9), não sendo o assunto tema central das investigações realizadas no período. É somente em 1980 que um relatório elaborado por um grupo de pesquisadores da USP (10) enfocando os excluídos da escola tem o trabalho e a

(8) Partindo dos dados do Censo de 1950 e das Inspetorias Regionais de Estatísticas do IBGE, Clóvis Caldeira aborda o trabalho infantil e a escolarização no meio rural. CALDEIRA, Clovis, Menores no Meio Rural, CBPC/INEP, Rio de Janeiro, 1960, apud ANTUNIASSI, M.H.R., op. cit., p. 12. A autora apresenta uma breve síntese da obra de Caldeira nas pp. 13 e 14.

(9) Duas teses e um artigo devem ser referenciados:
 SPAGNOLO, Fernando, A escola rural em Barra do Corda, Expectativas e Realidade, Rio de Janeiro, PUC, 1979, tese de mestrado. O autor procura mostrar como se apresenta a escola rural de Barra do Corda, município do Estado do Maranhão, dedicando algumas linhas ao trabalho infanto-juvenil e à escola.

GRILLO, Antonio T., A Terra Tolhida - escola rural em área de produção familiar, Ribeirão Preto, S.P., FFCL "Barão de Mauá", 1978, tese de mestrado. Grillo pesquisou o município de Mumbuca, no Estado de Minas Gerais. Ver também o importante artigo de José de Souza Martins cujo material empírico foi obtido em entrevistas que realizou para outra pesquisa que não tratava do tema como foco central de investigação.

MARTINS, José de Souza, "A Valorização da Escola e do Trabalho no Meio Rural", Debate e Crítica, S.P., nº 2, janeiro-junho de 1974, pp. 112 a 132.

(10) FUKUI, Lia Freitas Garcia, SAMPAIO, Efigênia Maria Sales e BRIOSCHI, Lucila R., Escolarização e Sociedade: um Estudo de excluídos da escola, S.P., INEP/CERU, 1980.

educação enfatizados (11) (12).

Conclui-se assim que o trabalho da criança e do adolescente na sociedade brasileira ainda é um tema pouco abordado e que em algumas recentes pesquisas foi focalizado principalmente em população ligadas ao setor agrícola. Essa constatação reforçou o interesse pelo tema escolhido - o trabalho infanto-juvenil e a educação - assim como motivou ainda mais privilegiar o menor da área pesqueira neste estudo, uma vez que a criança que habita o litoral brasileiro não tem sido objeto de preocupações em pesquisas com enfoque educacional e tão pouco foi contemplada em outros estudos nos últimos anos.

Pensando particularmente nas crianças e adolescentes que se inserem nas populações que se dedicam ao trabalho

-
- (11) Dois estudos mais se aglutinam na construção da pequeníssima Literatura sobre educação e trabalho infanto-juvenil no Brasil: são as pesquisas elaboradas por Zeila Demartini e Alice Lang, tratando do tema no meio rural paulista e publicados quando esta investigação se encontrava em andamento.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri e LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo, Educação e Trabalho: Um estudo sobre os produtores e trabalhadores na agricultura paulista, S. P., CERU e FFLCH/USP, 1983, Col. Textos, 6.

Idem, Educando para o Trabalho: família e escola como agências educadoras, S.P., Edições Loyola, 1985.

- (12) Pode-se acrescentar também o artigo de Aparecida Joly Gouveia baseado em pesquisa realizada na área metropolitana de São Paulo.

GOUVEIA, Aparecida Joly, "O Trabalho do Menor: necessidade transfigurada em virtude", op. cit.

da pesca na costa brasileira, esta investigação intenta detectar contribuições no trabalho efetivo que grande partes dessas crianças já desempenha.

Tem como problemática a ser investigada apreender o processo através do qual as experiências adquiridas fora da escola e o trabalho da criança e do jovem se integram num processo educacional de suma importância para a formação do indivíduo.

Portanto, é uma preocupação em aventar o quê de educativo o trabalho real vivenciado pelas crianças e adolescentes na sociedade brasileira pode oferecer à educação integral do homem brasileiro do futuro.

Assim enfocando basicamente as relações da educação e do trabalho este estudo visa caracterizar determinadas formas de desempenho típicas do trabalho infanto-juvenil na situação real da pesca, para se proceder à análise do processo educativo por que passa a criança e o adolescente na aprendizagem da arte da pesca. Procura apreender o real no próprio trabalho do indivíduo, buscando interpretar as relações que se estabelecem entre o trabalho infanto-juvenil e a família e o grupo social, como agências de formação encarregadas da preparação do indivíduo que virá a ser um trabalhador do mar - o pescador.

Com essa trajetória algumas pretensões aglutinam-se a este estudo; pretende-se:

- mostrar o quanto de educativo se efetiva independente da escola;
- aumentar o acervo de conhecimentos sobre a educação das crianças das camadas menos favorecidas da população brasileira;
- oferecer contribuições no entendimento da cri-

ança que se dedica ao trabalho da pesca e de seu mundo, pois, carece de estudos essa realidade social brasileira;

- mostrar a importância da pesquisa empírica para melhor se apreender o educar;

- demonstrar o quanto de educativo pode se processar através do desempenho do trabalho e, principalmente,

- oferecer contribuições significativas para aqueles que buscam novos caminhos e soluções para a tão problemática educação brasileira na atualidade.

Definido o problema, e tencionando-se efetivar a pesquisa num dos núcleos pesqueiros do litoral sul brasileiro, partiu-se para uma série de estudos que serviriam de subsídios para esta dissertação, conforme especificação abaixo:

- a) - leitura de pesquisas e estudos teóricos sobre trabalho e educação, objetivando visualizar as diferentes óticas sobre o trabalho inserido ou não na educação;
- b) - estudos e pesquisas realizados em agrupamentos sociais não urbanos complementados com estudos sobre a evolução da família, da religião e da autoridade no Brasil, objetivando melhor entender a comunidade que serviria de amostra;
- c) - estudos sobre as dimensões da educação para se apreender como está sendo concebida a educação informal pois escola e trabalho na sociedade brasileira são realidades distintas e
- d) - tomar conhecimento dos estudos teóricos e pesquisas sobre a pesca com vistas à compreensão do homem do mar e de seu trabalho na sociedade brasileira.

Uma vez definido o objeto de investigação, formulada a problemática a ser pesquisada, traçados os objetivos e as pretensões deu-se por encerrada a fase da pesquisa preliminar, passando-se a centralizar a atenção para a efetivação da pesquisa propriamente dita.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa efetivou-se através de um estudo dos moradores do Araçá, núcleo pesqueiro que se localiza no Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, Brasil. O estudo iniciou-se em 1981, quando a comunidade foi selecionada como amostra, após serem visitados vários pontos do litoral catarinense e paulista, assim como o litoral sul paranaense. Adotou-se como procedimento não se identificar como pesquisadora durante os trabalhos de campo, efetuando-se entrevistas assistemáticas sem gravador, lápis e papel. Os dados coletados eram registrados "a posteriori". Observações e fotografias tiradas no decorrer do estudo serviram para complementar a pesquisa, além de outras entrevistas, também assistemáticas, realizadas com elementos não pertencentes ao núcleo objeto de estudo. Uma vez que o trabalho da pesca é uma atividade essencialmente masculina no Brasil, alguns dados foram coletados através da participação de um auxiliar de pesquisa em determinadas atividades de trabalho dos sujeitos deste estudo. Devido à distância do local de residência da pesquisadora - São Paulo, Capital - em relação à comunidade estudada, os trabalhos de campo se estenderam por alguns anos, pois eram efetuados em diferentes épocas do ano. Mesmo encerrada a fase de coleta de dados no início de 1985 e já estando em fase de redação da dissertação, achou-se conveniente complementar alguns dados, o que se fez no final de 1985 até princípios de 1986. Assim, pode-se dizer que o núcleo pesqueiro estudado foi acompanhado por vários anos, o que propiciou a apreensão de aspectos subjacentes inseridos na educação que se efetiva independente do sistema formal de educação.

3. VISÃO GERAL DA DISSERTAÇÃO

O presente estudo foi organizado em oito capítulos. No primeiro analisam-se os estudos mais importantes que tratam sobre a educação aliada ao trabalho e se tecem considerações sobre a educação formal e informal. Nesse capítulo objetivava-se mostrar a fundamentação teórica que serviu de base à pesquisa e possibilitou a interpretação dos dados coletados. No segundo apresenta-se como se selecionou a comunidade objeto de estudo e as técnicas de pesquisa utilizadas. No terceiro, caracterizou-se a comunidade na atualidade, enfatizando-se também os aspectos históricos visando uma melhor compreensão da comunidade, objeto de estudo. A preocupação com a historicidade se deu à medida que no decorrer dos trabalhos de campo foi-se desvendando um saber específico, um profundo conhecer do mar, do tempo e da pesca que subjacentemente se inseria no trabalho a ser desempenhado e influía no modo de vida, no cotidiano vivenciado. Uma vez que se pretendia oferecer uma visão mais ampla do contexto sócio-econômico onde a comunidade objeto de estudo se inseria, organizou-se um quarto capítulo onde foi feita uma caracterização do Município de Porto Belo, Santa Catarina, Brasil. No quinto e sexto capítulos teve-se como preocupação central apreender e analisar o processo de trabalho. No quinto, deu-se uma visão geral do trabalho dos adultos que, para maior clareza e devido à especificidade, foi apresentado dicotomizado segundo o sexo. O sexto é propriamente o cerne deste estudo. Seu objetivo foi descrever os trabalhos desempenhados por crianças, adolescentes e jovens a partir do que foi observado, fotografado, contado e vivenciado, para posterior análise dos aspectos educativos que se articulam com a execução do trabalho infanto-juvenil. O fato de se ter verificado a existência de diferentes formas de trabalho, algumas relacionadas à época do ano, permitiu analisá-las por sexo e, dentro do possível, por idade, para melhor

visualizar o educativo contido no seu desempenho real.

Uma vez que grande parte das crianças que trabalham estavam dentre da faixa etária escolar, segundo a legislação em vigor, e sendo a escola o único centro de ensinamento da leitura e da escrita, portanto, desempenhando um papel relevante na formação do indivíduo, fez-se no sétimo capítulo uma análise do trabalho infanto-juvenil em relação à escola, considerando o que foi detectado durante os anos em que se acompanhou a população objeto desta dissertação. Em decorrência do todo estudado, pesquisado e analisado, no oitavo e último capítulo desta tese demonstrou-se que um abrangente e complexo processo educativo ocorre através do desempenho do trabalho que as crianças e jovens executam, mesmo sendo este processo totalmente desvinculado do sistema formal de educação. Portanto, verificou-se que existe uma especificidade na educação que se efetiva através do trabalho infanto-juvenil, especificidade esta oriunda das necessidades de ofertar às novas gerações aquilo que faz parte da cultura do grupo, aquilo que a escola não dá.

Na conclusão mostrou-se que os dados apreendidos durante a pesquisa foram filtrados na análise, o que possibilitou visualizar o dinamismo, a riqueza, a historicidade e a importância do processo educativo que emanam do trabalho infanto-juvenil levando a concluir que - na comunidade pesquisada - o mesmo superou o caráter profissionalizante da educação para o trabalho e se transformou num amplo processo sócio-pedagógico. No entanto, limitações e desvantagens também foram detectadas, motivando reflexões quanto à visão de mundo ofertada, quanto ao que deve ser englobado para a formação integral do educando. Todavia, uma preocupação com o futuro da comunidade norteou uma parte da conclusão diante do que poderá ocorrer com a destruição desse processo educativo, construído através do tempo, processo esse que se tornou um dos alicerces

da comunidade estudada, portanto de suma importância para a sobrevivência do grupo, da cultura e das novas gerações. Essa preocupação foi gerada diante das mudanças que começaram a se processar nos últimos dois anos - portanto presenciadas durante este estudo - motivadas pela procura da região por veranistas de diferentes pontos do Brasil e de países vizinhos, pela busca de mão-de-obra local por grandes empresas de pesca além da captura exagerada de determinadas espécies, devido à solicitação do mercado consumidor, o que posará ocasionar sérios problemas ecológicos. Esses aspectos aglutinados poderão comprometer seriamente o futuro da comunidade pesqueira estudada.

Três anexos foram incluídos. O primeiro refere-se ao levantamento histórico do povoamento da região, efetuado a partir do fato que a comunidade selecionada para pesquisa não fazia parte da vivência cotidiana da pesquisadora, portanto, tornou-se necessário para melhor compreensão dos sujeitos deste estudo. O segundo descreve as crenças, danças e festas que ainda existem na comunidade. O terceiro anexo relata como se processa a pesca do atum ou do galhardo, atividade de trabalho que busca mão-de-obra jovem e que vem solicitando serviços de pescadores da comunidade estudada. Uma vez que tem atraído pescadores da região e é um trabalho remunerado onde o pescador não é proprietário dos bens materiais de produção, é o tipo de trabalho em que o pescador se transforma em operário do mar. Daí sua importância em ser incluído nesta dissertação, pois, é o germe da mudança que começa a se processar na comunidade estudada.

1º Capítulo: EDUCAÇÃO E TRABALHO: DIFERENTES ÓTICAS

1. DA HIPÓTESE AOS SUBSÍDIOS TEÓRICOS

Tendo como polo central de estudo o trabalho que grande parte das crianças e jovens que habita a costa litorânea brasileira desempenha e intentando encontrar os aspectos educativos nele contidos, procurou-se no rigor do método científico o caminho orientador para se efetivar este estudo.

A pesquisa preliminar como um procedimento que pode levar a decisão pelo tema de estudo, auxiliar na verificação da viabilidade da investigação e orientar, muitas vezes, na formulação do problema de pesquisa, nesta tese, fez transparecer o quanto carece de estudos o real trabalho desempenhado por crianças e jovens que se inserem nas populações pesqueiras da extensa orla litorânea brasileira, auxiliou na decisão do tema central do estudo - o Menor, a Educação e o Trabalho - e propiciou que o presenciado, associado com o estudo efetuado através da bibliografia disponível sobre o tema, orientasse a formulação da problemática a ser pesquisada. Assim, numa constante preocupação com o correto início de um trabalho científico e tendo-se também como eixo norteador a objetividade que se pode obter através dos procedimentos da metodologia científica e objetivando operacionalizar a proposta de investigação, formulou-se a seguinte hipótese de trabalho:

o envolvimento da criança e do jovem na atividade econômica básica da comunidade, ao mesmo tempo que se manifesta sob a forma de trabalho, assume características importantes do ponto de vista de sua formação, tornando-se, pois, educativo.

2. OS ESTUDOS SOBRE A EDUCAÇÃO NOS ÚLTIMOS ANOS

Contribuições em estudos e pesquisas sobre educação foram buscadas como condição essencial para que nesta investigação a análise tivesse um caráter científico. A bibliografia consultada levou-nos a constatar que a educação como objeto de estudo tem sido focalizada sob diferentes critérios e visões teóricas (13), ocasionando uma pluralidade de estudos que focalizam a educação com posicionamentos divergentes e, às vezes, conflitantes. No caminho trilhado encontrou-se Cândido Gomes (14) que, objetivando enriquecer o conhecimento da teoria para que a mesma pudesse instruir e guiar mais seguramente os caminhos da pesquisa em educação, se propõe o desafio de mapear as visões teóricas existentes na atualidade que focalizam as relações educação-sociedade e a escola como grupo social. Com esse intuito periodiza o pós-guerra até princípios de 1960 como o período em que se torna urgente a necessidade de integração interna da sociedade motivada pela competição entre as superpotências. O reflexo desse contexto social pode ser verificado nos estudos e pesquisas, o que faz germinar o que Gomes denomina de paradigma do consenso. Nesse paradigma a sociedade é entendida como "...um conjunto de pessoas e grupos unidos por valores co-

(13) SNYDERS, Georges, Escola, Classe e Luta de Classes, Lisboa, Moraes Editores, 1977.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri e LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo, Educação e Trabalho: Um estudo sobre produtores e trabalhadores na agricultura paulista, op.cit., p. 13 a 17.

(14) GOMES, Cândido, A Educação em Perspectiva Sociológica, S. P., E.P.U., 1985.

mun, que geram um consenso espontâneo" (15). No paradigma do consenso se situa o funcionalismo em Sociologia cujo maior teórico moderno é Parsons (16). Para o funcionalismo a educação é responsável pela socialização. A educação é tida como um processo pelo qual as pessoas adquirem conhecimentos e se engajam numa ordem de valores sociais (17). Paralelamente ao desenvolvimento do moderno funcionalismo em Sociologia desenvolveu-se, por volta dos anos 60, em Economia, a teoria do capital humano. A educação foi considerada como investimento, mecanismo de aumentar a produtividade e meio de produzir o conhecimento técnico tão necessário para o desenvolvimento econômico. Foi considerada também como veículo de ascensão social. "...a educação é um meio de mobilidade social, uma vez que mais altos níveis de escolaridade conduzem a mais altos níveis de renda" (18).

A partir de 1960, a sociedade presencia grande contestação dos padrões tradicionalmente estabelecidos e é marcada por lutas e dificuldades econômicas. A ordem é questionada, o conflito estruge. Nesse contexto surge o paradigma do conflito que tem como uma de suas fontes clássicas o marxismo e apresenta várias correntes como o neomarxismo, o neoweberiano, o utopismo e outras. Nessa visão, a sociedade é o local onde o conflito se dá. "A sociedade passa a ser vista basicamente como um conjunto de grupos em contínuo conflito, on

(15) GOMES, Cândido, op. cit., p. 17.

(16) Deve-se destacar que o precursor do funcionalismo foi Émile Durkheim que muito influenciou o moderno funcionalismo.

(17) GOMES, Cândido, op. cit., p. 28.

(18) GOMES, Cândido, op. cit., p. 28.

de uns estabelecem dominação sobre os outros" (19).

As abordagens teóricas do paradigma do conflito passam a ter, segundo Gomes, preferência nos estudos e investigações (20). Segundo o autor, a educação associada ao trabalho se evidencia na concepção de Marx (1818-1883).

A educação não é objeto central de análise em Marx; seus estudos voltam-se para a compreensão da totalidade social, centralizando o foco de atenção na organização econômica da sociedade. Sua contribuição está na análise que faz da totalidade social da qual é uma parte a educação. Marx associa trabalho produtivo e educação (21), assim como defende a educação gratuita (22).

(19) GOMES, Cândido, op. cit., p. 17.

(20) "Tal contexto, todavia, não determinou a sucessão de um paradigma por outro, mas a passagem do domínio quase absoluto do paradigma do consenso para o predomínio do paradigma do conflito" GOMES, Cândido, op. cit., p. 17.

(21) ROSSI, Wagner Gonçalves, Pedagogia do Trabalho: Raízes da Educação Socialista, S.P., Editora Moraes, vol. 1, pp. 115 a 130.

(22) Outras contribuições de Marx à educação são a defesa da educação pública e a proposta da educação politécnica. Segundo Gomes, a educação politécnica "...implica a combinação de trabalho e educação e tem sido interpretada de maneiras diversas" GOMES, Cândido, op. cit., p. 35.

3. PROPOSTAS E EXPERIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO ARTICULADA AO TRABALHO

Educação e trabalho co-relacionados no processo pedagógico efetivando-se na escola é um tema de estudo que muito preocupou os educadores russos nas décadas de 20 e 30 deste século. Idéias, propostas e relatos de experiências concretas vivenciadas por esses educadores só recentemente chegaram ao conhecimento do público brasileiro; nos dias atuais ainda, apenas uma pequena parcela dos educadores brasileiros tem conhecimento de Pistrak (23) ou do controvertido Makarenko (24). Entretanto, o conhecimento das idéias desses educadores como também de outros pedagogos que se preocuparam, em outros países, com a inserção do trabalho na educação como, por exemplo, Celestin Freinet (25), pode gerar reflexões, questionamentos, discussões abertas e democráticas, resultando em válidas contribuições na busca de caminhos, de direção e de soluções para os problemas da educação brasileira na atualidade, não só no sistema formal de ensino como também para instituições de proteção ao menor carente, infrator ou não.

(23) PISTRAK, Fundamentos da Escola do Trabalho, S.P., Editora Brasiliense, 1981.

(24) MAKARENKO, Anton S., El Camino Hacia la Vida (Poema Pedagógico), Montevideo, Ediciones Pueblos Unidos, 1945.

. De mi Experiencia de Trabajo, in MEDINSKI, E., Anton S. Makarenko, Su vida y creación pedagógica, Moscú, Edición de la Academia de Ciencias Pedagógicas de la RSFSR, 1949 e

. Conferências sobre Educação Infantil, S.P., Editora Moraes Ltda., 1981.

(25) FREINET, Celestin, A Educação pelo Trabalho, Lisboa, Editorial Presença, 1974, vols. 1 e 2.

. Para uma Escola do Povo, Lisboa, Ed. Presença, 1973.

As propostas de Makarenko, Pistrak e Freinet, cujo ponto convergente é o trabalho inserido na educação, são propostas educativas que vicejam como uma reação à educação intelectualista da sociedade capitalista moderna.

Assim, diante da relevância para esta investigação das propostas defendidas por esses educadores, achou-se conveniente tecer algumas considerações sobre a pedagogia que tem o trabalho como base da educação.

Para Makarenko (26), a educação se efetiva num elo principal que centraliza toda ação pedagógica: o trabalho. Concebe o trabalho como uma atividade criadora, como fundamento para o bem-estar humano e ampliador da cultura. Tem o trabalho um valor especial para a vida individual como também importância social e econômica. Na ótica de Makarenko, a correta educação é a educação para o trabalho. Viabiliza sua proposta enfatizando que o trabalho se insere na vida da criança como elemento educativo não só na escola, mas na própria vida familiar (27).

(26) MAKARENKO, Anton S., (1818-1939). Sua prática educativa 'prende-se ao trabalho docente de professor numa escola situada numa cidadezinha de ferroviários na Rússia e ao trabalho de organizar e administrar uma colônia de crianças e jovens abandonados, clientela essa constituída por prostitutas, órfãos de guerra, delinquentes, viciados e vagabundos. Muitos anos de sua vida foram dedicados a essa colônia gerando sua proposta pedagógica que é detalhadamente descrita em sua obra El Camino Hacia la Vida (Poema Pedagógico), op. cit.

(27) "A criança que recebe, no seio da família, uma educação correta, voltada para o trabalho, empreenderá logo, com maiores perspectivas de êxito, sua preparação especializada" MAKARENKO, Anton S., Conferências sobre Educação Infantil, S.P., Editora Moraes, 1981, p. 59.

A família é, assim, uma agência educativa de fundamental importância na educação; a educação para o trabalho tem início nas tarefas acessíveis à criança, distribuídas no ambiente familiar de acordo com a idade e as condições físicas.

O trabalho deve ser ensinado gradativamente e pode ser inserido através da educação pelo jogo. Aponta Makarenko que o jogo infantil, o brincar não deve absorver integralmente a vida da criança; paralelamente ao jogo, hábitos de trabalho devem ser desenvolvidos.

O respeito, o máximo respeito pela pessoa tanto na escola como na família e na sociedade maior é, para Makarenko, o princípio fundamental da ação pedagógica (28). A ordem, o limite, a disciplina, a exigência são outros princípios orientadores do trabalho pedagógico. É através desses princípios que o mestre, a coletividade conseguem o bem-estar, a tranquilidade para desenvolver com eficácia o trabalho educativo. Para guiar o educador na ação pedagógica, Makarenko enfatiza algumas atitudes que o professor deve desenvolver, tais como, não gritar, dominar os gestos, não aplicar castigos físicos (29).

(28) "Estoy seguro de que en mi experiencia he llegado hasta cierta verdad... Yo insisto en que el principio fundamental en nuestra labor pedagógica, en la escuela y a margen de ella... es el tener maximo respecto por la persona" MAKARENKO, Anton S., "Acerca de mi experiencia," in MEDINSKI, E., op. cit., p. 253.

(29) "Sigo siendo enemigo de los métodos físicos de coerción. En general, yo no admito el castigo físico como método" MAKARENKO, Anton A., La Educación en la Familia y en la Escuela, in MEDINSKI, E., op. cit., p. 224.

Objetivando construir uma nova educação para formar um novo homem, Pistrak (30) tem também o trabalho como base do processo pedagógico (31).

O trabalho na escola, para Pistrak, não é um trabalho vazio, improdutivo, é um trabalho dinâmico, concreto, orientado para o presente como um trabalho útil, produtivo, e para o futuro, objetivando formar as crianças para a vida real: o trabalho na sociedade. Portanto, desenvolve-se na necessidade intrínseca de se oferecer aos educandos uma formação básica técnico-social e teórico-prática.

Com essa ótica, Pistrak adverte que o trabalho na escola é vinculado a uma relação direta com a concepção de

(30) A prática pedagógica de Pistrak foi desenvolvida na Escola Lepechinsky juntamente com outros educadores que se viram na tarefa de criar a nova educação para o povo russo após a Revolução de 1917, quando a pedagogia tradicional era questionada em virtude de sua ligação com a antiga ordem. A nova pedagogia exigia a formação de um novo homem, atual, preocupado com o presente e com a criação do futuro. Pistrak enfatizava ser necessário criar um novo tipo de escola, mudar a instituição em sua estrutura e modo de pensar, fugindo das acomodações da velha estrutura do sistema educacional. PISTRAK, Fundamentos da Escola do Trabalho, S.P., Ed. Brasiliense, 1981.

(31) "O trabalho na escola, enquanto base da educação, deve estar ligado ao trabalho social, à produção real, a uma atividade concreta socialmente útil, sem o que perderia seu valor essencial, seu aspecto social..." PISTRAK, op. cit., p. 38.

educação traçada pelos objetivos gerais da educação (32). Para se atingir os objetivos, o trabalho pedagógico na Escola do Trabalho de Pistrak é norteado por dois princípios: Relações com a Realidade Atual e Auto-Organização dos alunos.

A concepção de realidade atual, para Pistrak, direciona-se na visão de que a escola não deve permanecer alienada do contexto social, deve ser um organismo vivo, dinâmico e participante da realidade; "...o objetivo fundamental da escola é, portanto estudar a realidade atual, penetrá-la, viver nela" (33).

A realidade atual relaciona-se diretamente com a auto-organização das crianças de acordo com os objetivos da educação formulados. Um dos pontos básicos para que a auto-organização se desenvolva é a ótica de que a criança já vive uma verdadeira vida; a preocupação com a criança e o adolescente é com a vida que ele já leva; nesse sentido, Pistrak é categórico:

(32) Os objetivos da educação, na pedagogia de Pistrak, se inserem no contexto histórico específico da época de transição em que o autor viveu; tem como ponto norteador a luta pela construção do novo homem e da nova sociedade. Para Pistrak, deve ficar claro para cada membro da sociedade o que é preciso construir. Com esses dois pressupostos orientadores a solução para gerar e germinar a nova vida social e a nova educação se apóia no seguinte tripé: a) aptidão para trabalhar coletivamente e para encontrar espaço num trabalho coletivo; b) aptidão para analisar como organizador cada problema novo e c) aptidão para criar as formas eficazes de organização. Traçadas as grandes linhas da educação na formação do novo homem, o trabalho assume a base do processo pedagógico. PISTRAC, op. cit., p. 41.

(33) PISTRAC, op. cit., p. 34.

"É preciso reconhecer de uma vez por todas que a criança e, sobretudo, o adolescente, não se preparam apenas para viver, mas já vivem uma verdadeira vida. Devem conseqüentemente organizar essa vida" (34).

A auto-organização tem papel fundamental para que a Escola do Trabalho viceje; compreende responsabilidade e obrigações das crianças como membros ativos da sociedade, com seus ideais, problemas, interesse, fazendo parte de uma teia de relações sociais entre si, entre adultos e a sociedade mais ampla. A organização da escola nestes princípios desenvolverá na criança um espírito sólido, forte, alegre e criará uma geração com nova visão de mundo (35).

Formulados os objetivos e princípios da ação pedagógica na Escola do Trabalho, o trabalho produtivo, útil, desenvolvido na própria escola, acoplado com a aprendizagem teórica necessária, transforma-se em pólo orientador do processo pedagógico, na proposta de Pistrak. O trabalho executado pelas crianças e adolescentes passa a ser ponto de união entre o saber teórico e o fazer construindo a prática (36).

(34) PISTRÁK, op. cit., p. 41.

(35) "A organização da escola nesta base oferece às crianças um meio sólido e são no qual se desenvolverá um espírito social forte, alegre e capaz de criar a nova geração" PISTRÁK, op. cit., p. 42

(36) "...o trabalho se encontra no centro da questão, introduzindo-se na escola como um elemento de importância social e sócio-pedagógica, destinado a unificar em torno de si todo o processo de educação e de formação" PISTRÁK, op.cit., p. 42.

Para Pistrak, o trabalho inserido na escola é o fator que vai adaptando os educandos às técnicas do trabalho real, chegando-se ao trabalho social na própria escola, levando a criança a se sentir membro participante da coletividade escolar. Nos últimos anos escolares o aluno pode colaborar com sua prática individual em organizações externas à escola. Um dos aspectos positivos dessa proposta da Escola do Trabalho de Pistrak é que o aluno não sofre o impacto de sair da escola e procurar um emprego sem a prática necessária solicitada pelo desempenho do trabalho real. No aspecto individual, não ocorre um salto muito grande, isto é, o medo de enfrentar a vida real. O aluno vai gradativamente passando pelo processo de transferência da vida escolar para a vida fora da escola, sem sofrer um impacto brusco (37).

Considera Pistrak que o trabalho na escola é uma questão tão importante e, justamente, a menos estudada. A própria vivência da Escola do Trabalho, com toda a experiência que adquiriram os educadores naquela ocasião, foi o assunto menos estudado, conseqüentemente, o menos conhecido. Desse modo, preocupado com a questão, Pistrak se propôs decodificar e decifrar a experiência acumulada com sua vivência na Escola do Trabalho, a partir de 1918, objetivando oferecer contribuições à pedagogia. Com esse intuito, escreveu seu livro não como um manual prático, "...mas, antes de tudo, a expressão da doutrina de pedagogia social que se desenvolveu e provou sua validade através

(37) "A entrada do aluno na vida depois da escola deixa de ser um salto no desconhecido, tornando-se uma transição bastante fácil e, quanto mais passar despercebida, melhor será para o aluno" PISTRAC, op. cit., p. 77

do trabalho prático e dos problemas que ele colocou em cada momento para a Escola" (38).

Indubitavelmente, grandes conquistas tem tem havido na tentativa da compreensão e análise da educação; entretanto, a inserção do trabalho real na escola como forma de conhecimento e reflexão da realidade social em que o homem vive, como instrumento de criação, de aprendizagem, levado para dentro da escola, tornando-se socialmente útil, decodificado e vivido na experiência teórico-prática concreta, é claramente explicitado na obra de Pistrak.

Analisando Pistrak, Wagner Rossi faz a seguinte colocação: "Um dos pontos que impressiona o leitor de Pistrak é a atualidade de seu trabalho, escrito nos anos 20, sob condições históricas tão peculiares" (39).

Pistrak, segundo Maurício Tragtenberg, faz parte não só do rol dos importantes educadores russos como também dos grandes educadores (40).

Dentre os educadores deste século, o francês Ce-

(38) PISTRÁK, op. cit., p. 25, Prefácio do autor.

(39) ROSSI, Wagner Gonçalves, Pedagogia do Trabalho: Caminhos da Educação Socialista, S.P., Ed. Moraes, 1982.

(40) TRAGTENBERG, Maurício, "Pistrak: uma pedagogia socialista" in PISTRÁK, op. cit., p. 7.

lestin Freinet também concebe a educação articulada ao trabalho (41).

A pedagogia Freinet não tenciona inserir o trabalho à escola tradicional, à escola livresca. O trabalho transforma e modifica as raízes dessa educação, assume o coração da educação, torna-se a base, a mola propulsora da educação, destrona aquela que se baseia no monólogo e nos livros (42). É concebido como uma atividade que dá prazer, felicidade e está vinculado ao próprio ser. Considera Freinet exclusivamente trabalho "...a essa actividade que sentimos tão intimamente ligada ao ser que se lhe torna como que uma função cujo exercício é por

(41) A pedagogia Freinet é resultante das idéias e da prática vivenciada por Celestin Freinet (1896-1966) como professor no sistema educacional francês; resulta também da luta de Freinet contra a educação tradicional, livresca e intelectualista. Foi durante o período de 1923 a 1939 que Celestin Freinet criou novas técnicas e instrumentos educacionais motivando alguns educadores a aderirem às suas idéias. Com a eclosão da 2ª Guerra Mundial, passou Freinet algum tempo nos campos de concentração de Vichy, ocasião em que refletiu, repensou e fundamentou a Pedagogia que preconizava, escrevendo suas idéias. Terminadas as hostilidades, em 1945, Freinet aglutina seus adeptos, objetivando a renovação do ensino, a modernização e construção da nova escola popular francesa; organizou um centro escolar sob as peculiares condições sócio-econômicas de pós-guerra, onde pôde desenvolver numa comunidade infantil a pedagogia que idealizava. FREINET, Celestin, A Educação pelo Trabalho, op. cit.

FREINET, Celestin, Para uma Escola do Povo, op. cit.

(42) "...eu não me limitaria a ligar essa escola ao trabalho pelo falacioso intermédio das palavras e dos livros. Não renovaria essa tradição, mas colocaria efectivamente o trabalho na base de toda nossa educação" FREINET, Celestin, A Educação pelo Trabalho, vol. 1., op. cit., p. 169.

si mesmo a sua própria satisfação..." (43).

Pensamento e trabalho não são duas linhas opostas. Não há trabalho e sofrimento de um lado, pensamento e prazer do outro. Estão unidos, um produz o outro; "...tudo isso se funde para constituir um todo e o pensamento nasce do trabalho, modela-se e esculpe-se ao seu ritmo, vivifica-se com seus ensinamentos" (44).

O trabalho, na concepção de Freinet, além de servir de guia, de semente para o pensamento, é também o eixo que justifica a vivência e a organização social do homem, seu comportamento individual e social (45).

O trabalho concebido como orientador da educação não minimiza a educação, não a torna uma educação inferior àquele a educação livresca baseada no conteúdo teórico. A educação pelo trabalho não significa aprendizagem de determinada atividade manual, dispêndio de esforço físico, não embrutece o homem. A

(43) FREINET, Celestin, A Educação pelo Trabalho, vol. 1, op. cit. p. 190.

(44) FREINET, Celestin, A Educação pelo Trabalho, vol. 1, op. cit., p. 195.

(45) "O que suscita e orienta os pensamentos dos homens, o que justifica o seu comportamento individual e social, é o trabalho em tudo quanto ele tem atualmente de complexo e de socialmente organizado, o trabalho, motor essencial, elemento de progresso e de dignidade, símbolo de paz e de fraternidade" FREINET, Celestin, A Educação pelo Trabalho, v. 1, op. cit., p. 169.

educação pelo trabalho não é uma educação pelo trabalho manual. Freinet considera o trabalho como um todo integrado, onde a atividade física e intelectual corresponde à natureza do ser e o satisfaz. "O trabalho não é uma coisa que se explique e se compreenda; é uma necessidade que se inscreve no corpo, uma função que procura satisfazer-se, músculos que funcionam, relações de íntima concordância que se estabelecem, trajetos que despertam e se reforçam (46).

A proposta de trabalho na escola é viabilizada em Freinet a partir do princípio de que a alegria do trabalho infantil nasce e floresce à medida "...que é possível oferecer às crianças atividades que as interessem profundamente, que as empolguem e as mobilizem por completo..." (47).

Interessado nos pontos positivos que as atividades práticas, ou seja, o trabalho produtivo possa oferecer para o sistema pedagógico atual, Wagner Rossi (48) fez um estudo centrado em reflexões sobre educação, baseado na literatura, filosofia e relatos de experiências vivenciadas que trouxeram novas contribuições teórico-práticas para o estudo da educação. Abrange sua pesquisa pensadores como Thomas Morus, Rabelais e Rousseau até experiências mais recentes levadas a efeito como as de

(46) FREINET, Celestin, A Educação pelo Trabalho, vol. 2, op. cit., p. 125.

(47) FREINET, A Educação pelo Trabalho, vol. 1, op. cit., p. 190.

(48) ROSSI, Wagner Gonçalves, Pedagogia do Trabalho: Raízes da Educação Socialista, S.P., Edit. Moraes, 1981, vol. 1.
. Pedagogia do Trabalho: Caminhos da Educação Socialista-
 S.P., Edit. Moraes, 1982, vol. 2.

Makarenko, Pistrak e Paulo Freire objetivando compor a pedagogia do trabalho; enfatiza a validade de se conhecer as experiências onde a educação foi relacionada ao trabalho, como contribuição aos problemas da educação na atualidade (49).

Para o autor, "...a pedagogia do trabalho é um sistema onde o trabalho é, ao mesmo tempo, instrumento epistemológico, um instrumento de mediação com o mundo, um objeto de estudo e um meio para a integração de teoria e prática, trabalho intelectual e manual, no limite, crítica e transformação do mundo" (50).

A Pedagogia do Trabalho diferencia-se da educação vocacional ou profissionalizante na qual o estudo visa ao trabalho, objetivando preparar o indivíduo, instrumentá-lo para desempenhar uma função, obter um emprego, para vir a ser um trabalhador na sociedade capitalista.

A Pedagogia do Trabalho compreende o trabalho como processo de aprendizagem e acesso ao conhecimento; é um instrumento para a construção de um novo homem.

(49) "Se experiências históricas concretas não podem ser transplantadas, conhecer-se o que foi feito por outros povos é fundamental, quer para se incorporar seus acertos, quer para se evitar a repetição ingênua de seus erros" ROSSI, Wagner G., Pedagogia do Trabalho: Caminhos da Educação Socialista, vol. 2, op. cit., p. 165.

(50) ROSSI, Wagner Gonçalves, Pedagogia do Trabalho: Raízes da Educação Socialista, vol. 1, op. cit., p. 123.

Delineiam-se, entretanto, críticas a respeito das pedagogias que têm o trabalho infantil como eixo centralizador da educação. George Snyders (51) é um dos educadores que contesta essa pedagogia. Adverte Snyders que a relação satisfação e trabalho e o trabalho como proporcionador de alegria na criança são pontos que devem ser questionados. Para Snyders, a alegria do trabalho não é igual à alegria de brincar; na alegria de brincar inserem-se elementos diferentes da alegria que o trabalho proporciona (52). Outro princípio dessa pedagogia, também vulnerável a críticas, é a confiança depositada na organização das crianças, na coletividade infantil. Para Snyders, a exagerada confiança na organização das crianças, relacionada ao trabalho onde o valor educativo está também no florescer da vontade do saber, do conhecer, poderá levar à agonia e morte da escola, acarretando sérios riscos à continuidade da cultura historicamente construída pela humanidade (53). Snyders chama a atenção para o fato de que a escola atual está diante de uma crise de inadequação às necessidades da sociedade atual, tornando-se necessária uma revisão crítica. Para Snyders, a escola não deve morrer; há necessidade de continuar pela especificida-

(51) SNYDERS, Georges, Escola, Classe e Luta de Classes, Lisboa, Moraes Editores, 1977.

(52) "...a alegria do trabalho é diferente da de brincar, penetrada por elementos absolutamente diferentes" SNYDERS, Georges, op. cit., p. 269.

(53) "...se a escola morrer, a cultura elaborada nunca será reconstituída pelos próprios jovens, a partir de sua cultura espontânea, mesmo comunitária" SNYDERS, Georges, op. cit., p. 277.

de que possui. Opõe-se Snyders à concepção illichiana (54) de destruição da escola, a qual deve transformar-se mesmo no seio da sociedade capitalista. Há um espaço para a construção da nova escola no vazio, no silêncio da escola da sociedade atual (55).

4. A EDUCAÇÃO FORMAL DESVINCULADA DO TRABALHO

Diante do fato de que o trabalho da criança e do adolescente está ligado à vida cotidiana de uma significativa parcela da população jovem brasileira e intentando encontrar o educativo nesse trabalho, achou-se conveniente, para fins da presente investigação, buscar também na literatura disponível sobre educação aqueles enfoques que não só a tratassem como fenômeno amplo como também apresentassem dimensões ou modalidades. Essa preocupação liga-se ao fato de que o aspecto educativo a que se prende o foco de interesse - o trabalho infante - juvenil na sociedade brasileira - está totalmente desvinculado do sistema formal de educação, inserindo-se no concreto educativo que ocorre fora da escola. Afasta-se assim daquelas abordagens que identificam a educação à agência aparelhada para tal fim: a escola.

(54) Ver: BUCKMAN, Peter, org., Educação sem Escolas, R.J., Livraria Eldorado Tijuca Ltda., 1983
GOMES, Cândido, A Educação em Perspectiva Sociológica, op. cit., pp. 41-42.

(55) "...uma outra escola irrompe já na escola burguesa, por to da parte em que o silêncio deixou de constituir um dique suficiente" SNYDERS, Georges, op. cit., p. 272.

Nos últimos tempos, nota-se, através de estudos realizados (56), uma maior preocupação com definições de tipo ou dimensões da educação. Dentre as tipologias construídas, verifica-se que alguns estudiosos apresentam a educação em três dimensões ou modalidades: educação formal, educação não-formal e educação informal (57).

A educação é apresentada por Paulo Schultz e Ray Chesterfield (58) nas seguintes dimensões ou modalidades: educação formal, educação não-formal e educação informal. A educação formal é a expressão comumente utilizada e aceita para significar o sistema institucionalizado de educação onde há uma estrutura que engloba desde o jardim da infância até a universidade, distribuída em séries. É nessa modalidade que os estudos acadêmicos são ministrados. A educação não formal seria desenvolvida fora do sistema formal de educação, englobando atividades educacionais também sistematizadas e organizadas, objetivando transmitir conhecimentos, práticas específicas, habilidades, atitudes e idéias a uma clientela específica; seriam exemplo de edu-

(56) "A definição dos tipos de educação tem sido objeto de muitos estudos nos últimos anos". SCHULTZ, Paulo e CHESTERFIELD, Ray, "Educação e Desenvolvimento Rural Integrado", - Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, vol. 63, nº 146, jan./abril, 1980, p. 307.

(57) "Pelo que parece a maioria dos educadores considera a existência de três modalidades educacionais com certo grau de sobreposição e interação: educação formal, não-formal e informal" SCHULTZ, Paulo e CHESTERFIELD, Ray, op. cit., p. 307.

(58) SCHULTZ, Paulo e CHESTERFIELD, Ray, "Educação e Desenvolvimento Rural Integrado", op. cit.

cação não-formal os programas de alfabetização de adultos. Schultz e Chesterfield afirmam que no meio rural três programas de educação não-formal podem ser encontrados: extensão agrícola, programas de auto-auxílio (59) e treinamento de mão-de-obra. A educação informal seria aquela onde o indivíduo em diferentes ambientes aprende os conhecimentos, atitudes, valores, etc. O trabalho, o lazer e a família são as agências que transmitem a educação informal. Esse tipo de educação, ou seja, a educação informal, pode se tornar sistematizado e organizado intencionalmente a fim de atingir determinados objetivos como, por exemplo, a preparação dos jovens para o trabalho em atividades como caçar, pescar, cultivar a terra, criar animais, etc. Estudos recentes mostram esse aspecto da educação informal (60).

Preocupadas com a educação do agricultor paulista, Zeila Demartini e Alice Lang (61) apresentam a educação nas seguintes dimensões: educação formal ou escolar, educação não-

(59) Programa de auto-auxílio "...pressupõe que o desenvolvimento rural consiste em um complexo-conjunto de processos inter-relacionados, e que a iniciativa deve ser oriunda da população local. Uma vez que a comunidade estiver propensa ao desenvolvimento, agências externas deverão fornecer assistência em resposta às necessidades sentidas pela população" SCHULTZ, Paulo e CHESTERFIELD, Ray, op.cit., p. 308.

(60) SCRIBNER, S. e COLE, M., "Cognitive Consequences of formal and informal education", Science, (182) 553..9
 RUDDLE, K. & CHESTERFIELD, Ray, "To renew the earth; rural livelihood and traditional education in the Orinoco delta". Berkeley, Univ. of California, 1977 (Iberoamericana, 53) apud, SCHULTZ, Paulo e CHESTERFIELD, Ray, op.cit., p. 308.

(61) DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri e LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo, Educação e Trabalho: um estudo sobre os produtores e trabalhadores na agricultura paulista, op.cit., pp. 17 e 18.

formal ou extra-escolar e educação informal ou difusa.

A educação formal ou escolar é aquela transmitida pela escola. A educação não-formal ou extra-escolar é a que acontece fora da escola mas que é organizada e sistematizada, objetivando fornecer conhecimentos específicos a determinadas categorias ou grupos da população; não se destina especificamente a determinada faixa etária, como ocorre com o sistema formal de ensino, mas visa transmitir conhecimentos específicos que atingem grupos selecionados e específicos, incluindo programas como educação de adultos, treinamentos de agricultores, etc.

Uma terceira e última dimensão é a educação informal ou difusa que é aquela que se estende por toda a vida, correspondendo ao processo de aprendizagem que não é organizado; é aquela educação que é dada no trabalho, no lar, no lazer, refere-se, portanto, ao processo de socialização.

Outro estudioso, Emanuel De Kadt (62), considera a educação como processo abrangente e concebida em modalidades distintas: educação formal, não-formal e informal. A educação formal corresponde à ministrada pelo sistema formal de educação; não-formal são atividades educativas que se dão fora do sistema formal, porém, organizadas e sistematizadas. A educação informal corresponde ao processo que se realiza ao longo da vida.

(62) DE KADT, E., "Is non formal education any better?" in Ciência e Cultura, SBPC, vol. 28, nº 12, dez. 1976, apud DEMARTINI, Zeila de B.F. e LANG, Alice B.da S.G., Educação e Trabalho: um estudo sobre produtores e trabalhadores na agricultura paulista, op. cit., pp. 14 e 15.

Diante do exposto, apreende-se que há concordância entre os estudiosos de que a educação formal refere-se àquela ofertada pelo sistema formal de educação, institucionalizada, hierarquizada em séries, atendendo faixas etárias específicas. A dimensão educação não-formal ou extra-escolar, de Demartini e somente não-formal de Schültz-Chesterfield e Emanuel De Kadt, inserem-se no mesmo plano educacional. Entretanto, a ótica de educação não-formal desses educadores é, para Tedesco (63), a educação informal abrangendo situações distintas e diversificadas. É um modo de superar as deficiências do sistema formal de educação tanto quantitativa como qualitativamente; são complementações à educação formal. Compreende "...todas as atividades educativas intencionais e sistematizadas levadas a cabo fora das instituições escolares" (64). Ressalta o autor que nos últimos anos cresce uma concepção que defende o relacionamento da vinculação entre educação informal e educação formal.

A partir das colocações aqui referenciadas, verifica-se que, devido à abrangência da educação não-formal, visualizam-se não só atividades variadas para a educação não-formal mas também outras denominações como, por exemplo, educação permanente, educação de adultos, etc. (65).

(63) TEDESCO, Juan Carlos, Sociologia da Educação. S.P., Cortez Editora/Autores Associados, 1983.

(64) TEDESCO, Juan Carlos, op. cit., p. 33.

(65) Para Philip Coombs, a educação não-formal é outro sistema de ensino importante com atividades diversificadas que se tornam de difícil classificação, recebendo nomes variados, tais como "educação de adultos", "educação permanente", "Treinamento agrícola", "serviços de extensão". São cursos ministrados a clientelas variadas e às vezes indefinidas, mantidas por múltiplas entidades públicas ou privadas. COOMBS, Philip, A Crise Mundial da Educação, S.P., Editora Perspectiva, 1976, p. 198.

A partir:

- das tipologias construídas, complementando-se, divergindo, com denominações diferentes para o mesmo conteúdo, ou mesmo inter-relacionando-se;
- da situação real de trabalho efetivamente exercido por grande parcela da infância e adolescência brasileiras;
- da total indiferença do sistema escolar brasileiro ao trabalho infanto-juvenil desempenhado por significativa parcela da população escolarizável;
- de o ensino brasileiro não estar estruturado no trabalho como nas experiências vivenciadas por Makarenko, Freinet e Pistrak, onde o trabalho é o eixo do processo educativo;
- de a educação escolar brasileira ocorrer desvinculada das contribuições que o trabalho real dos alunos possa oferecer e,
- sem perder de vista, a abrangência e complexidade do processo educativo, objetivando viabilizar a análise da educação e trabalho infanto-juvenil na sociedade brasileira atual que se propõe investigar, decidiu-se por conceber a educação dicotomizada em educação formal e educação informal.

A educação formal é aquela ministrada na escola por pessoal especializado para tal fim: é estruturada e sistematizada.

Educação informal é toda atividade educativa intencional ou não intencional que se dá, desvinculada do sistema formal de educação. Diante da complexidade e importância do processo educativo que ocorre através do setor informal da educação, consideram-se duas dimensões da educação informal: educa-

ção informal propriamente dita e educação extra-escolar.

A educação informal propriamente dita é distinta da ofertada pelo sistema formal de educação. É aquela que o indivíduo interioriza assistematicamente pela sua participação no trabalho, no cotidiano da família, nos jogos, danças e festas e pela transmissão de valores, crenças e costumes do grupo.

A educação informal propriamente dita pode chegar ao ponto de tornar-se organizada e sistematizada (66), quando atinge certo grau de importância para o grupo, apoiada por agências educativas como a família, grupos religiosos ou outros que se destacam na vida social. É a preparação para determinados trabalhos dos jovens que pode, geralmente, se tornar esquematizada em contextos sócio-econômicos específicos. Pode-se apreender o caráter espontâneo da organização e sistematização da educação informal no sentido de que é o próprio grupo social que constrói a sistematização, em geral, para tarefas que necessitam de aprendizagem prática.

Educação extra-escolar - outra dimensão da educação informal - compreende atividades e ensinamentos ministrados independentemente do sistema formal de educação; é intencional, organizada, sistematizada e atende clientela específica. Ten-

(66) Em relação à sistematização da educação informal concorda-se com Schültz e Chesterfield. "Tal tipo de educação toma a forma de sistemas que preparam os jovens para o trabalho em atividades tais como cultivar a terra, criar animais, pescar e caçar. É um processo de transmissão cultural organizado intencionalmente para satisfazer objetivos específicos, colocado num contexto especial, e desenvolvido de acordo com certos esquemas" SCHULTZ, Paulo e CHESTERFIELD, Ray, "Educação e Desenvolvimento Rural Integrado", op.cit., pp. 308,309.

ciona cumprir objetivos traçados a partir das necessidades grupais ou da sociedade mais ampla, é burocratizada, financiada pelo Estado, instituições ou por empresas interessadas no consumo de determinados produtos ou materiais, tornando-se muitas vezes seriada em etapas sucessivas, com conteúdo e carga horária pré-fixados e oferecendo muitas vezes certificado de conclusão do curso. Pode, eventualmente, até utilizar as instalações e equipamentos da escola como também de igrejas, clubes, associações, etc.. São exemplos da educação extra-escolar os cursos de alfabetização de adultos, ensinamentos para manuseio e utilização de determinados produtos, formação de mão-de-obra, extensão cultural, orientação para pais, etc.

Diante da complexidade e abrangência do fenômeno educação, para fins de análise, buscaram-se tipos ou dimensões em sua efetivação. O tema de estudo desta pesquisa se situa, então, no corpo da educação informal, mais especificamente, na educação informal propriamente dita de acordo com a tipologia que se acaba de construir.

5. O TRABALHO

Uma vez que este estudo tem como foco de atenção populações litorâneas brasileiras, que se dedicam ao trabalho da pesca e cuja realidade de trabalho, de vida e de educação não tem sido objeto de atenção, dada a quantidade de estudos e pesquisas publicadas nos últimos tempos - apesar da importância geográfica-econômica da extensa costa litorânea brasileira - e considerando-se:

- a inexistência de instituições educativas que objetivem formar integralmente o indivíduo que virá a ser um trabalhador do mar;

- que a pesca é uma atividade que engloba conhecimentos detalhados, saber específico e diversificado;

- que a atividade pesqueira exige constante renovação da força do trabalho, dada as características do próprio trabalho que se efetiva na relação homem-mar;

- que o problema da educação das crianças e jovens que se inserem nas populações pesqueiras brasileiras pode ser discutido, estudado, analisado, não só para detectar que tipos de conhecimentos lhes são primordiais, mas principalmente, para visualizar como está sendo efetuada a reprodução e renovação do saber e

- que ao se aglutinar os aspectos acima referenciados e adotando-se uma visão ampla da educação pode-se pensar em abordar o estudo do processo educacional dessas populações, através de outros agentes educativos de caráter informal que se incumbem de fornecer elementos para a formação necessária do vir

a ser pescador, do pertencer à comunidades litorâneas, do tornar-se um elemento integrante de grupos sociais que se dedicam ao trabalho da pesca e atividades relacionadas.

Dessa forma, a família, a igreja, o lazer, o trabalho podem estar assumindo relevantes papéis na formação do indivíduo, levando-se a supor que, se associados, são agentes de um amplo processo pedagógico.

Diante das considerações assinaladas, da temática deste estudo, da desarticulação da educação escolar e trabalho na sociedade brasileira atual e objetivando prosseguir nesta pesquisa, abordar o conceito de trabalho, neste momento, torna-se ! requisito essencial.

Vários sentidos são encontrados para designar trabalho. No sentido etimológico, trabalhar tem relações com torturar (do latim "tripaliare" que significa torturar) (67). Outro sentido é o usual onde trabalho se aplica a ação de trabalhar, ou seja, ocupar-se em alguma atividade física ou intelectual; numa visão específica trabalho se relaciona à produção de riqueza, havendo dispêndio de energia humana; por outro lado, trabalho pode ser entendido também como o serviço que faz uma máquina e significar até mesmo, penalidade e castigo. No sentido científico, diferentes disciplinas tem abordado o trabalho destacando ora uns ora outros aspectos (68).

(67) MARAVALL, José Maria "Trabajo, trabajador", Diccionario de Ciencias Sociales, Madrid, 1975, p. 1076.

(68) "El trabajo como elemento básico de toda vida en sociedad y los trabajadores como grupo social fundamental son objeto de estudios e investigación por disciplinas científicas que los precisan y lo circunscriben de uno u otro modo". Maravall, José María, op.cit., 1078.

Dada a relevante importância social do trabalho como elemento básico da vida em sociedade seu estudo constitui na atualidade um setor específico dentro da Sociologia: a Sociologia do Trabalho (69).

Para Braverman (70) o trabalho humano se distingue do trabalho dos animais, pelo fato que o trabalho humano é consciente e proposital. Assim o trabalho humano supera a atividade instintiva tornando-se uma força criadora.

Neste estudo trabalho é entendido em sentido amplo; supõe não só dispêndio de energia humana como também aprendizagem. Não se restringe ao trabalho remunerado ou aquele que se efetiva fora do lar. Engloba valores, produção de bens, destinando-se não apenas a suprir necessidades vitais do indivíduo; tem uma importância social inerente.

Dentro dessa perspectiva ampla o trabalho supõe problemas de adaptação física em relação ao seu desempenho, além das implicações morais que lhe são inerentes ao se levar em consideração a motivação, o nível de satisfação e grau de consciência em virtude da íntima relação trabalho e indivíduo.

(69) FRIEDMANN, Georges, Tratado de Sociologia do Trabalho, São Paulo, Cultrix Ed. da USP, 1973, 2 volumes.

(70) BRAVERMAN, Harry, Trabalho e Capital Monopolista, São Paulo, Zahar Editores, 1977.

É com essa visão de trabalho que se procurará abordar o problema a ser pesquisado numa preocupação de se evidenciar o educacional aparente e subjacente que é vivenciado por crianças e jovens no processo educativo que se supõe existir nas relações que se estabelecem no desempenho do trabalho infanto-juvenil.

2º Capítulo: A SELEÇÃO DA ÁREA E DAS TÉCNICAS

1. SELEÇÃO DA ÁREA, OBJETO DE PESQUISA

Objetivando selecionar uma população do litoral brasileiro para servir de amostra na pesquisa que se tencionava realizar, elaborou-se um rol dos núcleos pesqueiros, comunidades e vilas do litoral catarinense que haviam sido visitados durante a pesquisa preliminar em princípios de 1981; acrescentaram-se outras populações do litoral norte catarinense, inclusive a Ilha de São Francisco do Sul, e as do litoral sul paranaense que também foram visitadas, em meados de 1981, além das comunidades de pescadores, já então conhecidas, do litoral sul do Estado de São Paulo: Itanhaém e Peruíbe. Traçaram-se alguns tópicos para servir de guia na seleção desejada, os quais são explicitados abaixo:

- a atividade econômica básica do grupo a ser investigado deveria ser a pesca;

- como condição primordial deveria haver crianças e adolescentes em quantidade significativa desempenhando tarefas relacionadas com a atividade econômica do grupo; dar-se-ia preferência a:

- populações que tivessem agrupado em conseqüência de instalação de indústrias relacionadas ou não à pesca, hotéis, etc.;

- grupos sociais cujas moradias estivessem próximas ao mar;

- comunidades em que não estivesse ocorrendo a especulação imobiliária, o que poderia ocasionar a expulsão dos pescadores e suas famílias no decorrer da pesquisa.

Excluíram-se:

- trabalhadores infanto-juvenis em portos, pois, privilegiava-se a situação de trabalho diretamente vinculada ao

grupo familiar e ao grupo de vizinhança;

- grupos pesqueiros que se inseriam em cidades turísticas e

- famílias isoladas que se dedicam ao trabalho da pesca.

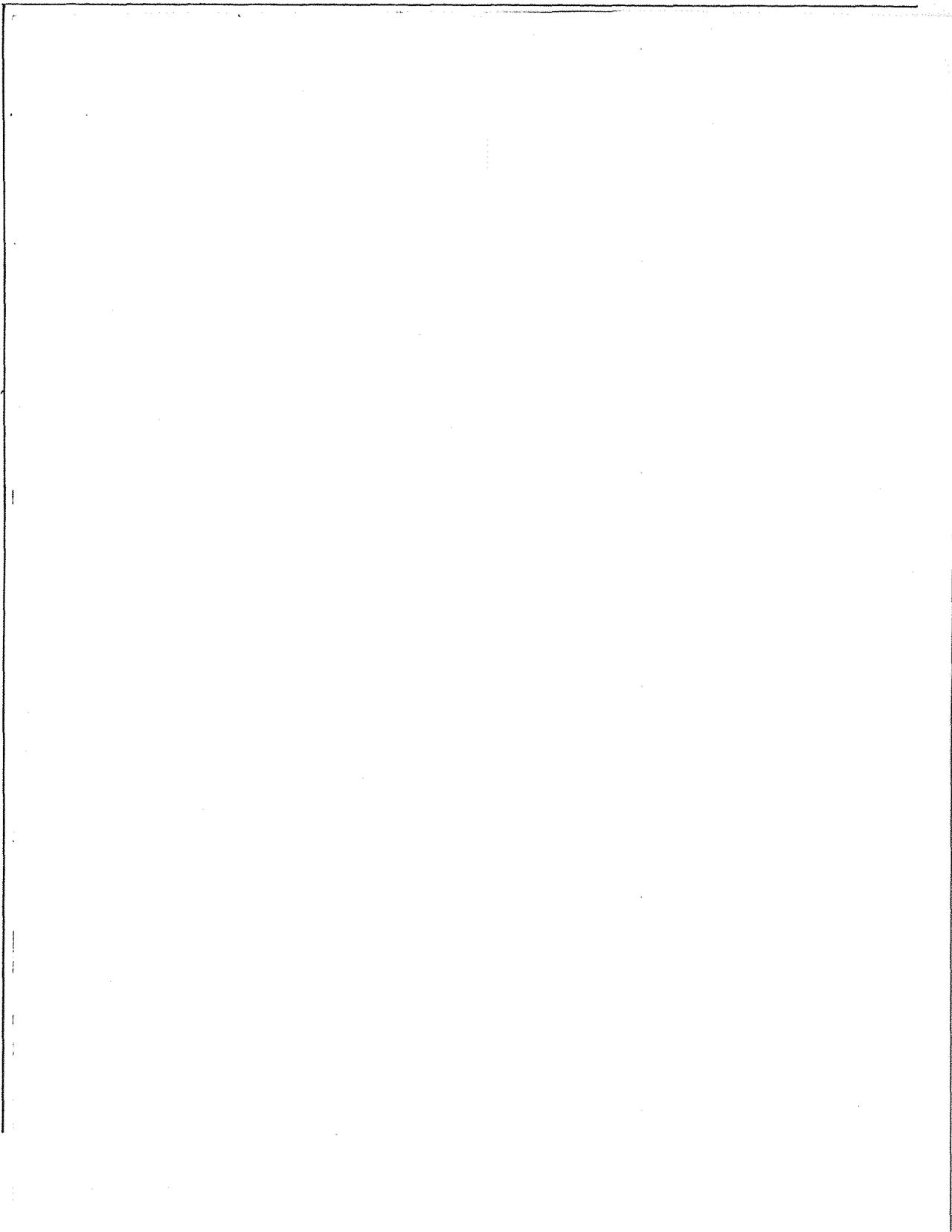
Desse modo foram selecionados para servir de sujeitos nesta pesquisa os moradores da Praia do Araçá, núcleo pesqueiro localizado no Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, Brasil, a 60 km ao norte da cidade de Florianópolis, capital do Estado. (Ver mapa 2.1) O Araçá foi selecionado por seus moradores se dedicarem exclusivamente ao trabalho da pesca e atividades relacionadas e, principalmente, pela intensa participação das crianças e jovens em diferentes atividades relacionadas ou não à pesca. Enfim, o Araçá foi selecionado por preencher todos os tópicos orientadores da seleção da amostra, além da aparente alegria dos moradores e o amor pela 'nossa prainha'. Esses diferentes aspectos aglutinados ofereciam condições propícias de se viabilizar o estudo que se propunha (Foto 1).

2. TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Consciente de que a escolha do método e da técnica de pesquisa teria que levar em consideração o contexto social da população a ser analisada, pensou-se em realizar uma pesquisa em que a comunidade fosse fornecedora de elementos para a compreensão da problemática de investigação sem a pretensão de descrever e analisar todos os aspectos do sistema sócio-econômico e educacional da organização social do grupo.

Pretendia-se apreender através da análise interna os elementos que permeiam somente um aspecto do todo sócio-econômico - o trabalho infanto-juvenil - que é neste estudo con

Mapa 2.1 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO NO
ESTADO DE SANTA CATARINA



Fonte: Plano Diretor Físico Territorial, Porto Belo, Santa Catarina, março de 1984.

P A R A N A



R I O
G R A N D E
D O
S U L

ESTADO DE SANTA CATARINA

DIVISÃO MUNICIPAL
MICRO REGIÕES HOMOGÊNIAS

siderado como um processo de relevante importância.

Assim, a pesquisa seria direcionada para o estudo qualitativo onde se obtêm os dados através da informação viva e não dos números e dados estatísticos.

Após refletir sobre as vantagens e desvantagens dos diferentes métodos e técnicas de pesquisa optou-se pela investigação plurimetodológica (71), tendo em vista que a combinação de diferentes procedimentos poderia levar a um aprofundamento da preocupação central do estudo.

Assim, agregaram-se técnicas de mensuração, aplicando-se, às vezes simultaneamente, a entrevista e a observação. A opção pela entrevista se deu principalmente por ser um importante método de pesquisa social que, partindo de uma interação social, pode levar à obtenção dos dados com a finalidade de men

(71) "A investigação plurimetodológica possibilita evitar os efeitos desvantajosos do monismo metodológico. A decisão por um único método, por isso, nunca deverá ocorrer sem antes ter sido examinada a possibilidade de combinação de métodos... Mas, não apenas para a ampliação das interações mensurativas, também para o seu aprofundamento pode tornar-se necessária uma investigação plurimetodológica".

SCHRADER, Achim, Introdução à Pesquisa Social Empírica, Porto Alegre, Ed. Globo e Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1974, p. 139.

O termo método está sendo utilizado pelo autor como sinônimo de técnica (nota do autor).

suração (72). As entrevistas pessoais não estruturadas apresentavam-se como as mais indicadas para a investigação por possuírem a vantagem de a situação de entrevista ser menos artificial. As perguntas não prevendo respostas possibilitam o desenvolvimento do assunto sem seqüência rígida. Assim, buscou-se desenvolver este estudo através de informações obtidas em entrevistas assistemáticas ou não estruturadas de formas variadas como histórias de vida, depoimentos pessoais e fragmentos de história de vida, muitas vezes acompanhadas de observações, sempre com a preocupação centrada de não perder de vista o problema da investigação.

As visitas, observações e entrevistas assistemáticas na população investigada foram realizadas durante diferentes épocas, a partir de março de 1981. O primeiro contato com a população selecionada foi no final do mesmo mês, quando se realizaram inúmeras visitas à costa litorânea catarinense. Em princípios de abril do mesmo ano, a população passou a ser observada mais atentamente com a intenção de se verificar a viabilidade de servir de amostra para o problema que se pretendia investigar. Selecionada como amostra, o trabalho de campo foi

(72) "O método de entrevista ainda é o mais importante na pesquisa social, tornando-se o "caminho áureo" (René Koenig) da pesquisa social ... podemos definir entrevista como uma interação social em que se realizam, numa situação formalizadora, eventualmente também estandartizada, comunicações orais ou por escrito, todavia, em todos os atos verbais de comunicação" SCHRADER, Achim, Introdução à Pesquisa Social Empírica, op. cit., p. 102.

realizado: 15 dias em setembro de 1981 e 15 dias no final de dezembro e princípio de janeiro de 1982. Em 1984, prosseguiu-se o trabalho de campo numa segunda fase, orientada a partir dos dados coletados na primeira fase. Por exemplo, obteve-se a informação de que julho é a época da safra do pescado e que alguns dias antes do Natal iniciam-se as festividades natalinas com danças e cantos típicos da região, ocasião em que quase a totalidade dos pescadores retorna para junto de suas famílias e raramente saem para pescar. Então, programou-se a realização do trabalho de campo nessa segunda fase do seguinte modo: uma semana em julho, uma semana em setembro e 20 dias, a partir de 23 de dezembro de 1984 até janeiro de 1985. Em meados de junho de 1985, época da safra do pescado e, principalmente, da pesca da tainha, realizou-se a última fase de coleta de dados, estendendo-se novamente visitas aos diferentes núcleos pesqueiros no próprio Município e nos municípios vizinhos localizados principalmente ao sul de Porto Belo e que já haviam sido visitados por ocasião da seleção da amostra e na fase de estudos preliminares em 1981. Excluiu-se o Norte por estar a região mais voltada ao turismo que à pesca (73).

Torna-se necessário salientar que alguns procedimentos guiaram a faina de obtenção dos dados na própria comunidade. Procurou-se desenvolver as conversas num clima espontâneo, deixando o informante falar livremente, sem se preocupar com a cronologia dos fatos; procurou-se também minimizar a interferên

(73) Ao norte localiza-se o Município de Itapema tendo em suas praias casas de turistas, construídas uma ao lado da outra, além de sofisticados hotéis, localiza-se o famoso balneário de Camboriú, a 25 km, aproximadamente.

cia do entrevistador, fazendo-se intervenções ou propondo-se questões quando realmente se tornavam necessárias. Procurou-se também manter sempre um grau de normalidade nas conversas sem afastar os informantes de suas obrigações e atividades e sem deixar transparecer o objetivo de estudo (74). Com essas preocupações utilizou-se uma metodologia de pesquisa em que o investigador não se identifica como tal.

Ignorando que está sendo objeto de investigação, o informante desenvolve o assunto com mais facilidade e sem constrangimento. Esse procedimento metodológico de investigação é chamado de "técnica da liberdade" (75). Roger Bastide, ex-pro-

(74) "Não sabendo qual a questão que preocupa o pesquisador, o informante conta sua história naturalmente, tal como a compreende, sem dar maior importância a determinado aspecto, examinando o passado sem idéias preconcebidas. Conhecendo o problema, será levado, insensivelmente embora, a acentuar uma ou outra passagem a que não daria maior importância em situações normais" QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, Variações sobre a Técnica de Gravador no Registro da Informação Viva, S.P., CERU e FFLCH/USP, 1983, (Col.Textos, nº 4) p. 171.

(75) A "técnica da liberdade" como procedimento metodológico foi utilizada por Maria Isaura P.de Queiroz em sua pesquisa cujo problema norteador eram as relações entre brancos e negros em São Paulo de princípios do século até 1930. Deixava sua informante falar livremente sem saber do problema de pesquisa; paralelamente obtinha outros depoimentos pessoais lançando diretamente a questão ou conduzindo o assunto através de conversas com outros indivíduos selecionados. "Deixei pois, minha informante falar livremente; raramente lhe perguntava uma ou outra coisa, fazendo-o apenas quando havia dúvidas a esclarecer, detalhes a acrescentar, concernentes à questão que mais me preocupava" QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, Variações sobre a Técnica de Gravador no Registro da Informação Viva, op. cit., pp. 170 e 171.

fessor da Universidade de São Paulo, tinha certa preferência pela utilização dessa técnica de pesquisa (76).

A memória, como registro vivo de informações, foi fornecedora de grande parte dos dados coletados, obtidos em depoimentos pessoais, relatos e fragmentos de históricos de vida. Pode-se dizer que neste estudo utilizou-se da pesquisa intergeracional, ou seja, os dados foram coletados através de entrevistas feitas principalmente com os elementos de três gerações da mesma família. Com o passar do tempo, laços de amizade foram criados o que propiciou a abertura no relacionamento com os demais membros da comunidade, facilitando o início de conversas que se tornavam novas entrevistas.

A fim de anular a inibição dos informantes, buscou-se colher as informações necessárias sem lápis e papel e já mais se usou gravador; obtinham-se os dados através da fala de diferentes informantes. Entretanto, muito se refletiu sobre as vantagens e limitações da utilização do gravador e optou-se pela não utilização do mesmo, objetivando obter a espontaneidade

(76) "Quanto a nós, temos certa predileção pela utilização dessa técnica da liberdade, que já apelidaram de "Técnica proustiana", pois que a pessoa interrogada, negligenciando a cronologia dos acontecimentos, se abandona, como o menino Proust, à "intermitência do coração", infinitamente mais reveladora que as outras, sob a desordem aparente das datas". Bastide, Roger, Introdução a Dois Estudos sobre a Técnica das Histórias e Vida" in QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, op. cit., p. 159.

dos informantes (77).

Sem lápis, nem papel nem gravador, redigiam-se as narrativas ouvidas num esforço de memória, logo que se retirava do núcleo pesqueiro. Procurava-se anotar as questões formuladas, as opiniões e faziam-se observações referentes às dúvidas surgidas para, no dia seguinte, conduzir o assunto de tal maneira que as dúvidas fossem sanadas. Construiu-se, assim, um diário de pesquisa onde cada informante era caracterizado com dados pessoais como idade, sexo, estado civil, ocupação, além do nome, para maior facilidade de complementação dos dados.

A pesquisa não obedecia a um horário rígido; conforme o tempo, os acontecimentos e atividades da vila, ia-se de manhã, voltava-se à tarde ou ficava-se até a noite para não perder nada de importante e relevante para a pesquisa. Às vezes, passava-se o dia todo no local, conversando, observando, perguntando, enfim, acompanhando a vida dos moradores. Sem horário prefixado, tornou-se possível surpreender quase que naturalmente a vida do Araçá, seu cotidiano, na rua, no lar e, principalmente, no trabalho da pesca.

Torna-se conveniente explicitar que, quando se retornava à comunidade, após alguns meses de afastamento, o primeiro contato com os informantes principais se estendia por maior período de tempo, motivado pelo interesse dos informantes em

(77) "...o gravador também é fonte de inibição para determinadas informantes...muitas delas 'temem' o gravador, titubeiam, balbuciam...A máquina inibidora está sempre ali presente" QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, op. cit., p. 46.

relatarem os acontecimentos significativos ocorridos durante o período de afastamento. Entretanto, para se pode permanecer no núcleo pesqueiro por algum período do dia algumas estratégias foram utilizadas. Muitas vezes, dirigia-se ao local a fim de se comprar peixes e ficava-se aguardando a chegada dos barcos, o que favorecia a permanência no local sem se identificar como pesquisadora. Outras vezes, sabendo que haveria pesca do arrastão na praia, permanecia-se por maior período a fim de se observar até o fim essa atividade.

Algumas vezes, através de acertos anteriores, almoçava-se em casas de pescadores. As donas de casa concordavam em vender e preparar o pescado, pois, não existem na comunidade restaurantes nem bares que oferecem refeições ou lanches. Combinada a hora da refeição, dirigia-se à moradia do pescador onde se verificava o zelo na arrumação da mesa e a disposição da dona da casa em oferecer caprichosamente o pescado que havia preparado dentro da simplicidade e limitações de sua moradia. Essas refeições eram seguidas de longas conversas de que toda a família do pescador participava, inclusive os mais velhos, geralmente antigos pescadores. Outras vezes, havia maior participação das mulheres, tendo em vista a ausência dos homens que desenvolviam alguma atividade pesqueira. Nas duas vezes em que se esteve na comunidade durante as festas de fim de ano, devido ao fato de os pescadores permanecerem na comunidade do Natal até aproximadamente o dia dos Reis, foi maior a participação do elemento masculino.

Com o passar do tempo, as permanências no local podiam se estender por maior período de tempo, devido principalmente à confiança adquirida entre os moradores.

Para visualizar melhor, complementar e conferir os dados obtidos na população, objeto de investigação, assim co

mo aprofundar o estudo e a compreensão da dinâmica da pesca na região, os outros núcleos pesqueiros existentes nos arredores da zona urbana do Município onde se insere a população pesquisada também eram regularmente visitados. Observava-se, entrevistava-se e participava-se de atividades relacionadas à pesca, sempre objetivando melhor entender o trabalho infanto-juvenil através de depoimentos dos pescadores não inseridos na população amostrada e sempre adotando-se a mesma postura de não se identificar como pesquisadora; assim, novos dados e informações foram obtidos.

Na zona urbana do Município, efetuaram-se entrevistas assistemáticas com mulheres e crianças que vendiam guloseimas na praia durante o verão ou que auxiliavam o pai no "concertar" (78) e venda do pescado. Incluíram-se também os pescadores que ainda residem na zona urbana, porém, mais distantes da praia. Além disso, também foram ouvidos empresários, professores, padre, comerciantes e motoristas de táxi.

Foram feitas algumas entrevistas com professores da Universidade Estadual de Santa Catarina para complementação do estudo teórico, procurando-se aprofundar o entendimento do povoamento e dos ciclos econômicos desenvolvidos no litoral catarinense e apreender como se organizou a propriedade na região a ser investigada.

Desde que se iniciou a pesquisa muitas fotografias foram tiradas; logo na primeira visita ao núcleo pesqueiro,

(78) Limpar o peixe, como se diz nessa região.

mesmo antes de ser selecionado como amostra, as crianças queriam ser fotografadas, o que se fez. Quando as fotos ficaram prontas, foram enviadas, via correio, às crianças. As fotografias serviram de fator positivo no início da pesquisa, pois, geraram uma abertura no relacionamento inicial com as crianças e com os jovens que se interessavam em ser fotografados e, por último, com os adultos, que queriam que se fotografassem suas embarcações.

Foram as fotos que, muitas vezes, serviram de motivo para início de conversas que se encaminhavam em direção às informações que se objetivava obterem. Delas surgiram inúmeros comentários que se tornavam elementos significativos para o estudo que se propunha. Assim a máquina fotográfica tornou-se bem aceita e vista com naturalidade.

A documentação fotográfica acumulada no decorrer do tempo de pesquisa foi organizada num trabalho posterior e possibilitou uma análise mais detalhada de situações observadas durante o trabalho de campo; clareou a descrição de determinadas situações e também auxiliou a entender a seqüência de determinadas tarefas que haviam sido observadas. Enfim, as fotografias foram de grande utilidade em diferentes fases, tanto no próprio trabalho de pesquisa de campo, como no de análise dos dados observados, auxiliando a entender e descrever determinadas tarefas de significativa importância para a apreensão do trabalho infanto-juvenil (79).

(79) Sobre fotografias em pesquisa ver o relatório do XII Congresso Anual de Estudos Rurais e Urbanos, CERU, USP, maio de 1985, cujo tema foi a Imagem e o Som em Pesquisa.

Documentos históricos, dados estatísticos e mapas foram utilizados para complementação dos estudos que, aglutinados com as entrevistas e observações, visavam entender o relacionamento da unidade selecionada com a sociedade mais ampla, ou seja, com a sede do Município e com a região.

Finalizando, pode-se dizer que a população amostrada foi acompanhada durante quatro anos e meio, em períodos descontínuos, o que contribuiu para uma análise mais detalhada do trabalho da criança e do jovem como também para se entender a importância da educação fora da escola, verificar o importante papel da família na formação do indivíduo que se dedica ao trabalho da pesca e possibilitar também visualizar as mudanças que estão se processando naquele grupo social, alterando o comportamento e expectativas dos indivíduos, devido principalmente às alterações do quadro econômico que rapidamente estão sendo inseridos na comunidade pesquisada.

3º Capítulo: A COMUNIDADE DO ARAÇÁ: CARACTERIZAÇÃO

1. LOCALIZAÇÃO, SITUAÇÃO ATUAL E VIDA COTIDIANA

O Araçá é uma comunidade de origem portuguesa situada no Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, Brasil (Ver mapa 3.1), distando aproximadamente uns 5 quilômetros da sede do Município. O nome Araçá tem origem na fruta araçá que era muito encontrada naquelas terras.

Seus moradores são originários de apenas 3 ou 4 famílias que se fixaram na região há mais de 4 gerações, casando-se entre si (80).

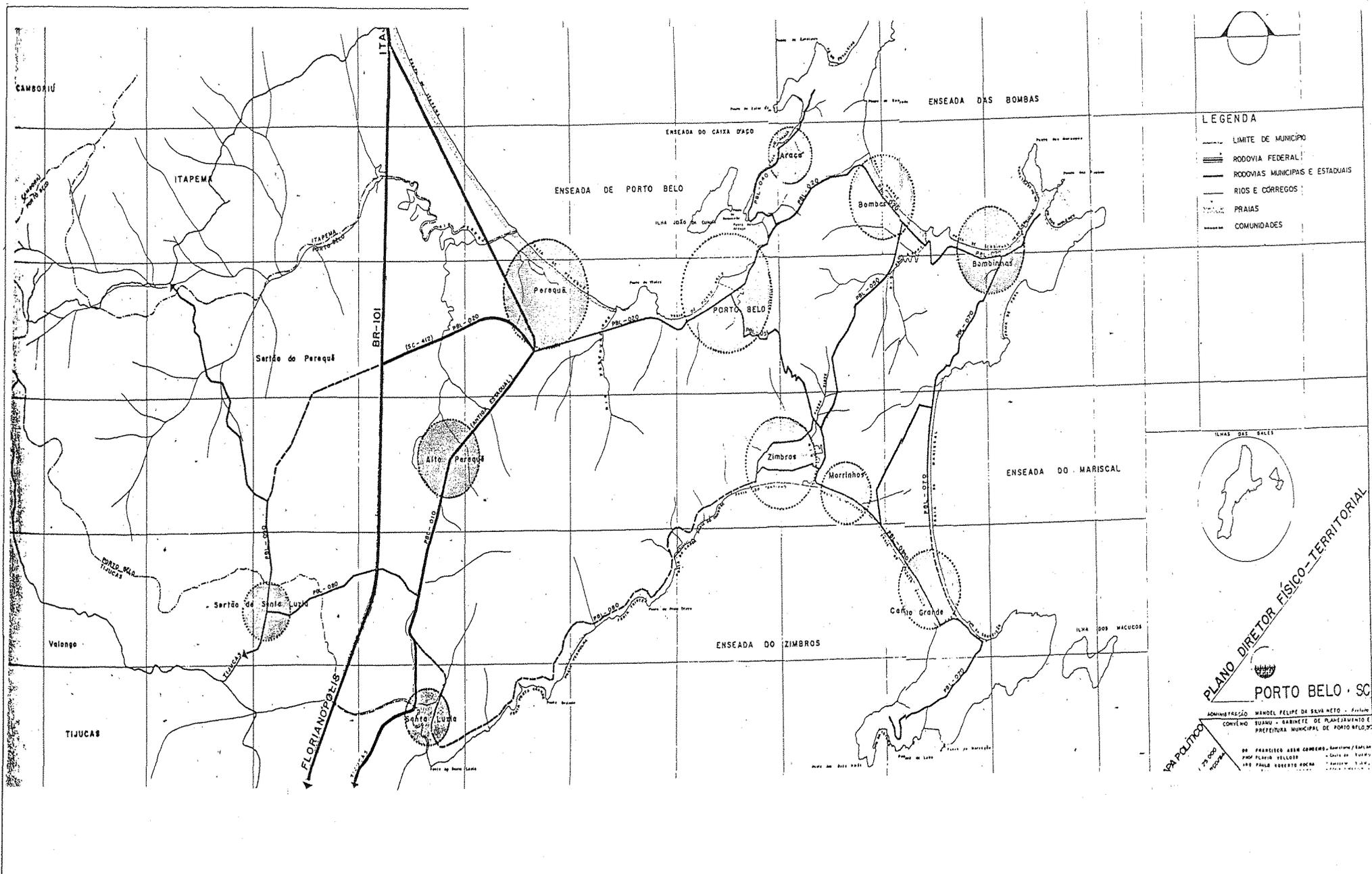
Nos princípios deste século a população já se dedicava ao trabalho da pesca. O pescado excedente, para ser vendido, tinha que ser levado na própria canoa a remo até a cidadezinha de Porto Belo (81).

No princípio da década de vinte deste século já se registra a presença da educação formal no Araçá, com uma sa

(80) Para o levantamento dos dados históricos do Araçá utilizaram-se: depoimentos de moradores do próprio local, informações da Prefeitura e do Cartório de Porto Belo. Nessa busca ouviu-se: "Casam parentes com parentes". "Agora que estão se misturando" (Cartório do Município). "A vila do Araçá existe desde que Porto Belo existe" (Prefeitura de Porto Belo). "Eu nasci aqui, meu pai nasceu aqui, meu avô já morava aqui" (informante local). Trabalho de Campo.

(81) "Eu nasci aqui. Vi pegar muito peixe aqui. Levava de canoa até Porto Belo. Lá tinha que buzinar para aparecer o freguês. Meu marido teve que enterrar muito peixe porque não tinha comprador. Dinheiro não deu. Ah!... se fosse hoje..." Fala de uma das moradoras mais antigas. Trabalho de Campo.

MAPA 3.1 - O MUNICÍPIO DE PORTO BELO: COMUNIDADES, RODOVIAS, ETC.



Fonte: Plano Diretor Físico-Territorial, Prefeitura de Porto Belo, Santa Catarina.

la de aula onde apenas alguns moradores mandavam seus filhos receberem as lições (82). Instalada atualmente num outro prédio, a escola até hoje oferece a educação formal de 1ª a 4ª série (83).

Um dos acontecimentos que marcou muito os moradores mais antigos do Araçá foi a Segunda Guerra Mundial. Os pescadores pegaram em armas para proteger a praia e a vilazinha. As mulheres e as crianças se refugiaram numa caverna situada num dos morros próximo à vila.

Pelas informações obtidas pode-se supor que as poucas famílias que em tempos remotos se fixaram onde hoje se situa o núcleo pesqueiro do Araçá, dividiram-se: umas ficaram na própria praia do Araçá e outras, na Prainha, que dista uns 300 metros; desse modo, a comunidade se apresenta formada por dois núcleos populacionais (84).

Na atualidade, o Araçá possui em torno de 80 mo-

(82) "Tinha uma aula ali em cima. Eu não mandava meus filhos". Informante idosa. Trabalho de Campo.

(83) A escola foi fundada por decreto em 1923. Maiores dados sobre a escola, , 7º Capítulo, "A escola e o trabalho infanto-juvenil": situação presente" nesta mesma dissertação.

(84) "Os filhos do meu avô moram aqui no Araçá...tem outro senhor de idade que mora na Prainha" "Os filhos dele moram lá na Prainha". Trabalho de Campo.

radias e uma população aproximada de 500 a 600 pessoas (85), concentradas em duas praias pequenas e próximas, a Praia de Araçá e a Prainha (Ver mapas 3.2 e 3.3). Outros moradores são encontrados espalhados nos arredores, principalmente em casas construídas nos morros, não mais nas praias que se seguem. Quanto ao tipo físico são de estatura média e baixa, morenos claros com pele bem clara. Muitos indivíduos apresentam olhos azuis e verdes. Falam o português corretamente, inclusive utilizando termos que dificilmente são empregados na linguagem cotidiana pela camada de menor poder aquisitivo da população brasileira. Alegres e comunicativos entre si, apresentam certa resistência a se relacionarem com pessoas de fora da comunidade, principalmente turistas e veranistas. Esse comportamento é mais observado entre os adultos; as crianças não apresentam essa resistência, conversam, brincam e rodeiam os carros que estacionam na vila, adoram fazer pose para fotografias e jamais pedem esmolas.

A população do Araçá se dedica ao trabalho da pesca e atividades relacionadas como confecção de redes, conserto de embarcações e equipamentos. Pescam tainhas, corvinas, pescadas, sardinhas, camarões e outros, representando 30% do total de peixes capturados no Município e são responsáveis por 5% do

(85) De acordo com os dados obtidos junto à ACARPESC - Porto Belo, órgão da Sudepe, Santa Catarina, em princípios de 1985, a população do Araçá seria de 300 moradores. Entretanto, durante o tempo que se acompanhou a população nesta pesquisa, acredita-se que a mesma chegue a bem mais de 500 pessoas. Para precisar esse dado, efetuou-se o cálculo, baseando-se no quadro estatístico referente à idade da população do Município de Porto Belo - Censo Demográfico, 1980 e o nº de matrículas da escola da comunidade do Araçá.

MAPA 3.2 - CARTA MARÍTIMA 1810-LOCALIZAÇÃO DE PORTO BELO, ENSEADA DA CAIXA D'AÇO

Brasil - Costa Sul - Enseada de Porto Belo

Levantamento efetuado pela Marinha do Brasil, 1938

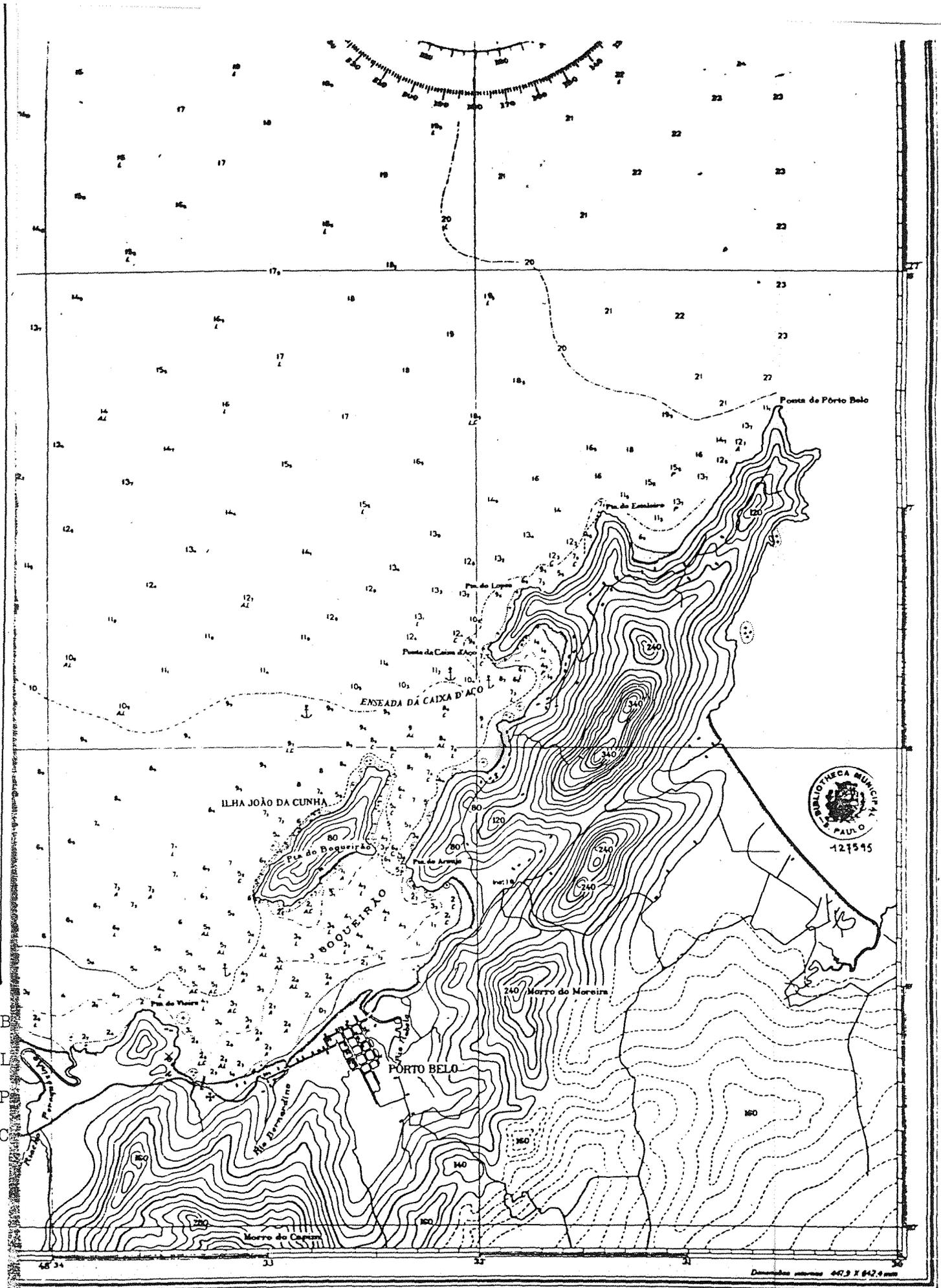
Publicado: 15 de outubro de 1940

Carta Marítima nº 1810

Escala Natural: 1:27.309

a = areia L = lama

C = cascalho P = pedra



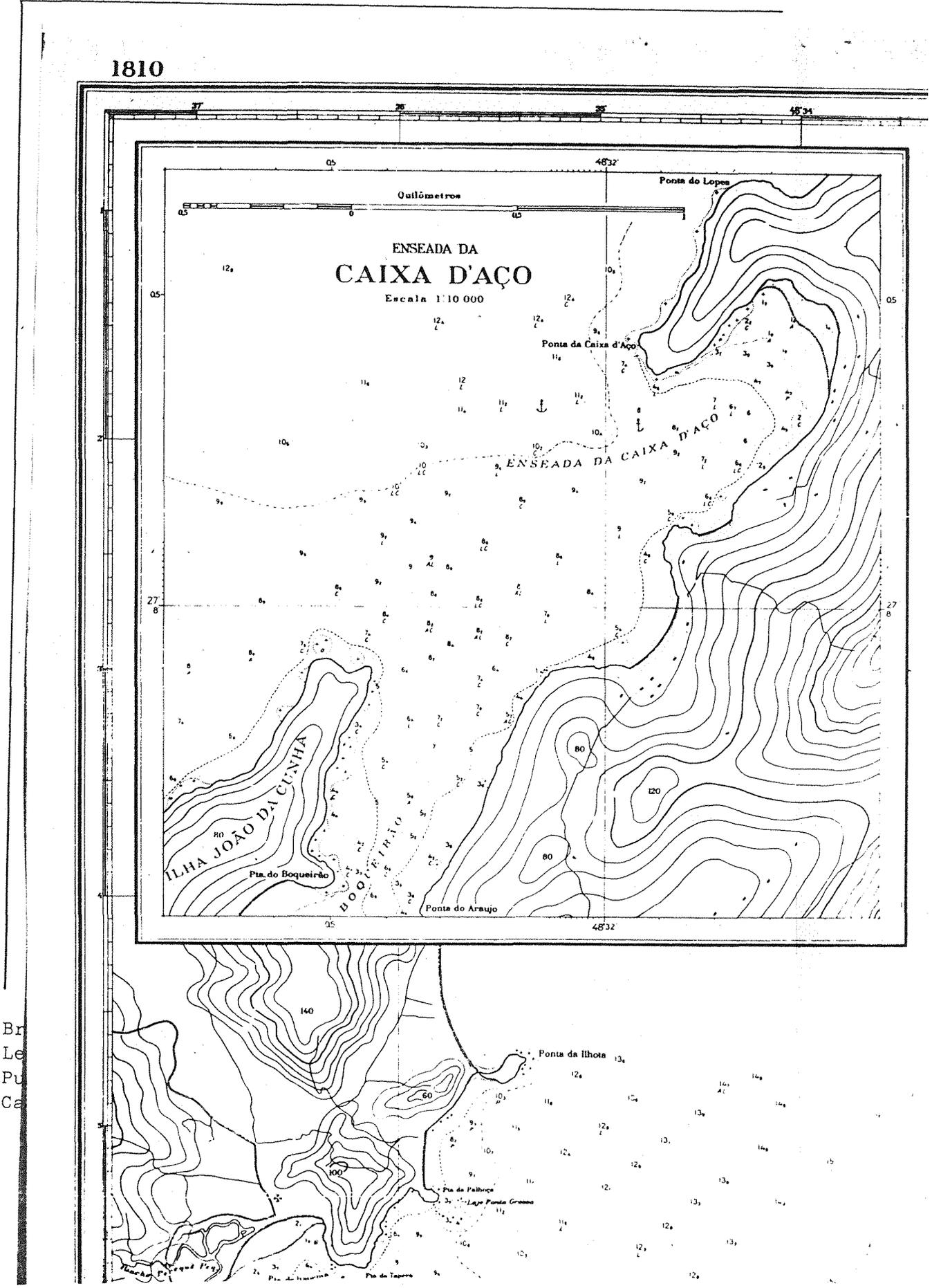
Publicada em 15 de outubro de 1940

NOVA EDIÇÃO: 11 de agosto de 1945

1810

D.I.N. - CORRETA ATÉ 15 JUN 1949

Mapa 3.3 - PARTE DA CARTA MARÍTIMA 1810 - ENSEADA DA CAIXA D' AÇO
AS DUAS PRAIAS QUE FORMAM O ARAÇÁ



total de camarões (86). Nos anos de 1979, 1980 e 1981 ocupava o 2º lugar de pescado capturado entre as localizadas do Município onde desembarcavam pescado. Após esse ano não existem dados disponíveis (Quadro 3.1) Em relação às comunidades pesqueiras do Município é considerada uma comunidade rica porque pescam peixes e na entressafra pescam camarões, enquanto as outras se dedicam mais à pesca de camarão, que é uma atividade sazonal. Em princípios de 1985, o total das embarcações era de aproximadamente 30 entre barcos, canoas a remo, baleeiras e traineiras motorizadas (87).

A rede faz parte do cotidiano do Araçá. Secando nas pedras, enroladas no meio da rua, aguardando ser levadas para as embarcações ou esticadas em cima de estacas feitas de troncos de árvores previamente preparadas para apoiá-las quando em reparos, as redes são constantes no Araçá. Conservadas e mantidas em condições para a pesca, são cuidadosamente tratadas pelos pescadores. Azulões e brancas, de diferentes tipos, grandes e pequenas, as redes enfeitam o Araçá, fazem parte do dia-a-dia do pescador e de sua família (Foto 2).

No Araçá não se vêem mendigos nem bêbados andando pela rua, caminhos ou praias. Todos trabalham, homens na pesca, mulheres nos afazeres domésticos, crianças vão à escola e ajudam a família em diferentes serviços; as moças trabalham

(86) Fonte: ACARPESC, Porto Belo, Santa Catarina, órgão da Sudepe.

(87) Idem.

Quadro 3.1 - Produção de Pescado Desembarcado no Estado e no Município de Porto Belo de 1979 a 1984 em kg e locais de desembarque no Município

ANO	Total Região Porto Belo	LOCAL	Total Localidades	Total Santa Catarina
1979	2.013.137	1	564.795	91.505.368
		2	24.376	
		3	50.640	
		4	805.678	
		6	20.797	
		7	143.045	
		8	115.713	
		9	288.093	
		1980	1.782.063	
2	106.795			
3	42.782			
4	509.008			
5	50.500			
6	11.190			
7	207.163			
8	231.637			
9	239.096			
1981	593.794	1	18.318	70.297.095
		2	2.300	
		3	2.715	
		4	312.693	
		6	851	
		7	1.469	
		8	16.495	
		9	238.953	
		1982	1.000.727	
9	579.465			
10	25.160			
1983	933.088	4	418.567	80.114.319
		9	501.728	
		10	12.793	
1984	933.912	4	344.591	97.119.588
		9	589.321	
Total	7.256.721	-	7.256.721	539.967.023

Fonte: Anuário Estatístico da Sudepe, agência Itajaí, S.C.

Legenda do Local:

1 - Araçá	6 - Praia do Perequê
2 - Bombas	7 - P.de Porto Belo
3 - Bombinhas	8 - Santa Luzia
4 - Canto Grande	9 - Zimbros
5 - Pto.de Porto Belo	10 - Pto.da Indupesca

fora do lar em empresas relacionadas à pesca. No Araçá a azáfama é constante: homens vão, voltam, permanecem nos bares e na rua, enfim, tornam a vida bastante movimentada. Devido a suas condições de trabalho, os homens saem para pescar em diferentes horas e épocas do ano. Conseqüentemnete, dormem em diferentes horários do dia ou da noite e fazem muitas das suas refeições na própria embarcação. Muitos pescadores ausentam-se da comunidade, permanecendo no mar de 3/4 dias até 15 dias ou mais, pescando em praias mais distantes. Somente as mulheres, as crianças e os homens que estão em terra almoçam em torno das 11h ao meio dia e a sesta é praticada por volta das 13h às 15 horas, exceto pelas crianças. (Foto 3).

Pode-se ir ao Araçá por mar ou por terra (Ver Foto 1). Por mar há necessidade de se solicitar um frete a alguma embarcação de pescadores que esteja ancorada na praia de Porto Belo. Em geral, cobram alto preço. Por terra, partindo-se do centro urbano de Porto Belo, uma única rua não calçada dá acesso ao Araçá onde a beleza da paisagem logo se destaca (Foto 4).

Chega-se primeiro à Praia do Araçá que tem uns 250m de extensão; a rua torna-se paralela à praia, separando o mar das casas. As casas são, em geral, de madeira e poucas de alvenaria. Possuem muros baixos ou cercas na frente para separá-las da rua. Outras casas situam-se no morro que se eleva atrás dessa primeira fileira de casas que estão de frente para a rua. Ali, no morro, as construções são irregulares em terrenos também irregulares. O acesso às diversas moradias que existem no morro só é possível a pé através de tortuosos e estreitos caminhos que se iniciam no fundo das casas localizadas com frente para a rua. Andando pelos caminhos, depara-se com pequenos quartos de madeira, sem ventilação, em geral em péssimo estado de conservação e exalando mau cheiro. São os banheiros somente um vaso. Não se consegue identificar a qual casa pertencem ou

se são comuns às várias moradias. Muitos terrenos onde as casas se localizam possuem cercas feitas de redes de pesca não mais em uso, presas em estacas de madeira, em geral, pedaços de galhos de árvores. Os banheiros não são cercados, ficam separados e distantes uns dos outros ao lado do caminho. Raras são as moradias cujos banheiros são construídos fazendo parte da casa. São geralmente as casas construídas em alvenaria. Observou-se que as famílias que os possuem permitem a utilização dos mesmos aos vizinhos que não os têm, principalmente se são parentes.

Após a Praia do Araçá existe um pequeno costão e a rua continua por trás das rochas uns 300 metros. De repente, avista-se outra praia. É a Prainha que surge com seus 200m de extensão, aproximadamente, e a rua termina, tendo-se que percorrê-la de carro ou a pé pelas areias da praia. As moradias situam-se à beira da praia. Terminada a Prainha, a rua novamente continua com casas dos dois lados, com as mesmas características da Praia do Araçá, inclusive construções no morro. As duas praias tornam-se muito semelhantes não só quanto às características geográficas, tipo de praia muito mansa, como também quanto à localização e tipo de construção das moradias (Foto 5).

A próxima praia é a Praia do Caixa D'Aço. Para se chegar a essa praia por terra tem que se pedir autorização ao caseiro, numa passagem que se localiza ao lado esquerdo da rua que vem da Prainha e onde se situam duas moradias de habitantes da região. Desce-se o morro a pé e chega-se à praia, pequena e calma, com pedras arredondadas que embelezam as duas pontas das elevações em que a praia se finda, acompanhando uma vegetação muito bonita. A esta praia já se referia Affonso de Taunay: "Assim este nome expressivo e, até hoje conservado da nossa tiponymia littoranea, já era conhecido em 1653, data da informação de Daniel Gonçalves ao Prevedor Mór". "Na celebrada Caixa D'Aço, que aliás, corresponde a um dos mais estupendos pa

noramas marinhos de nossa terra, escondeu-se certa vez uma divi
são naval portuguesa, receiosa de perseguição de grande esqua -
 dra hespanhola" (88). Na beira da Praia do Caixa D'Aço existe
 só uma casa de veraneio, simples e construída de madeira. Ou-
 tras escassas moradias distanciam-se umas das outras na parte
 mais elevada do morro, em geral, próximas à única rua que se
 vai tornando esburacada e com valetas dos 2 lados para logo em
 seguida terminar, de repente, sem dar em nada (89).(Foto 6).

Na Praia do Araçá (90) situa-se a igreja Assem-
 bléia de Deus, uma vendinha e, no caminho para a Prainha, uma
 construção em alvenaria no qual um senhor, antigo pescador, ven-
 de peixes conservados num "freezer". Na Prainha situa-se uma
 igreja Católica (91), a Escola, um barzinho, além do salão de
 baile que não tem nome. Em cada uma das duas praias existe uma sal-
 ga, que é o local onde se pesa e se guarda por algumas horas o pes-
 cado a ser comercializado (92).

(88) TAUNAY, Affonso de E., Em Santa Catarina, S.P., Imprensa
 Oficial do Estado, 1936, p. 32.

(89) Nesse local, por uma picada chega-se à última praia da re-
 gião, a praia do Estaleiro, pequena, com ondas mais for-
 tes, onde predomina uma vegetação natural e sem moradias.
 A seguir, não há acesso por terra ao costão de pedras on-
 de bate o mar.

(90) Observações realizadas no início da pesquisa de campo,
 abril e setembro de 1981.

(91) Igreja de Santa Terezinha, mas o Santo padroeiro da vila
 é São Pedro.

(92) Salga, na linguagem da região é "sarga". É, geralmente,
 uma construção em alvenaria; no local há água potável pa-
 ra lavar o pescado e é de uso comunitário. Os caminhões
 dos intermediários procuram na salga o pescado disponível .

Uma vez por semana um carro velho levava carne para vender aos moradores da comunidade (93). Até bem pouco tempo, para quase tudo de que precisavam os habitantes tinham que se dirigir à cidadezinha de Porto Belo ou municípios vizinhos.

No Araçá não há médico, dentista nem farmácia. Não existe cemitério, levam o defunto ao cemitério de Porto Belo que se localiza ao lado da igreja matriz. Vão a pé ou de barco. Quando vão de barco chegam à praia de Porto Belo, descalços, com as calças arregaçadas porque têm que pular na água para retirar o morto da canoa. Quando vão à pé, alguns familiares acompanham o caixão até o cemitério, distante mais ou menos 6 km. Segundo explicações do padre do Município, na missa de 7º dia sempre se destaca, assistindo à missa, um parente do morto, vestido de roupa nova. É o escolhido pela família para a "coberta da alma". Acham que até a missa de 7º dia a alma está despida, descoberta e precisa ser vestida; então, escolhem um parente próximo do falecido para "vestir a alma"; se o morto é homem, é um homem o escolhido, se mulher, é uma mulher que representa a "coberta da alma", vestindo roupa nova, na missa. Após a cerimônia da missa, a roupa nova é dada para um pobre. Deve-se destacar que o homem escolhido para a "coberta da alma" veste-se

(93) Trabalho de Campo, fase final, junho de 1985.

de terno e gravata, o que é muito raro, pois os pescadores não se vestem assim no seu cotidiano (94).

Transporte coletivo é inexistente no Araçá(95), como também negro e cavalo. De acordo com um informante, pessoa de destaque em Porto Belo, tanto no Araçá como em Zimbros, outra comunidade de pescadores, acreditam que "cavalo e negro dão azar, é sinal de miséria". "Uma pessoa montada num cavalo é uma pijirica". "Pijirica é um peixe que quando vem na rede é sinal de miséria"(96). Durante todo o tempo que se visitou o Araçá para esta pesquisa, nenhum cavalo foi observado (97).

No Araçá não se criam porcos e nem se vê gado pastando. Algumas cabras foram vistas e eram cuidadas pelas pró

(94) A "coberta da alma" também foi registrada por Lilian Argentina B. Marques nos pescadores do Rio Grande do Sul. "Usam ainda o costume de "coberta d'alma", que consiste em dar um traje novo e completo para um vivo, em homenagem ao falecido para que este entre "bem no céu". MARQUES, L. A. B., O Pescador Artesanal do Sul, R.J., MEC-SEAC-FUNARTE, 1980, p. 17.

(95) Em 1984, chegava um ônibus às 6^{as} feiras num horário de ida e volta às 6 horas da manhã e fazia outra viagem às 18 horas. Em 1985, nem esse ônibus semanal existia mais. Desse modo seus moradores vão a pé à parte urbana de Porto Belo, cujo percurso é de aproximadamente 6 km de ida e 6 km de volta para os moradores da Praia do Araçá e um pouco mais para os moradores da Prainha e arredores. Alguns vão de bicicleta e, raramente, de barco. Existem 2 táxis na comunidade, que são muito solicitados. Trabalho de Campo.

(96) Trabalho de Campo.

(97) Somente um negro foi visto andando na rua da Prainha em julho de 1984: era um pescador embarcado, cuja embarcação encontrava-se ancorada na região. Trabalho de Campo.

prias famílias que as possuíam. Também não se veem galinheiros no Araçá. Raras galinhas e patos andam pelos quintais. Plantam, às vezes, salsa, cebolinha e ervas para chá ao lado das casas. A água é abundante e boa, vinda diretamente das nascentes que existem nos morros, formando, às vezes, pequenos córregos e chegando às casas através de mangueiras próximas às nascentes (98) . Como não existe esgoto, nem coleta de lixo, os riachos que desagüam na praia são sujos e poluídos pelos detritos dos moradores (Foto 7). A documentação dos terrenos não apresenta problemas porque os moradores têm a posse por herança ou por documentação da Marinha.

Quanto à saúde, os problemas mais comuns são a verminose e uma expressiva percentagem de deficientes mentais devido à consanguinidade (99).

Quanto à situação das moradias, residem em casas próprias, de madeira, e almejam poder construí-las de alvenaria, o que vem ocorrendo e modificando a paisagem do Araçá. Almejam também construir um banheiro dentro de casa.

Em geral, são possuidores dos bens materiais de produção em termos familiares. Por exemplo, o pai possui a rede, o filho, uma canoa a remo, o neto, uma redinha, outro neto, um bote e, à medida que utilizam os apetrechos de pesca da família,

(98) Em janeiro de 1986 foi instalada e, posteriormente, inaugurada a água encanada pelo serviço público local.

(99) Fonte: ACARPESC - Porto Belo, órgão da Sudepe.

as partes do pescado capturado são divididas segundo acordos efetuados. Ocorrem muitos entrelaçamentos na utilização dos bens materiais de produção.

São, em geral, muito simples, vivendo numa situação de carência econômica, o que os limita não só no lazer, como também na alimentação e vestuário.

Na caracterização feita deve-se esclarecer que, em virtude de muitos pescadores permanecerem no por mar alguns dias, a comunidade só tem notícias do local onde a embarcação se encontra ou da sua tripulação através do noticiário da pesca que é diariamente transmitido pela Rádio Itajaí e Rádio Clube de Santos, às 12 horas. Esse programa serve de veículo de comunicação também para os moradores dos núcleos pesqueiros, pois, podem enviar recados aos que estão no mar, através da Colônia de pescadores (100). Portanto, os que possuem rádio têm toda a atenção voltada, nesse horário, para as notícias destinadas ao Araçá e arredores.

(100) Transmitem as notícias gerais, depois, os recados dos pescadores e, por último, os avisos das famílias para os pescadores que estão no mar. Trabalho de Campo, 1984.

2. A SABEDORIA DA PESCA: ASPECTOS HISTÓRICOS

Através da bibliografia disponível sobre Santa Catarina, verificou-se que, por acordos com o governo português, colonos de Ericeira, Portugal, foram enviados, por volta de 1818 a 1824, para a região onde hoje se situa o Município de Porto Belo, recebendo terras para desenvolverem a agricultura (101).

Passado algum tempo, muitos colonos não estavam contentes com a localização das terras recebidas e as colocavam à venda. Tendo chegado em 1820 novos colonos ericeiros à região, o intendente da Marinha de Santa Catarina foi autorizado a adquirir propriedades para acomodar as famílias recém-chegadas. Um documento datado de 14 de março de 1820, que se apresenta a seguir, caracteriza as propriedades à venda para conhecimento do Governador da Capitania, na época, João Vieira Albuquerque.

(101) Maiores detalhes sobre o povoamento da região ver Anexo 1.

" Foram as seguintes propriedades:

1) de Antonio José d'Oliveira, com 150 braças de frente e 750 de fundos, localizando-se na "encosta dos Bobos para os Zimbo", e cujo preço era "1\$000 rs. a braça" e constavam de "terras incultas de morros, mas menos más".

2) de Antonio Cardoso, cujas terras tinham 150 braças de frente e 750 de fundos, com localização idêntica do anterior, com o mesmo preço por braça e com as mesmas características;

3) de Vicente Antonio, com 100 braças de frente e 750 de fundos, localizando-se na mesma situação que os anteriores, tendo o mesmo preço por braça e as mesmas características, com uma particularidade: "e tem porto para Canoas";

4) de Ana Maria "e suas duas irmãs", com 240 braças de frente e 100 de fundos, localizada na praia do Mariscal, ao preço de 400 rs. a braça, sendo "Planícia, terras d'areia próprias para mandioca, milho";

5) de Faustina Maria, com 140 braças de frente e 600 de fundos, situados "entre os Zimbos e Garoupas", ao preço de 2\$000 rs. a braça e este preço justificava-se porque "são muito boas terras e próximas da nova Povoação", o que indica o processo de valorização dos imóveis com a instalação dos Ericeiros;

6) de Antônio Francisco dos Santos e de José de Souza, com 34 braças de frente e 1000 fundos, localizada nas Garoupas, ao preço de 2\$400 rs. a braça, e assim justificado: "Estas terras são pegadas às da nova povoação, e já se repartirão pelos novos Colonos";

7) do Tenente Floriano José Marques, com 100 braças de frente e 1500 de fundos, também nas Garoupas, com o elevado valor de 6\$000 rs. a braça, e assim justificado: "Estas terras são muito próximas à nova povoação, são de muito boa qualidade; e são mais caras pr. pe. tem Cazas Engenho d'açúcar, e plantaçõens; mas seo dono quer vendelas"; e finalmente,

8) de José Lopes, com 190 braças de frente e 1500 de fundos, situadas estas terras na "Tapera, na praia das Garoupas", ao preço de 2\$000 rs. a braça, com esta declaração: "Estas terras estão incultas; e como taes forão destinadas para indenizar os antigos donos d'aquellas em qe. agora está a nova povoação: porem sempre vae o valor d'ellas para o caso de S. Magde. queira mandar pagallas".

Feita a aquisição cada chefe-de-familia ericeiro, ali localizado recebeu uma casa com trinta braças de terra no arraial e mais cem braças de testada com os fundos correspondentes, em terras férteis e de mata virgem, para sua lavoura.

Os ericeiros foram sendo ocupados de acordo com as atividades mais convenientes, no entender do Intendente Mello Alvim, e recebiam vencimentos proporcionais aos seus trabalhos e, caso não fossem aproveitados, receberiam 160 réis diários." (102).

(102) Relação das terras à venda apud PIAZZA, Walter, F., Santa Catarina: sua História, Florianópolis, Edit. da U.F.S.C. e Editora Lunardelli, 1983, p. 242.

Analisando-se a referida relação de terras à venda, das 8 propriedades oferecidas as de nº 1 a 3 são terras que se localizavam de frente para a Enseada dos Zimbros onde hoje se situa a comunidade pesqueira de Zimbros. A propriedade nº 4 localiza-se na Praia do Mariscal onde até hoje faz parte do Município de Porto Belo, e ainda é muito deserta. A nº 5 está mais próxima dos Zimbros, portanto, distante da sede do Município. As propriedades nº 6 e 7 podem ter sido as terras onde hoje se localiza a comunidade pesqueira do Araçá, uma vez que a descrição da propriedade nº 6 diz que as terras localizavam-se "pegadas à da nova povoação". O Araçá é uma comunidade pesqueira que se localiza a, aproximadamente, 6 km de distância da sede do município, distância esta que, se comparada com a grande área da freguesia naquela época, era relativamente próxima da povoação. Diz também a descrição que "Estas terras...já se repartirão pelos novos Colonos", o que leva a supor que houve continuidade da população local, pois, as terras não foram abandonadas como poderia ter acontecido. Finalizando, um dos proprietários que oferecia a propriedade nº 6 de acordo com a relação apresentada era Antônio Francisco dos Santos. O sobrenome Santos é muito comum no Araçá, são os descendentes de um dos moradores mais idosos, nascido no Araçá, cujo pai também era morador da comunidade.

A partir do documento referenciado e dos dados bibliográficos existentes sobre a região pode-se supor que os moradores da Vila do Araçá teriam se originado diretamente dos colonos ericeiros que na região se estabeleceram a partir de 1818. Com essa suposição procurou-se conhecer alguns aspectos dos habitantes de Ericeira, Portugal, com o objetivo de complementar o estudo da população.

Assim, partiu-se em busca de uma bibliografia que fornecesse elementos significativos para essa complementa -

ção. Encontrou-se a pesquisa efetuada em 1958 por Joana Lopes Alves, A Linguagem dos Pescadores de Ericeira (103), onde a autora dá uma visão dos moradores da freguesia de Ericeira, que se localiza no litoral português a 42 km de Lisboa, dedicando uma parte aos aspectos históricos desse povo. Segundo a autora, já no século XIII, os ericeiros pescavam baleias e outros peixes. A atividade pesqueira em Ericeira já era regulamentada e documentos portugueses assinalam que sobre algumas espécies de pescados os pescadores deveriam pagar impostos (104). Por volta de 1680, a pesca era muito desenvolvida nessa área, pois, cabiam a seus moradores algumas obrigações. "Em 1682, o movimento do pescado devia ser importante porque à "Corporação marítima" ou "Confraria dos Homens do Mar" que recebia um terço dos lucros dos seus associados, competia: reconstruir a muralha do cais, pagar o médico e botica..." (105).

(103) ALVES, Joana Lopes, A Linguagem dos Pescadores de Ericeira, Lisboa, 1965. Por ocasião da pesquisa de Joana Alves (1958), a freguesia de Ericeira possuía 922 lares e 3.463 habitantes que se dedicavam exclusivamente à pesca, abastecendo principalmente a capital portuguesa, Lisboa.

(104) "Assim, no foral de 1229, mencionam-se os impostos que os pescadores deviam pagar: "(...)ut piscatores dent uicesimam de piscato quem matauerint trans undam maris. (...) Vicinij de uilla piscatores qui fuerint piscare ad aljam partem quando (?) redierint cum piscato ad suum portum dent I jos solidos. De duodecjm piscibus unum pro ad condujto antequam dent uicesimam. (...) De balena dent uicesimam"." ALVES, Joana Lopes, op. cit., p. 14.

(105) ALVES, Joana Lopes, op. cit., p. 15.

No princípio do século passado os pescadores de Ericeira iam até os portos da África e, em meados do mesmo século, pescavam em alto-mar. Era Ericeira nessa época um importante centro de pesca (106).

Assim, em Ericeira, nos princípios do século passado, época em que muitas famílias se dirigiam para a região em estuda da costa catarinense, os habitantes possuíam profundos conhecimentos da atividade pesqueira (107), conhecimentos esses construídos, enriquecidos e perpassados às gerações novas através dos séculos, portanto, um saber historicamente construído.

3. RELAÇÕES ENTRE A POPULAÇÃO ESTUDADA E A POPULAÇÃO DE ORIGEM: UMA TENTATIVA DE DELINEAR RELAÇÕES POSSÍVEIS

Buscando-se aprofundar o estudo histórico da população amostrada objetivando melhor apreender o objeto desta pesquisa - o trabalho infanto-juvenil e suas vinculações com a educação -, tomou-se por base a pesquisa já referenciada de Joa

(106) "Por meados do século passado, os habitantes de Ericeira dedicavam-se a pescarias no mar alto, chegando mesmo a atingir a costa do Marrocos e os bancos da Terra Nova. Por essa época, era a Ericeira um centro importante de "homens do mar" ALVES, Joana Lopes, op. cit., p. 15.

(107) "...mas a verdade é que toda uma tradição marítima a marcou desde os seus primórdios" ALVES, Joana Lopes, op. cit. p. 15.

na Alves (108) e verificou-se que algumas relações entre os pescadores de Ericeira, Portugal, e os habitantes do núcleo pesqueiro do Araçá, Santa Catarina, podiam ser articuladas.

No Araçá os moradores em geral não apresentam nenhum interesse em cultivar as terras próximas da vila e mesmo em fazer hortas no quintal de suas casas para auxiliar no sustento da família. Raras moradias possuíam um canteiro de terra cultivado. Nesse caso, eram plantados temperos e ervas para chás. Os ericeiros portugueses, por sua vez, também não se interessam em cultivar a terra. "O homem da vila de Ericeira distingue-se dos circunvizinhos e dos habitantes dos lugares da freguesia por uma psicologia própria e por uma mentalidade que o faz, sem ser por orgulho, desprezar todo o trabalho ou atividade relacionada com o campo ... Com efeito, o ericeirense, se não é pescador ou marítimo, é carpintêro, serralhêro, cab'lerêro, chófer, criado de qualquer categoria, mas não trabalha no campo" (109).

A partir de aproximadamente 15 anos as moças do Araçá começam a freqüentar o salão que existe na vila. Os bailes são realizados geralmente aos sábados à noite e, às vezes, no domingo à tarde. Nessas ocasiões a vila fica movimentada pelos jovens que circulam pela única rua. Tanto as moças como os rapazes gostam muito desse tipo de divertimento. As moças não saem da vila para dançar em outras vilas onde também se realizam bailes. Esse privilégio é dado aos rapazes que, em grupos, alugam o táxi da vila e se dirigem para outras vilas no próprio Município. Por sua vez, os rapazes dessas vilas também se dirigem ao Araçá, para o baile. Nesses bailes gostam de dançar o

(108) ALVES, Joana Lopes, op. cit.

(109) ALVES, Joana Lopes, op. cit., pp. 21 e 22.

fandango, o vanerão, cujas músicas são tocadas pelo conjunto que anima o baile (110). Em Ericeira, o baile, na época, era um divertimento importante, de acordo com a citada pesquisa de Alves. "O balho, ao Domingo, nos Bombeiros ou no Salão Moderno, é um dos grandes divertimentos dos rapazes e das raparigas. Dançam ao som de acordeão ou de concertina, tocados pelos tocadores de balhos... ..O balho é um acontecimento de tanta importância que o pregoeiro... anuncia quando e onde se realiza o baile" (111).

O casamento no Araçá se dá quando a moça, ao atingir 16 ou 17 anos, aceita o convite de seu namorado para ir com ele (112) e passa a residir na casa do rapaz ou de parentes do mesmo. Depois de algum tempo regularizam a situação, casando-se no civil, em geral, quando o 1º filho já nasceu. Em Ericeira, Portugal, o casamento se dá antes da legalização no civil ou na igreja. "Donzela p'ro casamento... dum cento bai uma. No entanto, mais tarde, quase todas são recebidas no cebil ou na igreja porque todas elas desejam legalizar a sua situação" (113).

(110) Trabalho de campo.

(111) ALVES, Joana Lopes, op. cit., p. 49.

(112) Usam a expressão "fugir" porque a moça aceita o convite do rapaz para ir morar com ele em local já programado que é muitas vezes sua futura moradia, já mobiliada pelo rapaz; não avisam ninguém da família, depois de uns dias, a moça vai visitar os pais que aceitam "o casamento" da moça. Trabalho de Campo.

(113) ALVES, Joana Lopes, op. cit., p. 29.

Como já se fez referência, o tipo físico dos moradores do Araçá caracteriza-se por estatura baixa, morenos-claros ou loiros, pele geralmente clara e muitos possuem olhos azuis ou verdes. Muitas crianças apresentam o cabelo bem claro. A princípio pensou-se que teria havido casamentos com alemães que, a partir de 1850, passaram a chegar à região de Blumenau, Santa Catarina, para colonizar aquelas terras, distantes aproximadamente 100 km de Porto Belo. Entretanto, uma dúvida pairava devido às afirmações de que, no Araçá, os casamentos se dão entre os moradores da vila e, só recentemente, os jovens começaram a se casar com elementos de fora da vila (114).

Por sua vez, os pescadores de Ericeira, Portugal, também costumam casar entre si e o tipo físico se apresenta como morenos claros e olhos claros (115).

(114) Obteve-se a informação do escritório sediado em Porto Belo, pertencente à Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina - ACARPESC, órgão da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, de que, no Araçá, um dos problemas de saúde verificados é o número de deficientes mentais, devido à consangüinidade.

(115) "Se o tipo étnico se descaracterizou com a vinda para Ericeira de muitos marítimos...o essencial da sua maneira de ser manteve-se". "Naquelas famílias em que os cruzamentos com não ericeiros são mínimos, o pescador é..., ligeiramente moreno outisnado do sol, de olhos claros, por vezes azulados" ALVES, Joana Lopes, op. cit., p. 22.

Desse modo deixou-se de lado a suposição de que teria havido uma migração de alemães para o litoral, na região em estudo.

A alegria dos moradores do Araçá, a disposição de não deixar o local, porque gostam de tudo que a vila lhes proporciona, a coragem dos pescadores foram aspectos que sobressaíram no decorrer desta pesquisa. A alegria e a coragem dos Ericeiros foram também observadas por Joana Alves na pesquisa que elaborou (116).

Quanto à linguagem dos moradores do Araçá, cabe aqui dizer que, durante as conversas que se mantiveram, muitas vezes utilizavam a palavra "criatura". No tratamento às pessoas os pescadores de Ericeira também utilizam a palavra "criatura", quando se referiam às pessoas que pouco conheciam (117).

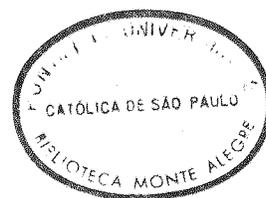
(116) "Corajoso na luta contra o mar, meditativo quando contempla o azul...o pescador é por vezes alegre e folgazão" ALVES, Joana Lopes, op. cit., p. 48.

(117) "Criatura - nome por que designam uma pessoa pouco conhecida mesmo numa situação social superior à deles; "a criatura não beio..." ALVES, Joana Lopes, op. cit., p. 40.

Observou-se também que no Araçá as moças casadas tratam suas sogras por "ó minha sogra". Em Ericeira o tratamento usando o "ó" também é muito comum (118).

Inclui-se assim nesta pesquisa um rol de aspectos assinalados no estudo de Joana Alves sobre os habitantes de Ericeira, Portugal e constatados na população do Araçá.

Não há só semelhanças físicas, mas, principalmente, traços culturais que permitem estabelecer as vinculações entre os sujeitos desta pesquisa e aqueles de Alves. Aventura-se, pois, a dizer com mais segurança que o núcleo pesqueiro do Araçá tem suas raízes profundamente fixadas na cultura portuguesa do povo que lhe deu origem: o povo de Ericeira, Portugal, um povo possuidor de profundos conhecimentos do saber pescar historicamente construído, trazido àquele ponto do litoral brasileiro como fazendo parte do todo cultural dos grupos que, a partir de 1818 até 1824, chegaram à região. Em virtude de aquela parte da costa brasileira ter ficado por muito tempo isolada devido às dificuldades de acesso, supõe-se que os habitantes foram perpassando através das gerações aquela sabedoria da pesca, construída através dos séculos em Ericeira, Portugal.



(118) "O piscadori chama a mulher pelo nome; "ó Jôquina", "...os filhos, dirigindo-se à mãe dizem: "ó mãe,..." "... a mãe também diz: ó amigo..." ALVES, Joana Lopes, op. cit., p. 39. Joana observa também que na linguagem dos ericeiros há uma grande quantidade de palavras com o "i" final. No Araçá, só se presenciou esse aspecto na fala de uma menina "eu deixi aqui". Trabalho de Campo, 1985.

4. O ATÍPICO DA POPULAÇÃO ESTUDADA

A partir de dados históricos e do relacionamento que se acaba de efetuar pode-se até considerar que o Araçá é um caso atípico, não só porque foi formada por ericeiros portugueses e não por açorianos, como a maioria dos núcleos do litoral catarinense, mas também por ter o povo que lhes deu origem forte tradição pesqueira e não agrícola como muitos açorianos que povoaram a costa catarinense (119). Outro fator pode ser acrescido reforçando o atípico da população em estudo: por volta dos anos 40-50 deste século ocorreu acentuada transferência da população ligada à agricultura para a atividade pesqueira em muitos pontos da zona litorânea do Estado de Santa Catarina(120).

Na vila do Araçá, não houve passagem de parcela significativa da população da agricultura para a pesca e o aparecimento de ex-agricultores e ex-agricultores-pescadores que se tornaram exclusivamente pescadores. Os pescadores do núcleo em estudo são portadores de profundos conhecimentos da atividade pesqueira, o que não foi construído pela necessidade de sobrevivência imediata, devido à transferência do homem rural para a área pesqueira, que busca na pesca uma outra opção de vida.

(119) "Os migrantes açorianos que, no século XIX, vieram povoar o litoral de Santa Catarina, eram sobretudo agricultores que praticavam a pequena pesca como atividade sazonal..." DIEGUES, Antonio Carlos S., Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar, S.Paulo, Ed. Ática, 1983, p. 123.

(120) Referindo-se aos pescadores de Santa Catarina, Diegues assinala: "Na década de 1940-1950, começou a se acentuar uma evasão das atividades agrícolas para a pesca" DIEGUES, op. cit., p. 123.

. A origem agrícola de pescadores do litoral sul brasileiro é assinalada também por MOURÃO, Fernando A. A., Os Pescadores do Litoral Sul do Estado de São Paulo, S.P., USP, Tese de doutoramento, 1971 (mimeo).

Portam uma sabedoria da pesca historicamente construída, um saber pescar que se tornou uma herança social transmitida às gerações novas através de ensinamentos cujo veículo principal pode ser o trabalho infanto-juvenil.

4º Capítulo: O MUNICÍPIO DE PORTO BELO

1. ASPECTOS GERAIS

O Município de Porto Belo é um dos 197 municípios que compõem o Estado de Santa Catarina (121), com área atual de 134 km², um dos menores municípios catarinenses. Situa-se na zona litorânea a 60 km de Florianópolis, capital do Estado, e a 24 km de Camboriú, balneário mais importante do litoral catarinense (Ver mapa 4.1).

Limita-se ao norte com os municípios de Itapema e Camboriú, ao sul, com Tijucas e o Oceano Atlântico, a oeste com Tijucas e a leste com o Oceano Atlântico.

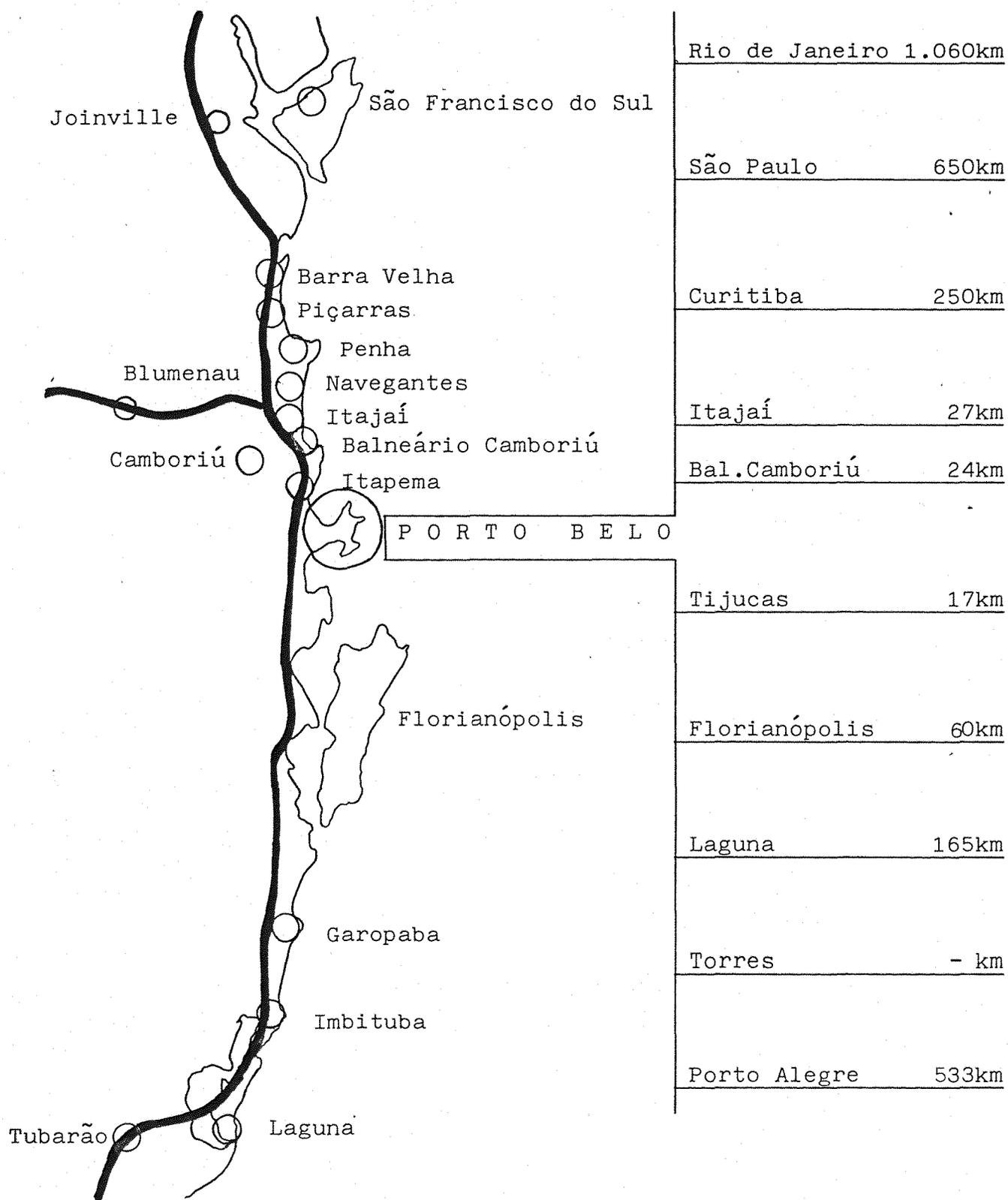
Planícies da era quaternária ocupam grande parte da área do Município (122). Os rios Perequê e Perequezinho são

-
- (121) Está localizado a 27° 09' 12" de latitude sul e 48° 33' 43" de longitude a oeste de Greenwich. Pertence à micro-região homogênea de Florianópolis, composta dos seguintes Municípios:
- . Biguaçu
 - . Florianópolis
 - . Garopaba
 - . Governador Celso Ramos
 - . Palhoça
 - . Paulo Lopes
 - . Porto Belo
 - . Santo Amaro da Imperatriz
 - . São José
 - . Tijucas.

Fonte: IBGE - 1980. (Censo Demográfico).

- (122) Algumas elevações também existem no Município com uma exuberante vegetação que caracteriza a região, onde se encontram madeiras como peroba, bicuiba e canela.

Mapa 4.1 - Porto Belo, Santa Catarina, distância (em km), de algumas capitais brasileiras e localidades vizinhas



Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, "Isto é Porto Belo" (Folheto).

os mais importantes. A costa é muito recortada, formando várias enseadas como a de Zimbros, do Mariscal, das Bombas, Bombinhas, de Porto Belo e do Caixa D'Aço. (Vide Foto 6).

Ao todo o Município possui 32 praias, Em algumas se formaram comunidades pesqueiras, outras são mais procuradas por veranistas e outras, pelo difícil acesso, são consideradas praias virgens. Em frente à Praia de Porto Belo fica a ilha de João da Cruz com 1,5 km de comprimento e aproximadamente 300 m de largura, com vegetação natural e sem nenhuma moradia. Outras ilhas pertencem ao Município como as Ilhas das Galés, Ilha dos Macucos, etc.. (Ver mapas 3.1 e 3.2)

No verão o clima é quente, chegando a mais de 36° C. e os ventos do norte predominam; no inverno o clima é frio e úmido com temperatura chegando a 2C° , havendo predominância dos ventos do sul (123).

A BR-101, interestadual, a mais importante rodovia que liga os municípios do litoral de Santa Catarina à Capital e a outros Estados brasileiros, atravessa o Município de norte a sul. (Vide mapa 3.1)

A sede do Município está localizada na Praia de Porto Belo. A via de acesso à sede passa paralela à praia, ten-

(123) A média anual de temperatura está entre 18C° e 10C° e a de precipitação pluviométrica registra 1.500mm.
Fonte: Plano Diretor Físico Territorial, Prefeitura Municipal de Porto Belo, Santa Catarina, 1983, p. 9.

do, à direita de quem chega a Porto Belo pela BR-101, os fundos das moradias, construídas de frente para o mar, sem rua que as separe do mar. São, em geral, de alvenaria, construídas em terrenos médios, pertencentes a veranistas ou moradores que exercem importantes funções no Município ou nos arredores, bem como a gaúchos, paranaenses e paulistas.

A igreja católica situa-se numa parte elevada do Município, tendo à frente a bela enseada de Porto Belo (124).

Além da sede, o Município possui as seguintes comunidades: Sertão de Santa Luzia, Santa Luzia, Alto do Perequê, Araçá, Zimbros, Morrinhos, Canto Grande, Bombas e Bombinhas (Vide mapa 3.1 no Capítulo anterior).

Duas comunidades têm quase a totalidade de sua população ligada à atividade pesqueira: a Vila do Araçá, situada a 6km da sede do Município, e Zimbros, localizada mais distante. Morrinhos e Canto Grande também têm grande parte de seus habitantes voltados à pesca.

(124) Igreja: Bom Jesus dos Aflitos. Tornou-se paróquia em 1824. Foi construída pelos escravos com pedras, restos e azeite de baleias. No terreno ao lado direito da igreja está anexo o cemitério. Na igreja, uma porta grande dá acesso direto ao cemitério. Desse modo, muitas pessoas, enquanto esperam a missa começar, ficam no cemitério. O que se destaca no cemitério é a existência de bancos construídos pela família no terreno do próprio túmulo, servindo para o descanso de familiares e amigos. Mesmo nos túmulos mais modernos continuam construindo esses bancos, mantendo, assim, a tradição. Em frente à igreja e ao cemitério passa a rua principal da cidade e, logo abaixo, está a praia. Trabalho de Campo.

2. O HOMEM, A SOCIEDADE E A ATIVIDADE ECONÔMICA

Intentando apreender as relações da comunidade selecionada para esta pesquisa - o núcleo pesqueiro do Araçá - com a sociedade mais ampla - O Município de Porto Belo, Santa Catarina - apresentam-se, num primeiro plano, dados sobre a população do Município e, num segundo, uma visão geral das atividades econômicas desenvolvidas.

Para complementar faz-se referência à educação, aos transportes e à saúde.

A caracterização e a análise da população do Município de Porto Belo, Santa Catarina, têm como base os dados estatísticos do último censo, ou seja, ano de 1980, ocasião em que possuía um total de 8.424 pessoas, correspondendo somente a 0,23% do total do Estado de Santa Catarina. Dos 8.424 indivíduos, 4.323 pertenciam ao sexo masculino e 4.101, ao sexo feminino; 7.671 pessoas estavam em situação urbana e 753 pertenciam à zona rural do Município (125).

(125) O pequeno número de pessoas concentradas na zona rural no Município de Porto Belo deve-se ao fato de que, em 7.7. 1978, pela lei nº 278, o perímetro urbano foi aumentado, reduzindo-se o total da população rural e engrossando o total da população urbana. Os Distritos também possuem uma parcela da população considerada como urbana; exemplo: Distrito de Bombinhas, Porto Belo. Assim os núcleos pesqueiros inserem-se, segundo os dados, na população urbana.

Quadro 4.1 - População residente por sexo e zona urbana e rural
 Porto Belo, Santa Catarina, 1980

População Região	População Total			Zona Urbana			Zona Rural		
	H	M	TOTAL	H	M	TOTAL	H	M	TOTAL
Sta.Catarina	1.830.199	1.397.734	3.627.933	1.066.105	1.088.133	2.154.238	764.094	709.601	1.473.695
Porto Belo	4.323	4.101	8.424	3.919	3.752	7.671	404	349	753

Fonte: IBGE - IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980 - Censo Demográfico
 Dados Distritais, R.J., Vol. 1, tomo 3, nº 19, 1982, p. 18.

Quanto à idade da população, 4.254 eram jovens e crianças na faixa etária de 0 a 19 anos, correspondendo a 50,5% do total da população do Município com concentração maior no grupo de 0 a 4 anos, ou seja, 1.160 indivíduos (126).

Quadro 4.2 - População residente, por grupo de idade
Porto Belo, Santa Catarina - 1980

Município	Total	0 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 70	idade ignorada
Porto Belo	8.424	1.160	1.080	1.040	974	4.163	7

Fonte: IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980 - Censo Demográfico/Dados Distritais, R.J., Vol. 1, tomo 3, nº 19, 1982, p. 64.

(126) Os dados estatísticos da população de Porto Belo, em 1980, retirados do Censo Demográfico, 1980, vol. 1, tomo 3, nº 19, não conferem com os apresentados no Censo Demográfico (Dados Gerais, Migração, Instrução, Fecundidade, Mortalidade), IBGE - Vol. 1, Tomo 4, nº 21. O primeiro apresenta uma população total de 8.424 indivíduos. O segundo apresenta uma população total de 8.419 indivíduos. Constatada a diferença e necessitando prosseguir na caracterização geral do Município, decidiu-se que 5 indivíduos não alterariam o quadro geral de caracterização do Município.

Em 1980, a população de Porto Belo era formada totalmente por indivíduos brasileiros natos, não registrando os dados estatísticos a presença de estrangeiros e brasileiros naturalizados.

Quadro 4.3 - População residente por nacionalidade
Porto Belo, Santa Catarina - 1980

Município	Total	Brasileiros natos	Brasileiros naturalizados	Estrangeiros
Porto Belo	8.419	8.419	-	-

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (Dados Gerais, Migração, Instrução, Fecundidade, Mortalidade), 1980, Vol. 1, Tomo 4, nº 21, pp. 154 a 157.

Pelos dados verifica-se que, em 1980, a grande maioria da população era oriunda do próprio Município, sendo de fora somente 1.190 pessoas.

Quadro 4.4 - População residente, por migração, no Município de residência atual - Porto Belo, Santa Catarina - 1980

Município	Total	Naturais do Município Total	Não Naturais do Município - Total
Porto Belo	8.419	7.229	1.190

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (Dados gerais, Migração, Instrução, Fecundidade, Mortalidade), 1980, op. cit., pp. 186 e 187.

Dentre as pessoas não naturais do Município havia maior concentração de pessoas oriundas de outros municípios do próprio Estado de Santa Catarina e somente uma pequena parcela provinha de outros Estados brasileiros, ou seja, de 1.190 não naturais do Município, somente 181 indivíduos eram de outros Estados brasileiros.

Quadro 4.5 - Brasileiros natos oriundos de outros Estados brasileiros (exceto Santa Catarina) - Porto Belo - 1980

Estados	Total	Homens	Mulheres
Pernambuco	14	4	10
Bahia	6	6	-
Rio de Janeiro	23	20	3
São Paulo	58	25	33
Paraná	39	11	28
Rio Grande do Sul	30	19	11
Mato Grosso	7	4	3
Goiás	4	4	-
Total	181	93	88

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (Dados Gerais - Migração, Instrução, Fecundidade, Mortalidade), 1980, op. cit., pp. 112 a 151.

Para maior precisão torna-se conveniente explicitar que os dados estatísticos de 1970 demonstram que dentre os brasileiros natos não naturais do Município não se registram indivíduos oriundos do norte e nordeste brasileiros.

Quadro 4.6 - Brasileiros natos oriundos de outros Estados brasileiros, Município de Porto Belo, Santa Catarina - 1980

Estado	Total
Rio de Janeiro	12
São Paulo	49
Paraná	23
Mato Grosso	4
	88

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 1970, p. 283.

Pelos dados estatísticos de 1980, verifica-se que as pessoas de fora, que procuraram o Município para nele fixarem residência, aí se instalaram principalmente nos últimos 5 anos.

Quadro 4.7 - Pessoas não naturais do Município onde residem por tempo de residência no Município - Porto Belo, Santa Catarina - 1980

Total Geral	Total não naturais	- de 1 ano	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	5 a 9 anos	10 a mais	sem decl.
8.419	1.190	289	103	72	142	20	111	72	378	3

Fonte : IBGE - Censo Demográfico (Dados Gerais - Migração, Instrução, Fecundidade, Mortalidade), 1980, op. cit., pp. 204 a 218.

Os dados demonstram também que é uma população formada essencialmente por elementos de cor branca, ou seja, dos 8.419 indivíduos residentes, somente 168 são da cor preta e 137, pardos, não havendo registro de elementos de cor amarela, em 1980.

Quadro 4.8- População residente por cor

Município de Porto Belo, Santa Catarina - 1980

Total	Homens	Mulheres	cor branca	cor preta	cor amarela	cor parda	sem decl.
8.419	4.326	4.093	8.090	168	-	137	24

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (Dados Gerais, Migração, Instrução, Fecundidade, Mortalidade), 1980, op. cit., pp. 60 e 61.

Quanto à religião, do total da população, 7.416 indivíduos pertencem à religião católica romana e o restante se distribui pelas diferentes religiões existentes, exceto a judaica ou israelita, sem representantes.

Quadro 4.9 - Religião - Porto Belo, Santa Catarina - 1980

Total	Católica Romana	Protestante Tradicional	Protestante Pentecostal	Espírita Kardecista	Espírita Afro-Brasil.
8.419	7.416	384	488	19	4

Total	Orientais	Judaica ou Israelita	Outras	Sem Religião	Sem Declaração
8.419	19	-	27	10	52

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (Dados Gerais - Migração, Instrução, Fecundidade, Mortalidade), 1980, op. cit., pp. 44 a 57.

Caracterizada a população, num segundo plano faz-se referência aos aspectos econômicos a que a maioria da população se dedica.

A atividade econômica que absorve grande parte da população do Município é a pesca. Atualmente, os pescadores de Porto Belo residem tanto na sede do Município como nos demais núcleos pesqueiros existentes como Zimbros, Araçá e Canto Grande, cuja população se dedica quase exclusivamente à pesca. Na sede do Município os pescadores não mais residem à beira-mar nem possuem locais para guardar e reparar suas embarcações e equipamentos de pesca na Praia de Porto Belo. À beira da praia situam-se belas residências pertencentes aos veranistas e à camada de maior poder aquisitivo que reside na região.

Os pescadores habitam casas térreas de madeira, com pequenos quintais, localizadas a 3 ou 4 quarteirões da praia de Porto Belo. Não mais formam uma autêntica comunidade pesqueira; têm como vizinhança pessoas de diferentes profissões. Para exercerem a atividade pesqueira dirigem-se a pé à praia de Porto Belo e pegam suas embarcações que se encontram ancoradas. Ao retornarem do trabalho da pesca, descarregam o pescado que é comercializado a particulares ali na própria praia ou levam-no até suas moradias onde é limpo e posteriormente vendido aos interessados que se dirigem às suas casas guiados por plaquinhas

indicativas: "Vende-se peixe", colocadas nas esquinas das ruas ou na frente da própria casa junto ao portão de entrada da casa. O pescado que não é vendido na hora é estocado e congelado em "freezers" domésticos na própria moradia do pescador. Alguns pescadores que pertencem à Cooperativa, após chegar e descarregar o pescado na praia de Porto Belo, podem vendê-lo a particulares interessados. O restante enviam para a Cooperativa que se localiza a 2 quarteirões do local onde chegam com o pescado.

Em Porto Belo existem ainda pescadores residentes em núcleos de pesca (127), permanecendo, muitas vezes, isolados da sede do Município.

Os núcleos de pesca mais autênticos do Município são os formados pelos pescadores da Vila do Araçá distando 6km da sede do Município e os núcleos da praia de Zimbros e do Canto Grande que são mais distantes e permaneceram por muito tempo completamente isolados, devido a dificuldades de acesso por terra a essas praias. As praias Bombas e Bombinhas possuem poucos pescadores que estão rareando, devido à chegada de grande número de turistas que estão adquirindo as terras próximas às praias e construindo lindas moradias para veraneio. Em Santa Luzia também existe um expressivo número de pescadores, porém, devido a população estar voltada para a fabricação de embarcações, seus

(127) Núcleos de pesca são agrupamentos humanos, numericamente variáveis, entre os Municípios, cujos habitantes, em sua maioria, se dedicam parcialmente ou totalmente à atividade pesqueira". LAGO, Paulo F. de A., "Contribuição Geográfica ao Estudo da Pesca no Litoral de Santa Catarina", Revista Brasileira de Geografia, janeiro-março de 1961, R. J., p. 145.

moradores não se dedicam exclusivamente à pesca. Várias famílias trabalham na construção e preparo de embarcações encomendadas por moradores da região como também de outras localidades de Santa Catarina e outros Estados (128).

Trabalha na pesca um total de 1.248 pescadores, sendo 630 artesanais e 618 embarcados (129). Pescam bagre, bonito, cação, castanha, cavalinha, corvina, anchova, linguado, parati, pescada, sardinha, tainha, camarões, principalmente, o sete barbas, o camarão rosa e o legítimo, além de siris e vieiras.

O número total de embarcações é 610, sendo 245 canoas sem motor, 180 baleeiras, 170 bateiras e 15 botes (130).

Em 1983, o total desembarcado foi de 933.088 quilos de pescado, enquanto, em 1980, foram 1,782,063 quilos (Quadro 4.10).

(128) Em princípios de janeiro de 1985, quando se visitou a região, uma embarcação que se encontrava em fase de acabamento seria levada para Minas Gerais. Fonte: Trabalho de Campo, janeiro, 1985.

(129) Fonte: ACARPESC - Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina, órgão da Sudepe, escritório de Porto Belo, março de 1985.

(130) Fonte: ACARPESC - Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina, órgão da Sudepe, escritório de Porto Belo, março de 1985.

Quadro 4.10 - Produção de Pescado Desembarcado no Estado e no Município de Porto Belo de 1979 a 1984 em kg

ANO	Total Região Porto Belo	Total Santa Catarina
1979	2.013.137	91.505.368
1980	1.782.063	118.105.585
1981	593.794	70.297.095
1982	1.000.727	82.825.068
1983	933.088	80.114.319
1984	933.912	97.119.588
Total	7.256.721	539.967.023

Fonte: Anuário Estatístico da Sudepe, agência Itajaí, S.C.

Deve-se, porém, salientar que esses dados podem sofrer alterações, em primeiro lugar, porque muitas embarcações que trabalham com pescadores locais e pescam na região descarregam o pescado em outros portos como, por exemplo, Itajaí; em segundo lugar, porque o pescado que é vendido diretamente aos moradores e turistas e utilizado para subsistência da família do pescador, em geral, não é computado. Portanto, a diminuição da quantidade de quilos de pescado desembarcado no Município não significa que a atividade pesqueira esteja sendo abandonada; o que ocorre é justamente o desvio da produção para outros portos (131).

O pescador da região pode comercializar o pescado com o intermediário (132), com a Cooperativa de Pesca de Porto Belo e diretamente com particulares.

(131) Essa ressalva aos dados estatísticos já fazia Paulo Lago em seu estudo sobre a pesca, publicado em 1961. "A imprecisão dos dados deriva da dificuldade de se apurar o montante de pescado consumido no local correspondente àquele que é comprado nas praias ou que é consumido pelo próprio pescador... Vê-se também que os municípios que apresentam maior volume total correspondem àquele onde se verifica mais enfaticamente a pesca do camarão, cujo controle estatístico torna-se mais fácil porquanto o produto, em sua dominante totalidade, se destina às indústrias, em geral, próximas aos locais de pesca" LAGO, Paulo F. de A., "Contribuição Geográfica ao Estudo da Pesca no Litoral de Santa Catarina", op. cit., p. 203.

(132) O intermediário, na região de Porto Belo, é chamado de "pombeiro". Um pescador na Praia de Zimbros assim se referiu ao intermediário: "Aqui o intermediário é conhecido como pombeiro ou gaivota, como é chamado na baía de Paranaguá, porque são como gaivotas, vão atrás pegando os restos". Trabalho de Campo, setembro de 1984.

A Cooperativa de Pesca de Porto Belo - COOPERBELO - é uma cooperativa de pescadores da região, fundada em 1978. Os pescadores que fazem parte da cooperativa podem vender o pescado para outras pessoas diretamente, em pequena quantidade, 'mas não ao intermediário. A COOPERBELO tem suas instalações no centro de Porto Belo para onde, por caminhão, o peixe é trans-portado diretamente dos pescadores para a Cooperativa a fim de ser conservado e vendido aos interessados. Geralmente, o destino do pescado da COOPERBELO é a cidade de Porto Belo e o interior do Estado de Santa Catarina. O pescador cooperativado um dia por semana não sai para pescar, ele deve trabalhar na própria cooperativa.

A criação da Cooperativa no Município beneficiou também os pescadores que não são filiados a ela porque lhes proporcionou acompanharem o preço do pescado estipulado pela Cooperativa; desse modo melhorou o preço como também abriu aos pescadores uma outra opção de venda ao produto do seu trabalho de modo que, se o intermediário não quiser adquirir o pescado por causa do preço, o pescador pode passar a fazer parte da cooperativa, o que pressiona, até certo ponto, o intermediário a aceitar o preço estipulado pelos pescadores, segundo a tabela da cooperativa e não o preço que o próprio intermediário quer dar.

Em 1978, a firma Pioneira da Costa com frota própria para a captura do pescado e posterior industrialização (133) instalou-se no Município.

(133) Em 1982, outra empresa também passou a operar no Município. Fonte: ACARPESC - Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina, órgão da Sudepe, escritório de Porto Belo, 1985.

Entretanto, na época do verão, os pescadores preferem levar os turistas a passeios ao redor da ilha em frente à Praia da cidade e às praias próximas, por ser mais lucrativo do que pescar (134).

Outra atividade que deve ser referenciada é a agro-pecuária desenvolvida no sertão de Santa Luzia e no Sertão de Perequê, vilarejos situados mais próximos à BR 101. Em 1980, 195 estabelecimentos agropecuários ocuparam uma área de 5.430 ha. Ligados à agricultura eram 79 estabelecimentos, ocupando uma área de 1.436 ha e 84 estabelecimentos se dedicaram à pecuária numa área de 2.584 ha. O Município possuía só um estabelecimento de avicultura, nenhum de horticultura e 2 eram agropecuários (135).

(134) "Na baía de Porto Belo, em alta temporada, 90% dos pescadores sustenta a família levando turistas para passeios na ilhas próximas ou mesmo pela Enseada da Encantada" Jornal O Estado de Florianópolis, 18.1.1984. Observou-se que as embarcações estão bem cuidadas nessa época; logo ao amanhecer, são colocadas uma ao lado da outra, na praia de Porto Belo, aguardando a solicitação dos fretes. Observou-se também que, nos verões de 1985 e 1986, aumentou consideravelmente o número de veranistas principalmente argentinos e uruguaios, que procuraram esses serviços. Trabalho de Campo, 1985/1986.

(135) Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 1980, Vol. 2, Tomo 3, nº 21, R.J., 1984, pp. 202, 203.

Em 1980, 86,9% da área eram de proprietários que formavam 155 estabelecimentos: 5,4% eram arrendatários, 6,19% eram parceiros e somente 1,53% são ocupantes de terras (136). Entidades públicas e instituições religiosas não possuem propriedades de terra na região (137). A maioria dos estabelecimentos ligados à agropecuária, 180, representando 92,3% numa área de 4.171 ha, era administrada pelo próprio produtor. Em 125 - ocupando 49,1% da área - ou seja, 64,1%, o produtor residia no estabelecimento. Nos estabelecimentos ligados à lavoura temporária produzia-se arroz, cana-de-açúcar, feijão, fumo (pouco), mandioca, milho. Na lavoura permanente, só laranja e banana (138).

Dos 195 estabelecimentos 92,8% eram propriedades individuais, ocupando 94,6% da área ligada à atividade agrícola, pecuária e agropecuária (139).

O número de estabelecimentos ligados à agropecuária, em 1980, decaiu, em relação a 1975, em 18,5%. Em 1975, eram 231 estabelecimentos e, em 1980, reduziu-se para 195 estabelecimentos. Entretanto, observa-se que a área ocupada para o de

(136) Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 1980, op. cit., p. 209.

(137) Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 1980, op. cit., p. 183.

(138) Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal - 1982, Culturas Permanentes e Temporárias, Vol. 9, Tomo 6 (Região Sul), R. J., 1984.

(139) Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 1980, op. cit., p. 183.

envolvimento da atividade agropecuária aumentou. Em 1975, a área ocupada era de 3.558 ha, passando, em 1980, para 5.430 ha, com um acréscimo de 52,6%.

Quadro 4.11 - Número de Estabelecimentos Rurais e Área
Porto Belo, Santa Catarina - 1975 e 1980

Município	1975		1980	
Porto Belo	Estabelec.	área (ha)	Estabelec.	área (ha)
	231	3.558	195	5.430

Fonte: IBGE - IX Recenseamento Geral do Brasil (Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário), 1980, R.J., pp. 128, 129.

A partir desses dados pode-se supor que está ocorrendo em Porto Belo uma mudança na estrutura da propriedade, começando a aparecer no Município grandes propriedades rurais.

Quanto à indústria, em 1980, de um total de 11371 estabelecimentos industriais que possuía o Estado de Santa Catarina, Porto Belo colaborava com apenas 0,11% de indústrias, ou seja, 13 estabelecimentos industriais. O total do pessoal ocupado no setor industrial do Estado era de 276.813, em 1980 (140).

(140) Fonte: IBGE - Censo Industrial, 1980, Santa Catarina, pp. 24 e 66. IX Recenseamento Geral do Brasil, 1980, Vol. 3, Tomo 2, Parte 1, nº 21, R.J., 1984.

Porto Belo apresentava uma cifra de apenas 78 pessoas empregadas no setor industrial, ou seja, 0,03% do total do Estado. Entretanto, comparando-se os dados de 1980 com os de 1970, verifica-se que houve 62,5% de crescimento no setor industrial do Município. O pessoal ocupado pela indústria aumentou em 271\$, entre 1970 e 1980. As indústrias de produtos alimentícios, de 3 estabelecimentos, em 1970, passaram para 6, em 1980. O setor de madeira, com 1 estabelecimento, em 1970, aumentou para 3 estabelecimentos, em 1980, passando a ocupar 8 pessoas.

Quadro 4.12 - Dados Gerais das Atividades Industriais e Gêneros de Indústrias - Porto Belo, Santa Catarina - 1980

Município e Gêneros de Indústria	Estabelecimentos ano de 1980	Pessoal ocupado em 31.12.1980		ano de 1980
		Total	Ligado à Produção	Média Mensal do Pessoal Ocupado
PORTO BELO	13	78	50	67
Transformação de Produtos Minerais não-metálicos	1	(X)	(X)	(X)
Metalúrgica	1	(X)	-	(X)
Material de Transporte	1	(X)	-	(X)
Madeira	3	8	(X)	8
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	1	(X)	(X)	(X)
Produtos Alimentares.....	6	57	42	46

Fonte: IBGE - Censo Industrial, 1980, op. cit.

Quadro 4.13 - Dados gerais das Atividades Industriais e Gêneros de Indústrias, Porto Belo, Santa Catarina - 1970

Município e Gêneros de Indústria	Estabelecimentos ano de 1970	Pessoal Ocupado em 31.12.1970		ano de 1970
		Total	Ligado à Produção	Média Mensal do Pessoal Ocupado
PORTO BELO	8	21	-	20
Produtos de Minerais não Metálicos	3	(X)	-	(X)
Madeira	1	(X)	-	(X)
Mobiliário	1	(X)	-	(X)
Produtos Alimentares ...	3	9	-	8

Fonte: IBGE - Censo Industrial, 1970, Santa Catarina, Vol.IV, Tomo XX, 1974, R.J., p. 42.

Em relação ao comércio, Porto Belo, em 1980, possuía 65 estabelecimentos comerciais, ocupando 169 pessoas. O setor varejista era o que apresentava maior número de estabelecimentos, 63 estabelecimentos, e o setor atacadista, só 2 estabelecimentos. Dentre os 65 estabelecimentos do setor varejista verifica-se uma maior concentração de estabelecimentos ligados a alimentos, bebidas e fumo, num total de 48 estabelecimentos nos quais se incluem os 2 únicos estabelecimentos do comércio atacadista.

A média mensal do pessoal ocupado no setor de comércio é de 144 (141) pessoas, em 1980 (142).

No que tange à educação, o Município possui escolas de 1ª a 8ª série. Em 1982, eram 35 salas de aula que funcionavam na zona urbana e rural, mantidas em sua maioria pelo Estado (143). Não existem até hoje (1986) escolas particulares, portanto, a educação formal ofertada é somente a pública gratuita.

No início de 1981, o Município apresentava um total de matrículas de 1.275 alunos de 1ª a 8ª série (Quadro 4.14). Desse total, 1.023 alunos concentravam-se entre 1ª e 4ª série e somente 252 entre 5ª e 8ª série. Portanto, continuava os estudos somente uma pequena parcela dos que conseguiram atingir a 4ª série do 1º grau.

É interessante observar que o número total de matrículas de 1ª a 8ª série, de 1970 até 1980, se manteve em torno de 1.200 alunos; só em 1982 e 1983, o número aumentou para 1.393 e 1.477, respectivamente, em virtude da oferta de vagas e conseqüente acréscimo de matrículas da 5ª à 8ª série. Por outro lado, o total de matrículas de 1ª a 4ª série se mantém, desde 1970 até 1982, em torno de 1.000 alunos. Só recentemente algumas escolas, localizadas em comunidades pesqueiras, passaram

(141) Fonte: IBGE - Censo Comercial, 1980, p. 48.

(142) Até 1984 não existia um salão de cabeleireira para as moças e senhoras. "Quando a gente ia a Itajaí ou Brusque fazer alguma coisa, aproveitava e cortava o cabelo". Fala de uma moradora local. Trabalho de Campo, 1985.

(143) Fonte: Secretaria da Educação, Unid. de Informática e Documentação, Florianópolis, Santa Catarina. A maioria das escolas isoladas e em estado precário de conservação. Trabalho de Campo.

Quadro 4.14 - ENSINO DE 1º GRAU

Matrícula no início do ano por série - 1970/83

MUNICÍPIO: Porto Belo

CEP: 88.210

UCRE: 13ª

ANO	S É R I E										
	1ª	2ª	3ª	4ª	Total 1ª 4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	Total 5ª 8ª	Total 1ª 8ª
1970	462	286	192	133	1.073	41	35	33	20	129	1.202
1971	359	337	216	173	1.085	56	36	32	33	157	1.242
1972	346	259	260	182	1.047	55	55	35	28	173	1.220
1973	386	223	207	272	1.088	58	61	43	40	202	1.290
1974	290	277	205	208	980	85	53	60	44	242	1.222
1975	291	223	244	201	959	83	78	49	47	257	1.216
1976	282	213	191	252	938	74	82	68	64	288	1.226
1977	364	213	178	193	948	59	64	76	70	269	1.217
1978	325	264	197	146	932	51	54	55	80	240	1.172
1979	344	270	222	210	1.046	58	46	40	63	207	1.253
1980	348	291	208	201	1.048	77	58	39	50	224	1.272
1981	366	234	249	174	1.023	95	70	46	41	252	1.275
1982	382	276	212	237	1.007	73	93	61	59	286	1.393
1983	369	297	239	239	1.144	108	67	81	77	333	1.477

Fonte: Secretaria da Educação, Santa Catarina, Unidade de Documentação e Informática.

Série Retrospectiva do Ensino de 1º Grau - 1970 à 1983.

a oferecer também da 5ª a 8ª série, possibilitando assim maior acesso à educação formal àqueles que não residem no centro urbano do Município.

Pelos dados do Censo Demográfico de 1980 (144), 1.160 crianças tinham de 2 a 4 anos, fora da idade escolar, pela legislação em vigor. Existia um total de 3.094 pessoas, de 5 a 19 anos. Como o início da escolarização ocorre por volta dos 7 anos e, em 1980, o total de matrículas foi de 1.275, conclui-se que, nesse ano, uma considerável parcela da população infanto-juvenil se encontrava fora da escola.

Quanto ao transporte, duas empresas de ônibus ligam o centro de Porto Belo às cidades de Florianópolis, ao sul, e Itajaí, ao norte (145).

(144) Fonte IBGE - Censo Demográfico, 1980, p. 28.

(145) De acordo com dados coletados no Trabalho de Campo, 1984, Porto Belo para Florianópolis - Empresa Biguaçu

Dia da Semana: 2ª a 6ª feira - sábado - domingos e feriados - Horário:

5h15	-	5h30
6h10	6h30	-
9h20	9h20	-
11h15	12h	12h
12h15	-	-
16h20	17h	17h
18h30		

Porto Belo - Itajaí (passando por Itapema e Camboriú)

Dia da Semana: 2ª a 6ª feira - sábado - domingos e feriados - Horário:

6h	6h	-
6h30	6h30	-
7h30	7h30	7h30
8h45	8h45	8h45
12h	12h	-
12h35	12h35	12h35
13h45	13h45	-
15h10	-	-
16h20	16h20	16h20
18h30	18h30	18h30

Os ônibus partem de Florianópolis ou de Tijucas com destino a Itajaí e no percurso passam por Porto Belo, Itapema, Camboriú. Na volta para Florianópolis se processa o mesmo. Se o ônibus está lotado, não pára fora do ponto na rua principal da cidade de Porto Belo. A pessoa deverá aguardar o outro carro às vezes até num espaço de 4 horas. Se puder ou o motivo for muito sério, poderá recorrer ao serviço de táxis existentes cujo ponto é em frente à parada de ônibus (146).

O Município de Porto Belo possui um Posto de Saúde, que pertence à Secretaria de Saúde do Estado, que trabalha a nível de medicina preventiva, com equipamentos e instalações insuficientes para atender a população que o procura. Os serviços de Pronto Socorro são prestados por uma clínica particular. Porto Belo não possui maternidade nem hospital. O hospital mais próximo fica em Tijucas, a uma distância de 17 km da sede do Município.

Porto Belo não possui rede de esgotos. A minoria da população construiu fossas e muitas moradias lançam o esgoto diretamente nas águas das praias e dos córregos existentes que,

(146) Em setembro de 1984, uma corrida Porto Belo-Camboriú, cuja distância é de 24 km, custava Cr\$ 25.000; Porto Belo - Tijucas, cuja distância é de 17 km, Cr\$ 10.000 e Porto Belo à Praia do Araçá, que dista somente 5 km, ou à prainha vizinha do Araçá, com 6 km, custava Cr\$ 5.000.

em geral, vão desaguar nas praias. Porto Belo não tem cinema (147), estação de rádio nem jornal. Seus moradores fazem "pasquins" que são versos ou notícias manuscritos ou datilografados, assinados ou anônimos, que são distribuídos ou afixados nos locais principais da cidade, por exemplo, nos bares, na farmácia ou na delegacia. Se o verso for muito violento, não é afixado, é distribuído e passado em sigilo (148).

Porto Belo permaneceu quase isolado por muitos anos. Com a construção da BR 101, que passa pelo Município, o acesso a Porto Belo tornou-se mais fácil e o número de turistas que procurou as belas praias de Porto Belo aumentou.

Atualmente, o desenvolvimento de Porto Belo tem se efetivado principalmente através dos turistas que se dirigem a região na época do verão apesar de o Município não possuir infra-estrutura apropriada para receber tão grande número de pessoas. Loteamentos estão sendo feitos. Casas estão sendo construídas para veraneio. Mas a procura das belas praias de Porto

(147) "Na época da minha mãe teve um cinema", depois nunca mais teve". Trabalho de Campo, 1985.

(148) Exemplo de um pasquim conhecido, referente a uma senhora e seus filhos, cujos nomes são Armando, Leontina, Olga e Nabor: "A dona Malfiza

Diz que é pobre mas é rica
Ela tem armários na varanda,
Tinas para água na cozinha
Órgãos para tocar
E nabos para comer".

Fonte: Trabalho de Campo, janeiro 1985.

Belo só começa em dezembro. Segundo depoimentos de pessoas residentes na zona urbana do Município, "...esta cidade dorme 9 meses por ano. É uma gestação". Outro depoimento alonga mais esse período: "Eu diria até mais, até 15 de dezembro esta cidade hiberna. Aí parece que se abre a porteira para a boiada..." "E não é só aqui, Camboriú, que é maior, também dorme..." (149).

É inacreditável o número de pessoas de diferentes partes do Brasil, principalmente vindas dos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, que procuram Porto Belo no verão. Argentinos e uruguaios também descobriram Porto Belo. O melhor e único hotel da cidade passa a rejeitar hóspedes por não possuir condições de acomodar tantas pessoas que o procuram.

Muitos moradores de Porto Belo alugam suas casas por altos preços, principalmente durante o mês de janeiro (150).

Assim se expressou um empresário local: "Isto vive com dinheiro de fora ganho em 2 meses por ano. Não se planta nem tomate no quintal. Agora descobriram que alugar casas dá di

(149) Fonte: Trabalho de Campo, janeiro, 1985.

(150) A partir de dezembro a população local começa a providenciar um quarto para alugar, ajeitam acomodações nos fundos das casas ou mesmo vão morar por algum tempo na casa de parentes nos arredores para poderem alugar suas casas por altos preços diários. No verão de 1986, muitas vezes o aluguel diário era decidido pelo valor do dólar no dia do aluguel da casa. Trabalho de Campo, 1985-1986.

nheiro. Então estão construindo casas para alugar" (151).

Em síntese, a população de Porto Belo apresenta uma grande quantidade de jovens menores de 20 anos e é constituída em sua maioria por indivíduos da religião católica, de cor branca, originários em sua quase totalidade do Município e uma pequena percentagem oriunda do próprio Estado de Santa Catarina. A população local recentemente está sendo engrossada por pequeníssima parcela de indivíduos oriundos de outros Estados brasileiros, principalmente dos Estados do Sul e Sudeste.

É uma população voltada quase inteiramente para a atividade pesqueira e construção de embarcações, comercialização e industrialização do pescado, etc. Devido à beleza da região, recentemente, no verão, está ocorrendo uma grande procura das praias do município por pessoas de diferentes localidades brasileiras e de outros países, principalmente argentinos, uruguaios e paraguaios, ocasionando um grande desenvolvimento do comércio nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro (152).

Nessa época se presencia a intensa participação das crianças em diferentes atividades de trabalho (Foto 8).

(151) Fonte: Trabalho de Campo, janeiro, 1985.

(152) Salientam-se os meses de dezembro, janeiro e fevereiro porque, nos outros meses do ano, pizzarias, restaurantes, sorveterias, quitandas, barzinhos, etc. fecham suas portas, parecem abandonados, retornando a funcionar somente na 2ª quinzena de dezembro. Por essa razão os habitantes da região chamam os turistas de "veranistas". Trabalho de campo, 1984/1985.

5º Capítulo: O PROCESSO DE TRABALHO DOS ADULTOS:

ASPECTOS GERAIS (Araçá - Porto Belo,

Santa Catarina)

1. INTRODUÇÃO

A pesca é uma atividade essencialmente masculina não só na população, objeto de investigação, como também na maioria dos núcleos pesqueiros situados ao longo da extensa costa litorânea brasileira (153). As mulheres, muitas vezes, além da responsabilidade doméstica, realizam também, sempre em terra, outros serviços relacionados à atividade pesqueira, tais como: limpeza e conservação de peixes, camarões, etc. e, às vezes, também são responsáveis pela comercialização do pescado. Diante dessa realidade social, apresenta-se, a seguir, como se processa o trabalho dos adultos na população amostrada, dicotomizado segundo o sexo, objetivando viabilizar a análise.

Todavia, para maior clareza, torna-se conveniente antes tecer algumas linhas a respeito daquele que trabalha no mar: o pescador.

Antonio Carlos Diegues, pesquisador de populações pesqueiras do litoral paulista, considera como pescador "...todo indivíduo que retira do mar seu sustento principal ... e vende parte ou a totalidade de sua produção" (154).

(153) Essa realidade de o trabalho na pesca marítima estar diretamente vinculado ao sexo masculino transparece não só nos estudos e pesquisas como também na literatura e nas letras de muitas músicas. São exemplos: o famoso livro de Ernest Hemingway, "O Velho e o Mar" e os romances de Jorge Amado. Poesias de inspiração no mar podem ser referenciadas como as de Vicente de Carvalho, Gonçalves Dias, Kalil Gibran e muitos outros, além de letras de músicas.

(154) DIEGUES, A.C.S., "A pesca em Ubatuba: estudo sócio-econômico". São Paulo, Sudelpa, 1974, p. 30.

O pescador foi considerado em um seminário realizado pela FAO (155) como "...o homem que é proprietário total ou parcialmente dos apetrechos de pesca e capaz de produzir um volume de peixe superior ao necessário para suprir suas necessidades domésticas, mesmo que ele só pesque em temporada" (156).

Entretanto, vários fatores, como a motorização das embarcações, a rede de náilon já industrializada, o aparecimento de empresas de pesca, além de centros, levam a considerar diferentes categorias de pescadores. Assim, pescador artesanal é aquele que no desempenho do trabalho utiliza, quando necessário, a mão-de-obra familiar, porque, em geral, pesca sozinho. Devido à simplicidade dos apetrechos de pesca, sua propriedade ou de sua família, o pescador artesanal explora ambientes marinhos limitados, à costa e, conseqüentemente, o resultado do seu trabalho é reduzido, oferecendo ao mercado a totalidade ou somente parte da sua produção, pois, uma parte se destina a sua própria subsistência e de sua família.

(155) FAO - órgão da ONU que cuida do setor de alimentação. A sede central da FAO localiza-se em Roma. Em São Paulo, funciona na cidade de Pirassununga um convênio FAO-Sudepe que oferece cursos de especialização sobre a atividade pesqueira. Entrevista realizada com pesquisadora de trutas, S.P., 1986.

(156) Apud - DIEGUES, A.C.S., Pesca e Marginalização no Litoral Paulista, S.P., F.F.L.C.H. da USP, 1973, Tese de Mestrado, p. 109.

Quanto ao ajudante na pesca artesanal (157), membro da família ou não é denominado camarada, isto é, aquele indivíduo que não possui os meios de produção necessários para a execução do trabalho na pesca. Como remuneração, recebe uma parte do total do produto, o seu "quinhão", geralmente em pescado, ou, se houver comercialização da produção, pode ter a remuneração em dinheiro. Enfim, junto com o dono dos apetrechos faz parte da categoria de pescadores artesanais (158).

Outra categoria de pescadores é formada por aqueles que se distanciam mais da costa para o trabalho de captura do pescado. São os pescadores assalariados, remunerados por mês, geralmente registrados, que, por possuírem conhecimentos da pesca, empregam-se em embarcações e passam a conhecer e utilizar técnicas mais sofisticadas de pesca. O trabalho da pesca exercido pelos pescadores nessas embarcações tem maior produtividade e a produção se destina ao mercado; na embarcação existe cla

(157) A pesca artesanal é aquela exercida diretamente por pescadores profissionais autônomos, com meios de produção próprios, sozinhos ou com auxílio de familiares ou ainda em regime de parceria com outros pescadores. Fonte: Anteprojeto, Código de Pesca, Título II, Cap. II, art. 13. Museu da Pesca, Santos, S.P., Visita efetuada ao museu: 01.04.1983.

(158) "...o pescador artesanal pode ser dono dos apetrechos de pesca ou camarada", quando trabalha com apetrechos de pesca que não são de sua propriedade e ganha por partes" DIEGUES, A.C.S., "A pesca em Ubatuba estudo sócio-econômico", op. cit., pp. 30-31.

ra divisão de trabalho (159). Não se pode afirmar que o pescador que se emprega nesse tipo de pesca tenha maior lucro, pois, ele é um assalariado, é um operário do mar.

Para categorizar os pescadores, Diegues tomou como base os seguintes critérios: relações de trabalho existentes, destino da produção, tecnologia utilizada, ambiente ecológico a ser explorado e tradição de pesca (160), agrupando-os em duas categorias: pescador artesanal e pescador industrial.

O pescador artesanal é, para o autor, "...aquele que na captura e desembarque de toda a classe de espécies aquáticas, trabalha sozinho e/ou utiliza mão-de-obra familiar ou não assalariada, explorando ambientes limitados através de técnicas de reduzido rendimento relativo e que destina sua produção total ou parcial, para o mercado" (161).

A outra categoria - pescador industrial - é "...aquele que na captura e no desembarque de toda classe de espécie aquáticas trabalha como assalariado (disfarçado ou não), explorando amplos ambientes ecológicos através de técnicas de produtividade elevada, destinando toda sua produção para o mercado" (162).

(159) Gelador, cozinheiro, mestre, motorista, etc. Trabalho de Campo.

(160) DIEGUES, A.C.S., Pesca e Marginalização no Litoral Paulista, op. cit., pp. 110-111.

(161) DIEGUES, A.C.S., Pesca e Marginalização no Litoral Paulista, op. cit., p. 111.

(162) DIEGUES, A.C.S., Pesca e Marginalização no Litoral Paulista, op. cit., p. 111.

Em síntese, o que diferencia o pescador artesanal do pescador assalariado, embarcado ou industrial, é a posse ou não dos meios de produção necessários para o desempenho do trabalho na pesca. Nesse sentido, para fins do presente estudo, concorda-se com Diegues que, para a categorização dos pescadores, a variável central, a mais importante, é a relação de propriedade dos meios de produção, pois, é ela que vai determinar a divisão do produto final da atividade pesqueira. Assinala Diegues: "No fundo, essas relações tipificam a existência de uma indústria pesqueira na qual o pescador embarcado é um simples assalariado, mesmo que seu quinhão seja dado em "partes" do total da produção, enquanto que o artesanal tipifica a existência de pequeno proprietário, dono de sua embarcação e apetrechos de pesca" (163).

2. O TRABALHO MASCULINO NA PESCA

Os pescadores, que hoje estão com mais de 50 anos de idade, não mais se ausentam por longo período de tempo para pescar; dedicam-se a outros trabalhos como fazer redes, organizar uma pescaria de arrastão na praia, auxiliar em pescarias próximas à praia, etc. Quando jovens, foram pescadores que embarcaram em Santos, no Estado de São Paulo; deixavam a família, mu-

(163) DIEGUES, A.C.S., Pesca e Marginalização no Litoral Paulista, op. cit., p. 111.

lher e filhos pequenos, ausentando-se do lar de 3 meses até mais de um ano aproximadamente (164). Ficavam nessa vida por 5, 10 ou mais anos (165).

Na atualidade, os pescadores do Araçá raramente se dirigem ao importante porto de Santos, S.P., para se empregarem como pescadores nas embarcações. Agora embarcam no próprio Araçá, em seus próprios barcos, ou de moradores do local, em embarcações pertencentes a outros armadores cujos mestres são moradores da comunidade ou, ainda, em embarcações de pesca de outros locais que chegam ao Araçá para adquirir iscas (166) ou mesmo para buscar pescadores da região.

(164) Referindo-se a esse tipo de mão-de-obra flutuante na pesca, salienta Gioconda Mussolini a preferência dos armadores pelos catarinenses por considerá-los mais qualificados. "Destacam-se...pela distância de que vêm e pelo seu número os "catarinenses"; mão-de-obra bastante apreciada pelos armadores de pesca de Santos" "Intensificando-se a chegada desses migrantes a partir de 1947... esses pescadores não se limitam à costa paulista, subindo até o Estado do Rio...como apontam os armadores de Santos, que os consideram muito melhor qualificados que o caiçara..." MUSSOLINI, Gioconda, "Os Japoneses e a pesca comercial no Litoral Norte de São Paulo", in Revista do Museu Paulista, S.P., Vol. 14, p. 284.

(165) Comentou um antigo pescador: "Íamos para Santos embarcar; depois o barco vinha pescar nas águas perto daqui e voltávamos para Santos". Trabalho de Campo, setembro, 1984.

() A manjuba é procurada como isca principalmente para a pesca de atum e galhardo; recentemente, as manjubas são pescadas por pescadores do Araçá que as vendem aos barcos atuneiros. Trabalho de Campo, 1984, 1985.

O trabalho da pesca, que se efetiva nas proximidades da vila, tem como sujeitos os pescadores donos das embarcações e suas respectivas tripulações comportam, em geral, de 3 a 4 homens (167). Se o pescador proprietário da embarcação possui filhos homens de idade em torno de 16 anos ou mais, na maioria das vezes, a tripulação é composta por seus próprios filhos (168).

Se o pescador proprietário da embarcação não consegue completar a tripulação com seus filhos, utiliza-se da mão-de-obra masculina disponível na comunidade. Com a embarcação em condições e a tripulação completa partem para o mar geralmente no domingo à noite ou na 2ª feira de madrugada, retornando na 5ª ou 6ª feira. Na época da safra do pescado, de maio a setembro, chamada a pesca de inverno, os pescadores voltam muitas vezes com a embarcação carregada com 2/3 toneladas de peixes da temporada, pescado em águas não muito distantes da comunidade.

Se retornam antes do período previsto é por algum problema com a própria embarcação ou por mau tempo no mar.

(167) São embarcações motorizadas com capacidade aproximadamente de 3 toneladas. São chamadas "embarcações de casario".

(168) São jovens que cursaram até a 4ª série na escola da comunidade ou desistiram de estudar e, raramente, que completaram os estudos até a 8ª série em Porto Belo; portanto, esses jovens dispõem de período integral livre para o trabalho.

Nessa época permanecem na vila as crianças e os pescadores que, devido à idade, não saem mais para pescar. As mulheres, também, ansiosas, aguardam o retorno de seus maridos, namorados ou filhos, olhando sempre para o mar. Os moradores do Araçá falam com entusiasmo sobre a época da safra do pescado (169).

No verão, ocorre a entressafra do pescado. Alguns pescadores passam a se dedicar, por conta própria, ao trabalho da pesca do camarão. Com pequenos barcos a motor ou canoas de um tronco só, passam a rede em águas próximas à vila; é um trabalho diário que pode ser feito individualmente ou com a ajuda de mais um pescador. Partem para o mar lá pelas 3 ou 4 horas da madrugada e retornam por volta das 7 ou 8 horas da manhã. A quantidade de camarão trazida pelo pescador varia muito assim como o tamanho dos mesmos. O camarão "graúdo" dificilmente é pescado (170); há mais abundância de camarões médios e pequenos.

Nessa época da entressafra do pescado os pescadores proprietários das embarcações e seus filhos se dedicam ao trabalho de reforma e manutenção da própria embarcação e dos equipamentos de pesca. Os pescadores tripulantes, os chamados "camaradas", que não possuem embarcações para reparar, às vezes, executam algumas tarefas como, por exemplo, fretes com canoas de sua propriedade ou da família a turistas que chegam ao Araçá para conhecer as praias próximas ou para realizar pescarias(171).

(169) "É lindo ver! São toneladas de peixes que chegam...". Fala da mulher de um pescador. Trabalho de Campo, set.1984.

(170) O camarão graúdo ou "grado", como é conhecido na região, é o que possui maior valor comercial.

(171) Verificou-se que, nos verões de 1985 e 1986, a procura por esses serviços está aumentando. Trabalho de Campo.

Poucos pescadores do núcleo pesqueiro do Araçá tornam-se mestres em embarcações de outros proprietários (172) que não residem na comunidade. São pessoas que se destacam, possuem prestígio entre os pescadores e os demais membros da comunidade (173). O mestre pode compor a tripulação da embarcação com a força do trabalho masculino disponível da vila, partindo do próprio Araçá para o trabalho da pesca; entretanto, a pesca nesse tipo de embarcação não fica restrita à época da safra do pescado da região. A embarcação parte para longe e descarrega o pescado em outros portos, principalmente em Itajaí e em Santos, no Estado de São Paulo. Desse modo, a tripulação da embarcação que é formada também por 4 ou mais pescadores, se ausenta por

-
- (172) Os proprietários dessas embarcações são chamados de armadores. Trabalho de Campo. Diegues mostra como se formaram os armadores "...À medida que esses donos de traineira conseguem juntar algum capital, comprando outras traineiras ou barcos linheiros, eles se afastam do processo de trabalho direto, passando a desempenhar o papel de administrador e vendedor da produção que é desembarcada pelos seus prepostos ou mestres" DIEGUES, A.C.S., Pescadores, Camponeses, Trabalhadores do Mar, op. cit., p. 126.
- (173) O prestígio do mestre decorre de vários fatores. Tornar-se mestre significa ser um pescador com grande saber da arte da pesca, ser aquele que escolhe a sua tripulação, ter maior remuneração pelo trabalho e, conseqüentemente, melhores condições de vida. Em pesquisa efetuada em Ubatuba, São Paulo, Diegues também constatou a importância e o prestígio dos mestres. "Os mestres representam um papel muito importante na pesca em Ubatuba e os que têm prática são sempre solicitados pelas empresas pois, em última análise, a responsabilidade do barco depende deles. Em termos sociais eles gozam de grande prestígio local, seja porque podem escolher a tripulação, seja pela renda mais elevada de que desfrutam, manifestada por símbolos como boa casa de alvenaria, fogão a gás, etc." DIEGUES, A.C.S., "A pesca em Ubatuba, estudo sócio-econômico", op. cit., p. 46.

maior tempo, retornando ao Araçá num período que pode variar de 2 meses até mais de um ano da data da partida; nessas circunstâncias, os pescadores descem em terra quando o pescado é descarregado ou por problemas com a embarcação.

Geralmente, na época do Natal e Fim-de-Ano, não só essas embarcações retornam ao Araçá, permanecendo ancoradas à frente da vila, como todos os pescadores da comunidade, possibilitando aos mesmos passarem uns 10 dias ou mais junto com suas famílias e participarem da alegria que envolve a vila nessa época do ano (174), culminando com a dança do Boi de Mamão e Reisados (Anexo 1), tradições preservadas pelos pescadores do Araçá.

Recentemente, barcos de atum de outros locais passaram a procurar o Araçá em busca de iscas para a realização das pescarias (175) como também para embarcar alguns pescadores que fazem parte de suas tripulações.

(174) Gioconda Mussolini, referindo-se aos pescadores que embarcavam em Santos, oriundos de Santa Catarina, já assinalava, em 1963, o retorno dos pescadores catarinenses para suas vilas de origem na época das festas natalinas: "Toda via...por ocasião das festas do fim do ano eles desaparecem de circulação e voltam para suas praias de origem" MUSSOLINI, Gioconda, "Os Japoneses e a pesca comercial no litoral norte de São paulo", Revista do Museu Paulista, op. cit., p. 284.

(175) As iscas para a pesca do atum são manjubas vivas, conhecidas na região como "charutos". Trabalho de Campo.

Também navios japoneses passaram a se dirigir ao Araçá, chegando em média um navio cada 15 dias. Essa procura de iscas trouxe conseqüentemente uma nova atividade pesqueira aos pescadores do Araçá e da região: a pesca das manjubas. Pescadas no Araçá ou nos arredores, são mantidas vivas (176) para serem colocadas nos atuneiros. A pesca exagerada das manjubas preocupa os pescadores mais velhos, os quais têm consciência de que esse fato poderá, em pouco tempo, ocasionar dificuldades para a pesca na região. Eles explicam que as manjubas são sardinhas pequenas que servem de alimentação para os peixes (177). Pode-se supor que pela grande quantidade pescada poderá haver não só um comprometimento na renovação da espécie, como também um desequilíbrio na ecologia marinha da região.

Com a chegada dos barcos de atum ao Araçá jovens pescadores da comunidade e das regiões vizinhas também passaram

(176) Mantidas vivas nos próprios barcos de pesca de manjubas ou em viveiros construídos na região. Um morador do Araçá, referindo-se a um viveiro de manjubas que foi construído no mar numa praia bem próxima ao Araçá, diz: "É um quadrado grande de madeira, flutuante, com cerca de 10m de lado, no qual é amarrada uma rede que forma uma espécie de bolsa". "As manjubas são colocadas pequenas e com a química da água elas vão crescendo", explicou o pescador. Permanecem no viveiro até atingirem o tamanho adequado para serem usadas como iscas pelos atuneiros. Os moradores da região, principalmente, os pescadores, mostraram-se descontentes com o viveiro por ser pouco visível e estar colocado próximo à rota para o Araçá, tornando-se perigoso às suas embarcações. Expressando a impotência que sentem em relação à pesca da manjuba, um pescador comentou: "Mas o que podemos fazer?" Trabalho de Campo.

(177) Um pescador experiente fez a seguinte observação "A sardinha com 4 meses já é adulta e pode procriar. É como se matasse as criancinhas da vila" Trabalho de Campo.

a fazer parte da tripulação desses atuneiros, que é formada por 25 pescadores cada barco. Os atuneiros vêm em geral de Itajaí e param no Araçá para pegar as manjubas vivas pescadas pelos pescadores do Araçá assim como para embarcarem alguns poucos pescadores que residem no próprio Araçá ou nos arredores. Dependendo da quantidade de iscas disponíveis, o barco de atum pode ser carregado e partir em seguida ou permanecer ancorado no Araçá até conseguir carregar as iscas necessárias. Nesse caso, os integrantes da tripulação que moram no Araçá levam vantagem, permanecendo em suas próprias casas, enquanto os outros pescadores de diferentes regiões permanecem no barco, podendo também desembarcar e procurar distrações nas poucas opções do Araçá.

Jogam pebolim, bilhar, conversam em grupos, bebem, enfim, procuram passar o tempo. A chegada contínua desses grupos de pescadores estranhos à comunidade está provocando inquietações e problemas aos moradores do Araçá (178) e do Município (179).

-
- (178) Um antigo morador da comunidade, referindo-se às embarcações de atum que permaneciam ancoradas, dizia enfezado: "É isso aí! Gente de fora, do Rio de Janeiro. Rapazes com os olhos encarnados. Ontem na casa do senhor X entraram e pegaram um saco de farelo. Outro vizinho viu uns rapazes tomando banho na caixa d'água. Deu 2 tiros para o alto. As senhoras não podem mais ir na venda sozinhas..." Perguntando-lhe o que poderiam fazer para acabar com isso no Araçá, o antigo pescador respondeu: "Só a marinha dando ordem. Que esses barcos vão parar lá atrás da ilha, longe daqui!" Trabalho de Campo.
- (179) Do centro de Porto Belo se avistam os barcos de atum ancorados no Araçá. Muitos moradores também estão descontentes com a chegada dos atuneiros na região. Um antigo pescador, olhando os atuneiros ancorados, assim se expressou: "São mais ou menos 1.000 quilos de manjubas por barco. São 4, 5, 6 barcos por semana, sabe o que isso significa? 6 mil quilos de manjubas por semana. Vão acabar com o peixe e acabar com o povo. Essa manjuba é a sardinha que o povo come. A sardinha é a comida do pobre porque é barata. Assim, sem sardinha, obriga o povo a comer carne, e quem é o dono da carne? É quem tem fazenda, são os ricos!" Trabalho de campo.

Algumas horas antes de o barco partir é tocada uma sirene para avisar a tripulação que está em terra, a fim de que esta se dirija ao atuneiro de botes a remo. Quando a embarcação parte, os pescadores não sabem quanto tempo vão permanecer no mar, 10, 15 ou 30 dias, (180) enfim, até encontrarem o cardume de atum ou galhardo (Anexo 3). O barco carregado de peixe ! vai descarregar em portos como de Itajaí ou Santos (181), jamais no Araçá.

No Araçá são poucos os pescadores que passaram a trabalhar nos atuneiros, pois, preferem se dedicar a outros tipos de pesca que na comunidade praticam.

O pescador de atum é registrado em carteira e recebe um salário fixo de aproximadamente um salário mínimo mais uma percentagem sobre a quantidade pescada. É, portanto, um operário do mar. Tal atividade é considerada pelos pescadores como um trabalho perigoso, pois, são frequentes os casos de queda no mar e de ferimentos ocasionados pelo anzol, principalmente, nos olhos, deixando muitos pescadores cegos (182). Entre os pescado

(180) Conta um pescador: "Essa vez fomos lá para o Rio Grande, outra vez rodamos até o Rio de Janeiro, voltamos; por 15 dias rodamos e fomos pescar lá no sul..." Trabalho de Campo.

(181) Segundo informações locais, os navios japoneses seguem carregado direto para o Japão. Trabalho de Campo.

(182) Um pescador do Araçá que se empregou no barco de atum por algum tempo, durante uma pescaria caiu no mar. "O peixe era tão grande que me levou com ele. Tinha mais de 30 quilos. Do barco me jogaram uma corda e com uma mão eu segurei a corda e com a outra não soltei o canço, e não perdi o peixe", disse. Trabalho de Campo, 1984.

res do núcleo pesqueiro do Araçá, as opiniões são variadas quanto às vantagens oferecidas pelo trabalho nos barcos de atum. Alguns não querem se empregar nessa atividade, considerando-a perigosa e pouco rendosa; outros já a consideram interessante pelo fato de ter um registro com um salário fixo, mesmo que não saiam para pescar, se a embarcação precisa de consertos. Os pescadores que desejam trabalhar nos atuneiros devem aguardar o aparecimento de vagas nos barcos.

Verifica-se, assim, que está se formando no Araçá uma camada de pescadores assalariados, - os operários do mar - que, misturados com os demais pescadores da comunidade, não chegam a formar uma camada que defenda seus interesses enquanto grupo social (183).

Deve-se destacar que o trabalho na pesca, enquanto camarada na pequena produção que se efetua de modo artesanal, não se iguala ao processo de trabalho do operário do mar, pois, o trabalho na pesca como companheiro do dono do barco está relacionado não só à subsistência como à divisão de partes anteriormente combinada. Portanto, o camarada tem maior ou menor lucro

(183) "A formação de uma classe social dos trabalhadores proletários do mar depende não só do aumento numérico de seus membros assalariados, mas também de sua representação social a nível de organização de classe" DIEGUES, A.C.S. , Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar, op. cit., p. 258.

de acordo com o total da produção e não recebe quantia fixa por hora ou mensal (184).

Toda a produção pesqueira descarregada no Araçá é dos pescadores da comunidade e aí mesmo é comercializada (vide Quadro 4.10). Pescadores de outros locais não descarregam pescado nem comercializam no Araçá, pois, na vila não existe porto nem mercado de peixes (185).

Pelo fato de os pescadores da população não possuírem meios de transporte terrestre para vender pescado diretamente ao consumidor, dependem dos intermediários (186), verdadeiras empresas de comercialização de pescado (187), ou da cooperativa dos pescadores que envia seus caminhões de manhã e

-
- (184) "O dono do barco e seus companheiros e camaradas defrontam-se com as condições naturais da produção enquanto produtores diretos. Na medida em que o camarada não vende a sua força de trabalho, tampouco é um assalariado, È importante se observar que no processo de trabalho dos pescadores artesanais existe a produção parcial dos meios de subsistência pelos próprios pescadores" DIEGUES, A.C.S., Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar, op. cit., pp. 258/259.
- (185) Em todo o Município não existe porto nem mercado de peixe. Só uma empresa privada de industrialização de pescado possui ancoradouro próprio.
- (186) Os intermediários são conhecidos como "pombeiros", conforme já se fez referência no 4º capítulo desta dissertação.
- (187) Três empresas de comercialização de pescado operavam no Município em 1982, além da Cooperativa dos Pescadores de Porto Belo que iniciou suas atividades em 1978. Os pescadores do Araçá, em sua maioria, não se filiaram à Cooperativa dos Pescadores de Porto Belo. (ver 4º capítulo nesta dissertação).

à tarde para distribuir gelo e coletar o pescado disponível para a venda (188).

Em geral, o pescador se filia a um dos intermediários, tendo assim a venda de sua produção garantida. Raramente o intermediário não adquire o pescado disponível; isso ocorre, por exemplo, quando o camarão é muito miúdo.

Se particulares se interessam em comprar o pescado diretamente dos pescadores, estes conseguem melhor preço, porém, esse tipo de procura se dá mais no verão, quando é maior o número de turistas que procuram as praias da região.

Na atualidade os pescadores do Araçá dificilmente vão ao centro de Porto Belo vender o pescado (189).

(188) Enquanto aguardam o caminhão do intermediário passar para recolher a produção pesqueira, o pescado fica na "salga". Trabalho de Campo.

(189) Há muitos anos, a venda da produção pesqueira do Araçá era feita na praia de Porto Belo, no centro da cidadezinha, para onde os pescadores do Araçá se dirigiam de canoa. Hoje isso não mais ocorre. Durante as diversas visitas que se fez à região para esta pesquisa, somente uma vez se presenciou um pescador que de bicicleta percorria a praia deserta de Porto Belo durante o mês de setembro, vendendo um pouco de peixe e camarão. Trabalho de Campo.

Finalizando, o pescado desembarcado não é totalmente vendido ao intermediário, pois o pescador fica com uma parcela para sua alimentação e de sua família.

3. O TRABALHO FEMININO

As mulheres no Araçá não saem para pescar em embarcações de propriedades da família nem em embarcações de seus vizinhos, nem mesmo ajudam a puxar um arrastão na praia. Pode-se dizer que pescar é um trabalho exclusivo do sexo masculino. Como a agricultura não é desenvolvida no Araçá, as mulheres não se dedicam aos trabalhos com a terra. Mesmo a agricultura de subsistência é raramente praticada e utiliza a mão-de-obra dos senhores e dos jovens adolescentes.

As moças e senhoras dificilmente empregam-se como domésticas. No verão, quando há maior procura desse tipo de mão-de-obra devido ao número de turistas, as mulheres não se interessam por esse tipo de trabalho. Algumas jovens, que tentaram trabalhar como domésticas em casas de família nos arredores e mesmo em outros municípios, relatam que não se acostumaram e logo voltaram para junto de suas famílias no Araçá.

Em, geral as jovens até casarem executam alguns trabalhos remunerados em atividades relacionadas ao setor pesqueiro fora da comunidade (190).

(190) Como o casamento ocorre muito cedo para as mulheres, na população em estudo, o trabalho remunerado fora do lar e da vila em geral se dá até o casamento. Maiores detalhes sobre o trabalho das adolescentes e jovens, a seguir, no capítulo Trabalho infanto-juvenil e aprendizagem: processos concomitantes.

Ao casar, as mulheres passam a se dedicar com exclusividade aos afazeres do lar e cuidados com os filhos (191).

Com o surgimento dos "freezers" domésticos muitas famílias conseguiram adquiri-los, colocando-os em suas moradias para o armazenamento do pescado. Algumas mulheres casadas passaram a preparar os peixes, camarões, etc. para serem conge-lados e a atender as pessoas, que se dirigiam às suas casas, veranistas principalmente, à procura de pescados, o que as moti-vou a se exercitarem nas contas e a aprenderem a trabalhar com cheques (192).

(191) Os serviços domésticos são aprendidos durante a infância através de um processo de aprendizagem gradativo e contínuo no próprio lar sob a orientação da mãe. Fora do lar, a aprendizagem em cuidar dos nenês e crianças pequenas ocorre geralmente na prática vivenciada, ao auxiliarem suas irmãs mais velhas ou cunhadas nos cuidados com os filhos. Essa aprendizagem é facilitada pela proximidade das moradias. Trabalho de campo.

(192) Observações realizadas demonstram que a intensificação da venda do pêscado em suas moradias começou a se processar por volta de 1984, fato intimamente relacionado com o aumento do número de turistas que no verão se dirigem para as praias da região. Trabalho de campo.

Além dessas tarefas, as mulheres no Araçá não se interessam por trabalhos artesanais como bordados e rendas (193). Verifica-se assim que, além dos afazeres domésticos e os cuidados com os filhos, as mulheres no Araçá têm uma preocupação maior voltada para a aprendizagem e aperfeiçoamento no trato do pescado (194). Essa realidade de trabalho do sexo feminino complementa o trabalho masculino na pesca, contribuindo para a caracterização da vila do Araçá como uma autêntica comunidade pesqueira.

(193) Muitas rendeiras são encontradas no litoral catarinense principalmente na Ilha de Santa Catarina que dista 60 km de Porto Belo. Tecem trabalhos com bilros, fazem blusas, toalhas em crivo e procuram vendê-los na frente de suas moradias ou saem às ruas com caixas contendo os trabalhos que são oferecidos aos turistas. No Araçá, as mulheres não sabem fazer rendas nem bordados. Trabalho de Campo.

(194) Algumas mulheres sabem fazer conservas caseiras de ovas de pescado e camarões que são mantidos em vidros por muitos meses. Outras sabem limpar caramujos e prepará-los para a alimentação. Algumas aprenderam com uma família de japoneses, que se instalou na cidade recentemente e se dirigem ao Araçá com regularidade, outro modo de preparar os bichos desses caramujos, aperfeiçoando, assim, o saber no trato do pescado. Trabalho de Campo.

6º Capítulo: TRABALHO INFANTO-JUVENIL E
APRENDIZAGEM: PROCESSOS
CONCOMITANTES

1. INTRODUÇÃO

Tendo-se privilegiado o trabalho infanto-juvenil como foco de interesse neste estudo, torna-se necessário explicitar que, devido ao caráter sazonal da atividade pesqueira, só foi possível apreender o desempenho do trabalho das crianças, adolescentes e jovens na pesca e nas atividades relacionadas à pesca, através dos anos de pesquisa em que a população amostrada foi acompanhada. Desse modo, constatou-se um rol de tarefas realmente executadas que foram dicotomizadas por sexo num primeiro plano e, na medida do possível, por idade, objetivando a análise dos aspectos educativos.

2. O TRABALHO INFANTILE JUVENIL MASCULINO DESEMPENHO E ASPECTOS EDUCATIVOS

A pesca de arrastão na praia ainda é preservada no Araçá. É o tipo de pescaria que depende de fatores como condições do tempo, do mar, assim como da vontade e da disponibilidade do experiente pescador que a organiza.

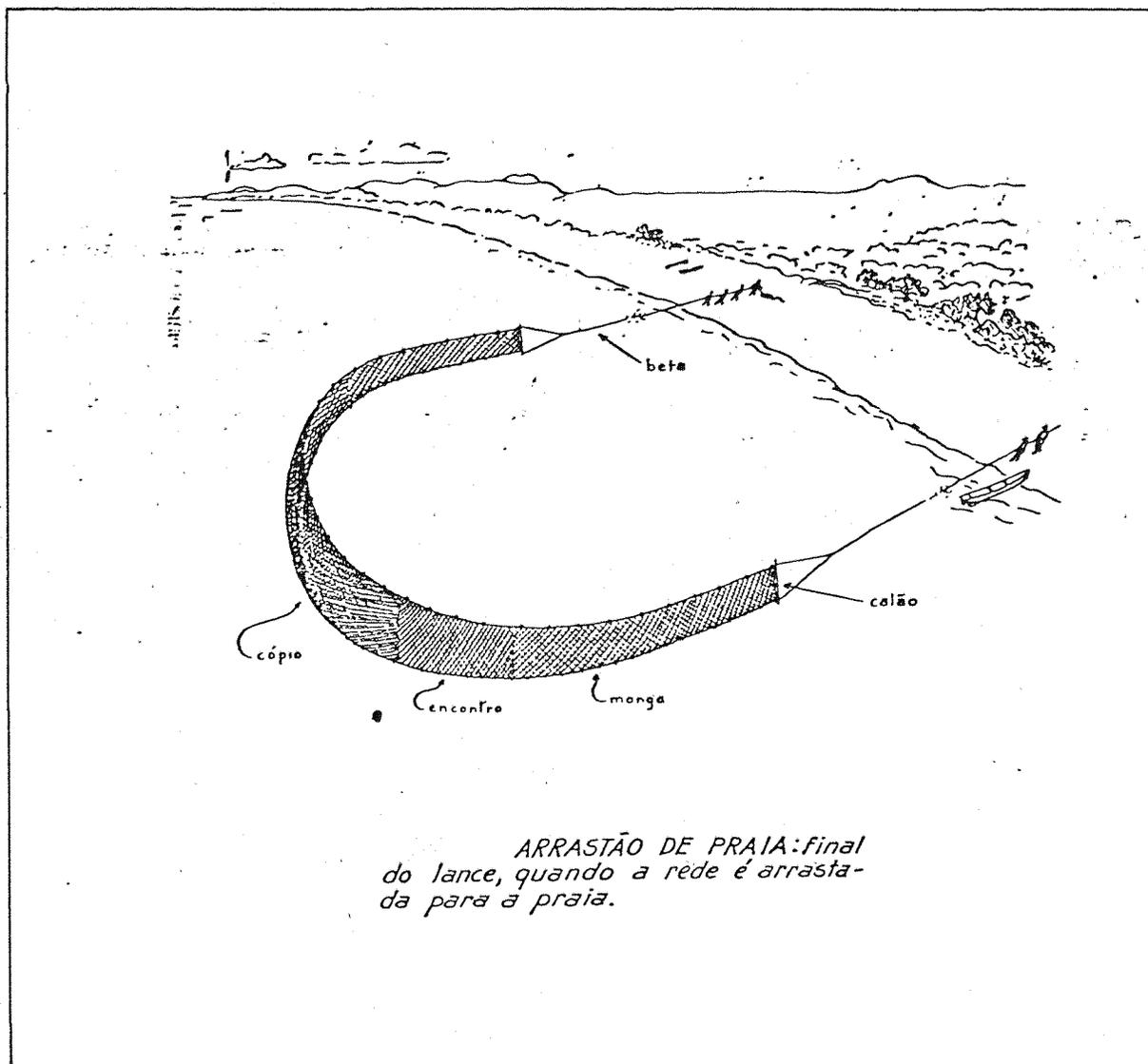
Notando que existem boas condições de tempo e do mar e que há possibilidade de existir alguma qualidade de peixe nas proximidades da região, o pescador decide que é uma ocasião propícia para a realização da pesca de arrastão; então convoca a mão-de-obra, anteriormente combinada, através de um assobio. São meninos de 10 a 15 anos (195). Reunidos os meninos, fica decidido que uma parte irá no barco e o restante seguirá a pé até a praia escolhida. Em uma canoa de um tronco só, a remo, em barca o pescador - o organizador da pescaria - acompanhado de 5 meninos. Na embarcação vai também uma grande rede de aproximadamente 400m, cordas, balaios e demais apetrechos. Quatro crian

(195) São chamados "camaradas". Trabalho de campo - 1981.

ças vão remando até a praia escolhida; lá chegando, os meninos param de remar e a embarcação também pára. Uma das extremidades de uma grossa corda que chamam de cabo é amarrada firmemente numa pedra existente na praia; o restante do cabo permanece na canoa e os meninos começam a remar, afastando a canoa da praia, enquanto o pescador, em pé na embarcação, vai soltando os lances do cabo. Quando chega ao local em que o experiente pescador acredita que haja peixes, ele ata no cabo uma das pontas da rede. Os meninos continuam a remar e a rede vai sendo solta pelo pescador que vai concomitantemente orientando os remadores na direção que a embarcação deve seguir para que a rede forme um semicírculo; esse formato é observado pelas bóias que mantêm o cabo superior da rede na superfície da água. Terminado o semicírculo, a canoa já deve encontrar-se aproada para a praia. (Foto 9).

O pescador amarra na outra ponta da rede um cabo que vai sendo solto na água até a canoa atingir a praia. A embarcação pára. É ancorada. Todos descem. As crianças que foram a pé juntam-se às que desceram do barco, formando um grupo que é dividido em dois; um dos grupos dirige-se para a extremidade do cabo que estava fixado na praia e o outro grupo fica com a ponta do cabo que veio na canoa (Ilustração 6.1). Todos os meninos colocam na cintura uma espécie de cinturão feito de pedaços largos de folhas de palmeira ou de tiras de borracha. Nas extremidades do cinturão existe uma pequena corda com 2 nós que serve para atrelar a pessoa ao cabo da rede. Desse modo, em cada um dos cabos que estão fixados à rede e se encontram na praia atrelam-se de quatro a seis meninos que, vagarosa e compassadamente, começam a andar para trás, puxando do mar para a praia os cabos que estão atados à rede. É feito um rodízio entre os meninos de maneira tal que o último passa a ser o primeiro. Essa atividade de puxar os dois cabos demora cerca de uma hora até que as extremidades da rede comecem a aparecer. A partir do

Ilustração 6.1



Fonte: BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti e BERNARDES, Nilo, "A Pesca no Litoral do Rio de Janeiro", Revista Brasileira de Geografia, Ano XII, nº 1, janeiro/março de 1950, p. 46.

momento que a rede aparece na praia o pescador vai orientando as crianças quanto à direção que cada uma das pontas da rede deve seguir, sempre com o intuito de se evitar a perda dos peixes que já estão praticamente capturados. À medida que a parte central da rede vai se aproximando, já existe a possibilidade de se avaliar o volume de peixes que ela traz. Então, é necessário o cuidado de se levantar a rede para evitar que os peixes pulem da mesma. Os meninos continuam puxando a rede até que chegue toda à praia. Terminada essa fase, os camaradas partem individualmente para as atividades de retirar os peixes da rede, selecioná-los, colocá-los nos balaios, tirar os siris agarrados à rede, algas, caramujos, lavar a rede, colocando-a de volta na canoa, enrolar os cabos, guardando-os novamente na embarcação, carregar os balaios com o pescado e colocá-los também na canoa. Com a embarcação carregada, os meninos que foram a pé até a praia retornam na embarcação e serão os remadores. Os que vieram remando retornam a pé, pois, terminaram a sua parte do trabalho. Toda a atividade da pesca do arrastão desde a saída da Praia do Araçá até o retorno dura mais ou menos 5 horas (196).

(196) Em estudo realizado sobre a pesca no litoral do Rio de Janeiro, Lysia Bernardes dedica alguns parágrafos ao processo de trabalho no arrastão. BERNARDES, Lysia M.C., e BERNARDES, Nilo, "A pesca no Litoral do Rio de Janeiro", Revista Brasileira de Geografia, Ano XII, nº 1, janeiro/março de 1950, pp. 25 a 27.

O que foi pescado é levado à salga existente na Praia do Araçá onde será vendido a um intermediário que passa diariamente a fim de adquirir o pescado disponível no dia. Mensalmente, o pescador, organizador do arrastão, recebe o dinheiro do pescado vendido ao intermediário. Tal quantia tem a seguinte divisão: 50% para o dono do barco - o pescador que organiza o arrastão - e 50% para os camaradas, ou seja, as crianças que trabalharam no mês (197).

A atividade da pesca através do arrastão utilizando a mão-de-obra infantil está diretamente relacionada com a escola. Durante o ano letivo a realização desse tipo de pesca - ria depende do horário das aulas (198). Aos sábados, domingos e feriados, assim como nas férias, o arrastão é realizado no horário que o organizador decide.

A utilização da criança na pesca do arrastão decorre da falta de mão-de-obra adulta masculina. Quando atingem

(197) Segundo depoimentos, o pescador mostra a nota do que recebeu e divide a parte dos meninos igualmente; cada um recebe o quinhão a que tem direito. Por exemplo, se rendeu - Cr\$200,000, Cr\$ 100.000 são do pescador e Cr\$ 100.000 das crianças; se foram 10 crianças que trabalharam, cada uma receberá Cr\$ 10.000. Destaca-se que dos 50% correspondentes à parte do pescador, 25% são da rede e é dada a quantia correspondente ao dono da rede, ficando para o pescador 25%. Trabalho de Campo.

(198) "As aulas atrapalham, faltam braços para o arrastão". Trabalho de campo, julho de 1984.

18 anos, os rapazes preferem o emprego de pescador embarcado em embarcações maiores.

Portanto, o desaparecimento da pesca de arrastão na praia ainda não ocorreu no Araçá como aconteceu em vários locais do litoral sul brasileiro (199) porque é regularmente praticado com a utilização da mão-de-obra infantil masculina.

Justificando a utilização das crianças no trabalho do arrastão, o antigo pescador fez a seguinte comparação: "Se é um fazendeiro, um lavrador que tem uma fazenda, de manhã cedo está todo mundo com a enxada nas costas, o marido, a mulher, os filhos. Aqui é a mesma coisa. Só que vamos para o mar. Eu sou pescador e ensino os meus filhos a pescaria. Eles trabalham comigo. Agora tá tudo grande. Só tenho 2 para trabalhar comigo, aí eu pego as outras crianças, meus sobrinhos, os vizinhos... Eu sou o professor dos meus filhos. Cada um tem um ra-

(199) O desaparecimento do arrastão é também constatado por Mourão, em sua pesquisa no litoral Sul do Estado de São Paulo (Iguape e Cananéia). "O conhecido e tradicional arrastão de terra, de origem portuguesa que, em Portugal, é arrastado por 4 a 5 juntas de bois e que, entre nós, é arrastado para terra, graças ao braço humano, tal como ainda ocorre nas costas da África Ocidental, está desaparecendo aos poucos das praias do Litoral Sul. O custo da rede e sua manutenção, o elevado número de pessoas que exige para arrastar os cabos não é mais compensatório" MOURÃO, F. A.A., Os Pescadores do Litoral Sul do Estado de São Paulo op. cit.; p. 45.

mo na vida. Eu sou pescador. Meu pai também era. Meus filhos também são" (200).

Sintetizando, a pesca de arrastão no núcleo pesqueiro do Araçá sobrevive e é garantida principalmente pela mão-de-obra infanto-juvenil masculina que é a única mão-de-obra disponível para esse tipo de atividade. O trabalho das crianças e dos adolescentes contribui para a preservação do arrastão no Araçá e é apoiado pelas famílias que oferecem seus filhos para o trabalho não só por necessidade econômica que leva a família a aproveitar o trabalho infantil remunerado, ajudando assim a engrossar o orçamento familiar, mas também por interesse da família em querer dar aos meninos conhecimentos que garantam a sabedoria e a prática do saber pescar.

Desse modo, através da pesca do arrastão organizada pelo experiente pescador do núcleo pesqueiro do Araçá, a maioria dos meninos da vila adquire uma profissão antes de atingir os 18 anos. Ocorre, portanto, um processo pelo qual através do trabalho se transmite às gerações mais novas o conhecer da pesca através da sabedoria adquirida ao longo do tempo pelo antigo pescador (201). É o ensinamento do conhecer teórico - prático

(200) Trabalho de Campo - julho de 1984.

(201) A importância da sabedoria dos velhos na pesca é assinalada por Diegues:

"O conhecer do velho pescador se traduz pela sabedoria, algo distinto do saber-fazer. A sabedoria não diz respeito ao manuseio de um apetrecho de pesca, mas onde e quando utilizá-lo. A sabedoria, o pescador a adquire não somente pela experiência, mas indo pescar e ouvindo os mais velhos" DIEGUES, A.C.S., Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar, op. cit., p. 185.

(202) que possibilita à criança do sexo masculino aprender a ser pescador.

Detectou-se pelo estudo efetuado que a pesca do arrastão no Araçá é considerada como uma escola. Uma escola de pesca por onde passam as crianças do Araçá. Tornou-se quase uma obrigação da família enviar os meninos para aprenderem a pescar no arrastão e as próprias famílias se orgulham de que os meninos trabalhem nesse tipo de pesca (203).

Conseqüentemente, a maioria dos jovens pescadores do Araçá aprendeu a pescar no arrastão do antigo pescador quando criança (204).

(202) Sobre o conhecimento nas sociedades humanas ver BERGER, Peter L., A Construção Social da Realidade: Trabalho de Sociologia do Conhecimento, Petrópolis, Vozes, 1973, Introdução, pp. 11 a 34.

(203) A mãe de um dos meninos com entusiasmo fez o seguinte comentário em relação ao filho de 10 anos que participava dos arrastões: "Quando ele não pesca com o pai porque o pai está fora, eu o coloco para trabalhar no arrastão!" "De manhã ele trabalha, de tarde vai para a escola". Trabalho de campo, janeiro de 1985.

(204) "Pelo menos 2 ou 3 meses na vida quase todas as crianças do Araçá trabalham no arrastão. A maioria dos rapazes daqui foram camaradas do arrastão do tio, quando criança". Trabalho de Campo, janeiro de 1985.

Assim, o experiente pescador que assume o arrastão com as crianças torna-se, para a comunidade, como um professor de pesca e ele mesmo se considera como tal. "Eu sou como professor aqui. Gente de fora, de São Paulo, me chama de "o professor"! Ensino meus filhos e as crianças da vila", disse o experiente pescador (205).

Devido à atividade pesqueira da região estar relacionada à origem portuguesa de seus habitantes (206), a análise dos aspectos educativos da aprendizagem da pesca no desempenho do trabalho no arrastão leva à suposição de que tal saber teria sua origem na prática dos antigos pescadores portugueses (207). Portanto, através dos ensinamentos dados aos meninos na vivência da pesca do arrastão, um processo de manutenção de traços da cultura portuguesa do início do século passado pode estar se processando, perpetuando, assim, uma sabedoria construída a partir do século XIII. Em essência, no Araçá, o arrastão assumiu características próprias, tornou-se algo mais do que pescar para se obter o lucro com a venda do pescado. Tornou-se uma escola mais que profissionalizante, uma escola de cultura ao ar

(205) Trabalho de Campo, junho de 1985.

(206) No início desta dissertação mostrou-se como se deu o povoamento da região. Ver 3º Capítulo, itens 2 e 3 e Anexo 1.

(207) No século XIII, conforme se constatou, os ericeiros já eram pescadores e pagavam impostos. Ver mais esclarecimentos no 3º Capítulo, itens 2 e 3 e Anexo 1, nesta dissertação.

livre, onde se combina a teoria com a prática mas que poderá desaparecer junto com o antigo pescador (208).

Fazer parte do arrastão não é a única opção de trabalho remunerado para os meninos e jovens no Araçá. Fazer rede é outra atividade que os meninos podem desempenhar e que se torna remunerada, quando não é para auxiliar o próprio pai.

Tecer rede é um trabalho do sexo masculino. É um trabalho executado ao ar livre, na praia, na rua ou no quintal da casa do pescador, o que possibilita à criança observar sua confecção desde tenra idade (Foto 10).

Em geral, tecem as redes os pescadores que, devido à idade, não saem mais para pescar ou pescam próximo ao Araçá, num certo período do dia, não mais se ausentando por longo tempo da vila.

Por volta dos 14 anos, alguns meninos passam a desempenhar esse trabalho algumas horas do dia, auxiliando o pai ou trabalhando afincadamente com algum pescador que conseguiu comprar o fio e necessita confeccionar uma rede nova para seu próprio uso ou para vendê-la, atendendo alguma encomenda.

(208) Numa das entrevistas o antigo pescador referiu-se à aposentadoria: "Já me disse um veranista: o senhor deveria ter "aposentadoria de professor!" Trabalho de Campo, junho de 1985.

Neste último caso, o trabalho executado pelo adolescente é remunerado em dinheiro; ao se findar a confecção da rede, de acordo com os acordos feitos com o próprio jovem, ele recebe o quanto lhe cabe.

O fato de o trabalho de tecer redes ser, muitas vezes, um trabalho remunerado traz vantagens para os jovens, futuros pescadores. O dinheiro ganho é um fator de motivação para o adolescente devido à carência econômica que vive com a família e é também uma possibilidade que se lhe abre de iniciar a aquisição dos bens de produção para o futuro profissional. Explicitando através da realidade, assim é que um adolescente de 14 anos, no início desta pesquisa, conseguiu ter o seu próprio barquinho, o "Serra do Mar", uma chatinha a remo, velha e em má conservação, adquirindo-a do seguinte modo: ajudou um pescador a tecer uma rede e recebeu um dinheirinho que juntou com o dinheiro adquirido através do seu trabalho como camarada na pesca do arrastão. Com o total comprou o fio e fez uma rede; quando pronta, trocou-a pelo barquinho, passando a ter a possibilidade de pescar lagostas, remando até um costão de pedras próximo à vila onde colocava a rede e, conseqüentemente, aumentar suas economias com a venda das lagostas. (209).

Assim é que o processo de aprendizagem teórico-prático por que passa o jovem através do trabalho de tecer rede oferece outras contribuições para o indivíduo; já vai preparando-o para o futuro no sentido em que lhe possibilita conhecer diferentes tipos de redes e sua adequação para determinados tipos de captura do pescado; fornece-lhe a prática de confeccionar suas próprias redes, material de produção essencial para o pescador no desempenho de seu trabalho e proporciona também ao jovem o conhecimento da manutenção da rede, bem de produção que necessita constantemente de reparos, devido aos estragos que na

(209) Trabalho de campo.

rede ocasiona o pescado capturado em cada pescaria além de desenvolverem a atenção e a motricidade.

Outros trabalhos desempenhados por meninos e jovens podem ser vistos no Araçá. São atividades que lhes proporcionam ganhar algum dinheiro ou receber pescado pelos serviços prestados; neste último caso, o pescado pode ser vendido ou servir na alimentação da família.

Como já se fez referência, no Araçá não existe porto; conseqüentemente, quando as embarcações chegam carregadas de pescado, este deve ser transportado até as areias da praia em canoas.

É na safra do pescado que se presencia a ativa participação dos meninos de 10 a aproximadamente 16 anos que, a nado ou em pequenas canoas a remo, dirigem-se às embarcações que chegam para ajudar a descarregar os peixes (210). O pescado é retirado dos porões da embarcação, onde se encontra conservado no gelo, e colocado em balaios (tecidos a mão) ou caixas plásticas que são passadas às canoas para serem levados até a praia; depois a canoa é descarregada e os balaios ou caixas são levados geralmente até a salga onde o pescado será pesado para posterior comercialização. Nesse tipo de tarefa recebem, na maioria das vezes, pescado pelo trabalho que executaram.

(210) Sobre o trabalho nessas embarcações ver DIEGUES, A.C.S., Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar, op. cit., Cap. XIV.

Outra atividade pesqueira que pode ser desempenhada por adolescentes e jovens do sexo masculino é que está desaparecendo na região é a pesca da lagosta. É um trabalho que é executado individualmente desde que o jovem ou sua família possua os apetrechos de trabalho: uma canoa a remo e a rede de lagosta.

O trabalho tem a seguinte seqüência: o jovem deve escolher um costão de pedras, geralmente próximo da vila e ir remando a canoa até o local; numa das pedras ele amarra a rede, que é pequena, e a deixa lá por uns dias. Durante esse período, o menino pescador de lagosta vai uma ou duas vezes ao dia "olhar a rede" não só para verificar se há lagostas mas, principalmente, para certificar-se de que a rede não desamarrou, não rasgou, enfim, vigia a rede mais preocupado em não perdê-la.

Passados 5 ou 6 dias que a rede foi colocada, retira-a. Se conseguiu algumas lagostas, comercializa-as facilmente, devido à grande procura no mercado consumidor. Se a rede é sua, fica com o total recebido; se não é, fica com a metade do dinheiro; com a outra metade paga o dono da rede, geralmente um irmão mais velho ou o próprio pai.

Através desse tipo de pesca, o jovem parte para o desempenho do trabalho por iniciativa própria, já dotado de segurança, enfrentando sozinho o mar; é uma tarefa que o inicia às pescarias que, na idade adulta, assumirá em águas mais longínquas. É um trabalho que o inicia também na comercialização do pescado, no estar a par dos preços do mercado, na divisão das partes do dinheiro obtido; é um trabalho prático que lhe possibilita aprimorar os conhecimentos recebidos sobre condições do tempo e do mar, cuidados com a rede e, principalmente, a responsabilidade e a autoconfiança. É um trabalho que, quando executado, depende dele e do mar, que lhe dá orgulho por já estar

apto para sozinho conseguir o pescado, um orgulho que cada vez mais será desenvolvido à medida que o resultado de seu trabalho vai lhe dando prestígio, um orgulho que caracteriza o ser pescador, ser um bom pescador. Portanto, pescar lagostas nos arredores da vila é um processo de aprendizagem que complementa e aprimora os ensinamentos recebidos; é um processo de troca do saber adquirido, enquanto pescador iniciante, com o saber dos adultos, na medida que as dúvidas, os problemas surgidos no desempenho do trabalho ou o insucesso da pescaria são discutidos com os irmãos mais velhos, com o pai ou com os adultos da comunidade quando, em rodas, conversam espontaneamente sobre as pescarias. Infelizmente, é uma atividade que está desaparecendo devido à atual escassez de lagostas na região.

Capturar e saber tratar de caramujos e caranguejos são outras tarefas que através do brincar são comumente presenciadas.

Os moradores da vila do Araçá estão familiarizados com a fauna marinha da região porque, quando se realizam pescarias com rede tanto arrastadas na praia como em águas mais distantes, além de diferentes tipos de peixes e camarões, enroscam-se nas redes polvos, lulas, siris, lagostas, aranhas do mar e diferentes tipos de caramujos. Diante da variedade de peixes, moluscos e crustáceos que fazem parte dessa rica fauna que os rodeia, a população sabe distinguir o que serve do que não serve para a alimentação. Assim é que um tipo de caramujo, comum na região, é usado para alimentação dos moradores do Araçá. É uma espécie pouco conhecida da população brasileira e não aparece nos cardápios de restaurantes, bares ou botecos do Estado de

Santa Catarina. É o caramujo a que chamam de "lingüeta" (211).

Quando se pergunta no Araçá o que é a "lingüeta", eles respondem: "É o bicho que mora dentro da concha. É o que se come do caramujo" (212).

As "lingüetas", no Araçá, eram catadas, em geral, pelos meninos, individualmente ou em duplas, que mergulhavam perto das pedras próximas à Praia do Araçá. Muitas vezes, os próprios meninos tiravam o bicho da concha, separavam a parte comestível e jogavam fora tanto a concha como a parte do bicho não comestível. Assim limpas, as lingüetas eram levadas para ca

(211) A concha da "lingüeta" é de cor alaranjada medindo de 7 a 8 cm de comprimento; é uma concha calcárea de uma só peça, enrolada em hélice apresentando uma sutura. Pertencem à grande família dos Gastrópodes que possui aproximadamente 40 mil espécies marinhas; os gastrópodes vivem de 5 a 6 anos e certas espécies até 30 anos. Algumas servem para a alimentação, porém, é difícil caracterizar quais são as que servem para a alimentação do ser humano. Uma das famílias dos gastrópodes são os estrombídeos. Apresentam mais de 80 espécies, sendo que algumas são bastante raras. A "lingüeta" é uma das espécies de estrombídeos. "Muitas espécies são comestíveis, contudo, desconhecemos qualquer indicação que permite diferenciar as espécies comestíveis das demais que não o são" CURRLIN, E., Ecologia Química Marinha, S.P., Editora Resenha Universitária, 1975. p.124.

(212) Trabalho de campo, janeiro de 1982.

sa a fim de que fossem preparadas, servindo de alimentação para a família (213).

Catar "lingüetas" era quase brincadeira para os meninos; era uma atividade esporádica. Mas, no final de 1984, a população do Araçá passou a receber a princípio pequenos pedidos e, recentemente, em grande quantidade, o que motivou toda a comunidade a se organizar num trabalho conjunto (214), uma espécie de mutirão que com pequenas embarcações arrastamredes para pegar os caramujos.

Assim, as "lingüetas" passaram a ser vendidas, passaram a ter um mercado consumidor.

(213) Em uma das visitas feitas ao Araçá, um menino de 14 anos presenteou-nos com as lingüetas que havia catado naquela manhã, ainda vivas, e insistiu para que aprendêssemos a prepará-las; fizemos parte do trabalho e o menino executou todas as etapas de limpeza e preparo das lingüetas com desembaraço e segurança.

(214) Em data marcada, os pescadores do Araçá, com os diferentes tipos de embarcações, arrastando redes no fundo do mar, em águas pouco profundas, pegaram 50.000 lingüetas num só dia. Depois deixaram as "lingüetas" por 2 dias na água do mar, para mantê-las vivas e soltar a areia do organismo; passados os 2 dias, os caramujos foram levados para a praia e, num trabalho de que participaram senhoras, moças e crianças inclusive, quebraram as 50.000 conchas em um só dia para retirar as "lingüetas" e atenderem a encomenda. Os moradores do Araçá contavam com entusiasmo a façanha e aguardavam ansiosos novo pedido. Quanto à remuneração das moças e senhoras, que trabalhavam na quebra das conchas, segundo uma informante, foi de Cr\$ 10.000 por dia. Trabalho de Campo, dezembro de 1984.

Os meninos do Araçá continuam a catar através de mergulhos (Foto 11), só que, além de serem utilizadas para o consumo da própria família, são também guardadas nos "freezers" domésticos para serem vendidas.

Catar "lingüetas" passou, assim, a ser um trabalho remunerado, só que, no caso dos meninos mergulhadores, o dinheiro obtido com a venda não fica para o adolescente, dilui-se na renda familiar porque é a mãe que vende os pacotinhos de "lingüetas" já limpas e congeladas (215).

Outra atividade que, esporadicamente, os meninos realizavam no Araçá era cuidar dos caramujos grandes (215), quando trazidos por seus pais ou familiares após as pescarias. O caramujo com o bicho dentro era fervido e retiravam o animal da concha, jogando-o fora: limpavam bem as conchas e as mantinham em suas casas para presentear visitantes e mesmo vendê-las aos raros turistas que chegavam ao Araçá, pois, devido ao tamanho, sempre despertam interesse e curiosidade. Recentemente, os animais desses raros caramujos passaram também a ser procurados pe

(215) Trabalho de Campo, dezembro de 1985.

(216) Esse caramujo é um Dolium, também pertencente ao grupo dos Gastrópodes. O Dolium é encontrado nas praias brasileiras. Sua concha é de uma só peça, aspiralada, com uma abertura grande; o animal que reside nessa concha produz ácido sulfúrico. No Araçá são chamados simplesmente de caramujos. CURRLIN, E., Ecologia Química Marinha, op.cit.

los restaurantes paulistas através de intermediários (217). Assim, algumas famílias que possuem "freezers" acumulam uma quantidade razoável de animais dos caramujos para atender os pedidos feitos com antecedência; as conchas, agora em maior quantidade, continuam sendo tratadas.

No verão, quando um pequeno número de turistas chega ao Araçá, alguns moradores colocam as conchas desses caramujos em exposição nos muros das casas, arrumando-as por ordem de tamanho, a fim de serem vendidas. Nenhuma indicação se faz de que as conchas estão à venda, o que o interessado deverá deduzir pela exposição das conchas no muro (Foto 12).

O caramujo também passou a ter um mercado consumidor. O animal dessa grande concha, que era jogado fora, agora é guardado e passou a ter um preço. As conchas não são mais vendidas por tímidos meninos, que possuíam 2 ou 3 delas em suas casas. Passaram a encher balaios e expor para venda, (218) tal a quantidade de animais retirados.

(217) Os próprios moradores do Araçá e da região não comem o animal desse caramujo grande. As encomendas são para atenderem solicitações de restaurantes japoneses, em São Paulo, segundo informações obtidas.

(218) Em janeiro de 1985 eram vendidas de Cr\$ 1000,00 a Cr\$... 500,00 cada uma, dependendo do tamanho. Trabalho de Campo.

Poucos aspectos educativos aprendem-se no trabalho esporádico com os caramujos grandes. Era uma tarefa dos meninos, de caráter voluntário, buscando algum dinheirinho com a venda da concha ou mesmo só pela satisfação individual de dar um presente aos estranhos que no Araçá apareciam, era uma atividade que proporcionava aos meninos se relacionarem com outras pessoas, com pessoas que poderiam lhes oferecer algumas palavras sobre o mundo exterior ao Araçá, que tanto anseiam por conhecer; dava-lhes também o orgulho de poder oferecer conchas que eles mesmos tinham tratado. Agora, como o bicho da concha tornou-se procurado para servir de alimentação, os meninos estão mais preocupados em ajudar a mãe a formar uma quantidade que possa ser vendida, diluindo-se, mais uma vez, o lucro do trabalho infantil na renda familiar.

Uma vez que o trabalho infanto-juvenil na pesca é um tema que até nossos dias não despertou interesse de pesquisadores brasileiros, achou-se conveniente fazer referência a mais uma atividade, também esporádica, que os meninos desempenham e que se caracteriza pela técnica especial de captura que conhecem: é o catar goiás (219).

Os goiás são caranguejos que ficam muitas vezes escondidos entre as pedras. São utilizados na alimentação dos moradores do Araçá e, em geral, pela população brasileira. Entretanto, catar goiá é uma atividade que executam para a pró-

(219) Goiá - espécie de caranguejo que tem carne saborosa - Dicionário Lello Popular, Porto, Lello & Irmão Editores, 1984, p. 682.

Goiá = Guaiá, Guajá, Guaiá-apará, uacapará. Espécie de crustáceo decápode, braquiúro, da família dos calápídeos, que ocorre em toda a costa do Norte do Brasil até o Rio de Janeiro e cuja carapaça pode medir até 10cm. Apud Novo Dicionário Aurélio, Editora Nova Fronteira S.A., 1975.

pria família. Às vezes, aparecem encomendas de veranistas que prontamente os meninos aceitam. O trabalho se dá de um modo interessante. Os meninos amarram uma cabeça de peixe na ponta de uma vareta, vão andando nas pedras e, de repente, param e, segurando a isca (que é a vareta), ficam assobiando para o goiá sair da toca. Quando o goiá está a uma distância que o menino pode pegá-lo, rapidamente e com grande habilidade para que a garra do goiá não o machuque, o garoto o coloca numa sacola. É assim, numa brincadeira em que os meninos menores vão também olhar a cata dos goiás; o trabalho torna-se divertido porque nem todos os goiás que saem da toca conseguem ser pegos pelos garotos. O menino que aceitou a encomenda de goiás estipula o preço por peça ou por dúzia ao comprador. Ao receber o dinheiro, divide o mesmo, caso seus colegas também ajudaram a pegar os goiás. É um trabalho que requer conhecimento e habilidade. É um saber que a criança adquire paulatinamente, ao observar os meninos maiores. Depois, inicia sua prática, ao participar do grupo que auxilia o catador de goiás, até que, tendo adquirido os conhecimentos necessários, começa a aventurar-se a catar os goiás sozinho. Ao atingir 10 a 12 anos, tem segurança em aceitar os pedidos.

Outro trabalho identificado no Araçá, desempenhado pela mão-de-obra infanto-juvenil masculina, não diretamente relacionado à pesca, é o de carregador de marmitas (Foto 13).

De 2ª a 6ª feira, por volta das 10h45, alguns meninos, de 9 a 12 anos aproximadamente, moradores da vila do Araçá, saem de suas casas carregando as marmitas feitas por sua família ou vizinhas com o objetivo de levar o almoço para suas irmãs e as jovens da vizinhança que trabalham numa empresa de industrialização do pescado, que se localiza próxima ao centro da cidade de Porto Belo. Carregam uma ou duas marmitas embrulhadas num pano. Vão formando pequenos grupos à medida que vão caminhando e encontrando os companheiros que irão fazer o mesmo percurso.

so. Na maioria, descalços, andam aproximadamente 5 km pela estrada de terra que contorna o mar com aclives e declives em direção à cidade. Durante o percurso, os grupinhos vão se distanciando, mas os carregadores de marmitas devem chegar à indústria em torno das 12 horas, que é o horário estipulado pela empresa para se iniciar o almoço dos empregados. Lá chegando, deixam as marmitas no local apropriado e retornam para o Araçá, caminhando outros 5 km até suas moradias. Durante o ano letivo, eles não esperam as moças almoçarem porque devem chegar à escola às 13 horas. Nas férias, aguardam as moças terminarem o almoço e voltam carregando as marmitas vazias, vagarosamente, chegando ao Araçá por volta das 14h. Os carregadores de marmitas são remunerados por mês, quando carregam as marmitas das jovens que não fazem parte da sua família (220).

Para poder combinar esse trabalho com a escola, os carregadores de marmitas são geralmente os alunos de 3ª ou 4ª série da única classe que funciona no período da tarde. Mesmo se tiverem a idade apropriada para esse serviço, os meninos que cursam a 1ª ou 2ª série não podem fazê-lo, pois, essas classes funcionam no período matutino, cujo horário de aula é até as 12 horas, horário em que as refeições já devem ter chegado à empresa.

(220) De julho de 1984 a janeiro de 1985, os meninos recebiam Cr\$ 5.000,00 por mês, por uma marmita carregada diariamente durante o mês; se carregavam duas, recebiam Cr\$10.000,00. Recebiam das moças no dia em que as mesmas recebiam o ordenado. Trabalho de Campo.

No trabalho do carregador de marmitas, a pesca não está presente para desenvolver a aprendizagem teórico-prática necessária para a formação do pescador na idade adulta. Porém, a combinação escola-trabalho para os meninos dessa faixa etária também possibilita aprender alguns aspectos educativos, necessários não só para a formação do indivíduo como ser social, mas também como futuro trabalhador.

Ser carregador de marmitas é uma tarefa que desenvolve a responsabilidade do adolescente uma vez que executa um trabalho em que tem obrigações e responsabilidades. Tem um horário fixo para ser cumprido, tem um percurso de 10 km diários a ser caminhado num determinado prazo de tempo, ou seja, tem uma hora para andar 5 km de ida e outra uma hora para retornar, durante o ano escolar. Tem a obrigação de levar as marmitas, não importando o clima que faça; chova ou faça sol, a criança deve fazer o percurso estipulado no período das 11h às 13h.

É um trabalho que introduz as crianças do sexo masculino no conhecimento do mundo fora do grupo social em que vivem; abre, portanto, um novo horizonte espacial, desenvolve a solidariedade entre os meninos na medida em que os que têm bicicleta, muitas vezes ajudam os que não têm a subir os morros, existentes no percurso, ou quando os maiores ajudam a carregar as marmitas dos menores em determinados trechos. Forma-se também um sentimento de grupo. Durante o percurso os meninos vão conversando, contando as façanhas suas ou de seus pais na pesca, vão olhando o mar e ficam a par das embarcações que chegam ou que vão. É, portanto, um processo educativo porque proporciona desenvolver aspectos também necessários à formação do pescador: sentido de grupo, responsabilidade e solidariedade.

A utilização dessa parcela da mão-de-obra infantil masculina disponível foi uma saída que a comunidade encontrou para suprir as dificuldades motivadas pela falta de transportes no Araçá. Tornou-se mais um trabalho remunerado exercido por crianças e adolescentes do sexo masculino da comunidade.

Analisando-se esse trabalho em relação à comunidade, verificam-se algumas contribuições que o carregador de marmitas proporciona às famílias do Araçá: colabora com as moças que recebem a comida quente e feita no mesmo dia por sua família, não precisando adquirir suas refeições nas proximidades do local de trabalho onde teriam que dispender diariamente certa quantia. Além disso, o carregador de marmitas contribui também economicamente com as famílias da vila, ajudando-as a economizar na alimentação da mão-de-obra jovem feminina do Araçá. Enfim, o carregador de marmitas também está colaborando com a manutenção e sobrevivência dos moradores da Vila do Araçá, facilitando a refeição daquela parcela do setor jovem feminino que possui oportunidades de emprego fora da comunidade e cuja remuneração engrossa o orçamento familiar e a renda da comunidade.

3. APROVEITAMENTO DA MÃO-DE-OBRA INFANTO-JUVENIL DISPONÍVEL
FEMININA: MECANISMO DE APRENDIZAGEM

As meninas e as jovens desempenham trabalhos completamente diferentes dos elementos do sexo masculino. Desde pequenas, aprendem a lidar com camarões e peixes, além dos afazeres domésticos. Ao atingir os 7 anos, vão, em um período do dia, para a escola local e, em outro período, geralmente auxiliam suas mães nos serviços caseiros (221), vão à venda comprar alguma mercadoria, levam recados a vizinhos e parentes e ajudam suas irmãs a cuidarem dos filhos. Quando concluem a 4ª série, raramente continuam seus estudos na cidadezinha de Porto Belo. Permanecem no Araçá assumindo os afazeres domésticos. Limpam a casa, lavam a louça das refeições, cuidam das crianças pequenas, enfim, auxiliam suas mães ou irmãs casadas que residem na vila.

Apesar de algumas meninas saberem tecer redes porque aprenderam por iniciativa própria, não realizam o trabalho remunerado de confeccionar redes nem auxiliam os pescadores da família nesse serviço, como fazem os meninos (222); também não executam trabalhos artesanais de bordar, fazer renda, cestas de vime, etc.

(221) Os serviços domésticos são muito relacionados com a economia básica da comunidade que é a pesca. Assim, as meninas separam e limpam peixes, camarões, lulas, etc., colocam os peixes para secar ao sol, etc. Trabalho de Campo.

(222) Durante as várias visitas feitas ao Araçá, nunca se viu um elemento do sexo feminino fazendo ou consertando redes. Trabalho de Campo.

Um dos aspectos ligados à atividade pesqueira de que os elementos do sexo feminino podem participar é a "descascada" do camarão. Esse trabalho ocorre, na maioria das vezes, nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, quando os pescadores artesanais pescam maior quantidade de camarões. Nessa época não compensa para o pescador passar dias no mar com sua embarcação, pois, não é safra de peixe. Como já se fez referência, os pescadores, em geral, saem para passar rede de camarão às 4 horas da madrugada, retornando em torno das 8 horas da manhã. O camarão é vendido a particulares, em 1º lugar, pois o preço é melhor para o pescador, ou é colocado na salga onde é oferecido ao intermediário que passa diariamente com o caminhão em procura dos pescados da comunidade. Se o camarão é miúdo, não é comercializado por um preço bom pelo intermediário. Então, os pescadores procuram descascá-los rapidamente para melhor conservação como também no intuito de vendê-los limpos por um preço melhor. É nessa época que se presencia com maior frequência o descascamento do camarão no Araçá. Um grupo de pessoas, ao redor de uma mesa, descasca camarões frescos. O grupo pode ser formado pelos membros de uma família, se os camarões foram pescados por um dos pescadores da mesma, ou um grupo formado por diferentes elementos da comunidade que o pescador contrata para essa tarefa. Os dois tipos de grupos são encontrados no descascamento do camarão no Araçá.

O descascamento feito pelo grupo familiar é realizado ao redor de uma mesa instalada geralmente na praia, próxima à moradia do pescador. No grupo familiar, tanto as mulheres como as crianças de diferentes idades, disponíveis na hora em que o pescador decide que deve ser descascado o camarão, trabalham em conjunto na praia ou na salga.

O pescador, às vezes, participa do descascamento. Os elementos do grupo familiar não são remunerados pelo serviço. Trabalham no intuito de colaborar com o filho, marido ou irmãos.

No grupo formado por diferentes elementos da comunidade verifica-se mais freqüente o trabalho das meninas de 10 a 13 anos e, participando também, crianças a partir de 5 anos, de ambos os sexos. As meninas, às vezes, são recrutadas por alguns pescadores para desempenhar esse serviço por um determinado período de tempo, através de acordos entre elas e o pescador. Muitas vezes, o descascamento ocorre na salga da Praia do Aracá, um lugar úmido, onde o pescado é descarregado antes de ser comercializado. Na salga é montada uma mesa retangular sobre cavalete. O camarão é colocado na mesa.

As crianças ficam ao redor da mesa. Cada uma possui uma vasilha para colocar os camarões descascados. Foram vistas, num descascamento nesse local, crianças com chupetas que precisavam subir em banquinhos para conseguir alcançar a mesa e descascar um pouco de camarão. A presença de uma ou outra senhora foi, às vezes, constatada no descascamento, em geral, acompanhando o filho (ou filha) pequeno para ajudá-lo a descascar maior quantidade de camarões, uma vez que o trabalho é remunerado pela quantidade descascada.

A presença do pescador nesse tipo de grupo não foi constatada. O pescador fica pelo local, preocupado em arrumar seus equipamentos de pesca. Descascados todos os camarões, os elementos do grupo levam suas vasilhas contendo os camarões limpos para o pescador pesar a quantia que cada um limpou. A remuneração é feita pelo próprio pescador por quilo descascado. As meninas, que são descascadoras fixas do pescador por determinado período, acumulam o valor referente às quantidades descascadas

e recebem o dinheiro no final do mês (223).

Terminado o descascamento, fica a cargo do pescador retirar a mesa, limpar e lavar o local, assim como tomar providências quanto ao destino do camarão. O serviço das crianças é este: descascar os camarões.

Grupos menores com 3 meninas de 8 a 14 anos também foram constatados. Nesse caso, o trabalho não era desenvolvido na salga e, sim, na praia ao redor de uma pequena mesa.

Essa tarefa é a única oportunidade de trabalho remunerado que se abre às meninas e adolescentes no Araçá. Desenvolve a habilidade e motiva as meninas a aprenderem a descascar camarões rapidamente, atividade que será muito útil na vida adulta, se continuarem no núcleo pesqueiro do Araçá. Com efeito, cabem à mulher os cuidados com limpeza e conservação de peixes e camarões pescados pelo marido e que são conservados em suas moradias para alimentação familiar ou para venda a particulares.

Outras atividades de trabalho remunerado, com a participação da mão-de-obra infanto-juvenil feminina, só são executadas desde que haja consentimento da família da jovem. Em geral, as jovens não possuem permissão para trabalhar diretamente

(223) Em 1982, por quilo descascado as crianças e adolescentes recebiam Cr\$ 25,00. Em setembro de 1984, o quilo descascado valia Cr\$ 300,00. Trabalho de campo.

te com o público no incipiente comércio que está surgindo na vila do Araçá. Explicitando melhor, o trabalho das meninas no comércio da vila não é visto com bons olhos pelas famílias da comunidade, mesmo com algumas vantagens como remuneração, alimentação e proximidade da moradia.

As famílias da comunidade investigada não permitem que as jovens trabalhem nas atividades comerciais. Isso pode estar vinculado à ótica de que trabalho no comércio é uma atividade do sexo masculino. Essa visão pode ter relações com o fato de que na única venda que há muitos anos existe no Araçá, pertencente a uma família de origem local, o trabalho é feito pelo pai com seus filhos homens que o combinam com a atividade pesqueira. Pode ter relações também com o fato de que são os homens que se dirigem ao Araçá para vender a carne, o pão, as panelas, etc. (224). Também há uma constante preocupação dos moradores do Araçá com o que os outros vão falar, principalmente se a família pertence ao grupo dos adeptos da religião protestante, os "crentes", como se denominam e são denominados. A co-



(224) Não se presenciou mas se obteve a informação de que recentemente mulheres de outros locais têm se dirigido ao Araçá para vender roupas. Trabalho de Campo.

erção exercida pela Igreja protestante local é muito grande, gerando, às vezes, conflitos entre as jovens, a família e o trabalho (225).

A partir dos 13 anos, a grande maioria das jovens do Araçá começa a executar tarefas remuneradas fora da comunidade, com permissão de suas famílias. Empregam-se principalmente na empresa de industrialização de pescado, situada próxima ao centro de Porto Belo, a uns 5 km da comunidade; saem de manhã cedo, retornando diariamente, no final da tarde, para suas casas.

Surgiu recentemente no Araçá uma atividade que utiliza o trabalho feminino, principalmente a mão-de-obra da jovem; é o trabalho com cestos e com mariscos brancos (Foto 14). Para isso também tem-se permissão das famílias dos adolescentes. Nas areias do litoral do Rio Grande do Sul, os mariscos são pegos; depois de lavados, são colocados em caixas grandes de plástico e transportados de caminhão até a praia do Araçá, numa viagem de aproximadamente 7 horas de duração. Chegando ao Araçá, o caminhão é rapidamente descarregado. As mocinhas e senhoras, já contratadas para o trabalho, retiram os mariscos das caixas de plástico e os colocam em cestos ou balaios que possuem uma re-

(225) Uma das informantes, uma jovem de 14 anos, queria aceitar o trabalho oferecido pela senhora que recentemente abriu uma pequena peixaria na frente de sua casa. Ajudá-la-ia a atender às pessoas e receberia uma pequena remuneração em dinheiro e alimentação. O pai da jovem não permitiu que sua filha aceitasse o emprego. Questionando-se a mãe da jovem quanto ao motivo da negação do pai, obteve-se a seguinte explicação: "O pai não quer porque é crente, o povo fala. Ele é quem manda, né? Ela (a jovem) disse ao pai que "se ele não deixar ela vai sair da Igreja". Após 2 meses, quando se retornou à comunidade, verificou-se que a menina não se empregou na peixaria. Exercia o trabalho remunerado com os cestos de mariscos, em Porto Belo e estava muito feliz por estar trabalhando como, em geral, fazem as moças do Araçá. Trabalho de Campo.

de costurada na abertura, para fechá-los, impossibilitando a saída dos mariscos. Em cada cesto vão duas bacias e meade mariscos. Muitos balaios são enchidos rapidamente e cada baliao pronto é carregado por duas meninas de mais ou menos 13 a 15 anos. São levados até a água do mar para ser molhados. Enquanto isso, os homens que vieram junto com o caminhão pegam uma canoa que se encontra na praia e passam a carregá-la com os balaios prontos, que já se encontram enfileirados na areia, próximos ao mar. Com a canoa cheia de cestos amarrados, os homens remam, distanciando-se uns 200 metros da areia até o local onde se encontram umas bóias do mar, em frente à praia do Araçá. Descarregam os cestos, amarrando-os dentro d'água, presos nas bóias, para lá permanecerem por 2 dias na água, para que, assim, os mariscos continuem vivos e soltem a areia do organismo. Até essa fase, todo o trabalho deve ser executado rapidamente para evitar que os mariscos morram, devido ao tempo que permaneceram fora d'água, durante o transporte.

Passados os 2 dias, os homens se dirigem para lá com a canoa vazia e retiram os cestos da água. Desamarram os balaios e carregam a canoa até a praia. Fazem de 2 a 3 viagens. As mocinhas aguardam na praia os balaios, iniciando, assim, as suas tarefas. Montam uma mesa embaixo de uma grande árvore, a figueira da praia, que oferece uma sombra agradável. Quando a canoa, carregada de cestos, chega próxima à areia, as moças de duas em duas carregam os cestos até a mesa. Abrem os balaios, despejam os mariscos na mesa e começam a catar, separando os mortos dos vivos. Os mariscos mortos são jogados fora. Aí se repete o processo da 1ª etapa. As moças enchem os balaios, amarram-nos e carregam até ao lado da canoa estacionada na praia à beira d'água. Os homens carregam a canoa arrumando os balaios e amarrando-os uns aos outros; remam até o lugar onde estão as bóias. Descarregam os balaios, amarrando-os nas madeiras e nas bóias; os cestos presos uns aos outros dentro d'água permanecerão por

mais dois dias. Enquanto isso, as moças desmontam a mesa e limpam o local.

Passados os dois dias, inicia-se a última etapa do trabalho com os mariscos brancos no Araçá. As moças aguardam na praia. A canoa é remada pelos homens até o local onde os mariscos estão. Enchem a canoa; remam até a beira da praia com a canoa carregada de balaios cheios de mariscos brancos; as moças ajudam a descarregar os balaios da canoa, carregando-os até a mesa que foi novamente colocada embaixo da figueira. Escolhem e separam os mariscos mortos dos vivos. Enchem caixas de plásticos com os mariscos vivos, carregando-os até o caminhão que se encontra estacionado na rua, próximo à figueira, pois, na praia do Araçá não há passagem para entrada de veículos na areia. O caminhão é carregado com as caixas de mariscos selecionados e vivos, transportando-os até Itajaí para, de avião, chegarem a São Paulo.

Entretanto, esse trabalho que ocupa um pequeno número de mocinhas e senhoras não se limita ao Araçá. Elas trabalham também com o preparo dos cestos em Porto Belo; diariamente, às 7 horas da manhã, um veículo se dirige ao Araçá para pegar as moças e levá-las até o centro de Porto Belo para costurarem as redes nos cestos, que são feitos por uma senhora do Araçá. À tarde, são levadas de volta ao Araçá. Quando terminam o pedido dos balaios, se não há nova encomenda, permanecem em casa. Como são remuneradas por dia, conseqüentemente, não ganham quando não trabalham. Então, para não permanecerem muito tempo sem remuneração e se desinteressarem do emprego, são também chamadas para executar serviços de limpeza no local de trabalho da pequena indústria de fundo de quintal.

Quando o caminhão carregado de mariscos brancos chega a Porto Belo, passa primeiro no local de trabalho com os

cestos a fim de levar as moças para o Araçá e iniciar a 1ª fase do trabalho com os mariscos. É um trabalho mais regular no inverno quando, uma vez por semana, chega um caminhão de tamanho médio, carregado de caixas contendo os mariscos. No verão, se torna mais irregular, devido ao tempo que os mariscos ficam fora d'água até chegar ao Araçá. Com o calor, muitos não resistem, havendo, assim, uma enorme perda de mariscos e, às vezes, suspensão do trabalho.

O aproveitamento da mão-de-obra jovem feminina possibilitou um reforço ao orçamento familiar, trouxe um novo tipo de trabalho para as jovens e, raramente, para as senhoras do Araçá.

Verifica-se, assim, que, dos 13 anos até casar, as adolescentes e jovens em sua quase totalidade trabalham; desde a infância, conhecimentos sobre peixes, camarões, mariscos, lulas, etc., são acumulados na vivência de seu cotidiano, o que as torna até certo ponto preparadas para o trabalho com o pescado; forma-se, assim, uma mão-de-obra procurada pelas empresas de industrialização de pescado.

O trabalho desempenhado pela mão-de-obra jovem feminina nos setores relacionados à industrialização do pescado fora da comunidade gera uma renda individual que possibilita às adolescentes e jovens apresentarem-se sempre bem arrumadas, trajando roupas novas e modernas, o que as destaca em relação às jovens já casadas e adolescentes que não se iniciaram no trabalho remunerado.

O trabalho dessa parcela da população proporcio-na não só uma melhoria no orçamento familiar como também dá oportunidade para que a jovem saia da vila e interaja socialmen

te com outras pessoas que não se inserem no seu núcleo de moradia. É praticamente a única opção que a jovem tem de sair da comunidade uma vez que, na maioria dos casos, a família se opõe a que as adolescentes continuem seus estudos após a 4ª série, bloqueando, assim, um dos veículos de contato com a sociedade mais ampla: a escola.

Essa abertura para o mundo é, portanto, temporária. O casamento precoce (226) motiva o desligamento da jovem do trabalho fora da comunidade (227) e restringe seu mundo à vida na comunidade local, limitando não só seus ganhos (228) como seu contato com a sociedade mais urbanizada. Suas opções de ir ao centro de Porto Belo tornam-se raras e, quando ocorre, estará sempre acompanhada da sogra ou de uma irmã ou cunhada, jamais sozinha.

(226) Por volta dos 16 a 17 anos, as moças geralmente se casam e são substituídas pelas novas gerações de mocinhas da comunidade, nas atividades de trabalho remunerado que exerciam. Durante este estudo verificou-se que os casamentos, para o sexo feminino, estão sendo realizados mais cedo. Em dezembro de 1985, meninas de 13 a 15 anos já haviam casado. Trabalho de Campo.

(227) Os maridos não permitem que suas mulheres trabalhem fora do lar. Voltam as jovens a se dedicar à faina do lar no que já foram treinadas desde crianças. Trabalho de Campo.

(228) O casamento precoce motiva o desligamento da jovem do trabalho remunerado fora da comunidade. Retornam aos trabalhos do lar e poucas são as opções de adquirirem algum dinheiro para engrossar os ganhos do marido. O que podem fazer é auxiliar na venda do pescado conseguido pelo marido, armazenando-o em seu próprio lar mas, para isso, necessitam de "freezers" que não são fáceis de adquirir numa vida de recém-casados.

7º Capítulo: A ESCOLA E O TRABALHO INFANTO-JUVENIL:
SITUAÇÃO PRESENTE

A escola isolada do Araçá é muito antiga. Foi criada pelo Decreto nº 1920/23, em 15.2.1923, e aí funcionou até 1978, quando foi instalada na Prainha em um novo prédio, de alvenaria, num terreno de 216m², com área construída de 150m², com 2 salas de aulas, 2 sanitários, 1 cozinha pequena e uma área coberta.

A entrada da escola se localiza na única rua transitável por veículos. Não possui muros nem cercas. Em frente situam-se as casas cujos quintais dão para o mar; pedras arredondadas separam o mar das casas e, na maré baixa, formam-se pequenas prainhas mansas. Essa área é muito utilizada pelos alunos da escola que, na hora do lanche, para ali espontaneamente se dirigem, sentando-se nas pedras, brincando ou conversando em grupos, tendo uma bela paisagem como cenário. Nos fundos da escola, um morro, no qual sobressai uma igreja católica e muitas moradias de madeira. A escola, assim inserida na comunidade, permite aos alunos que moram na Prainha dirigirem-se às suas casas na hora do recreio como também permite que outras crianças da comunidade brinquem juntas com os alunos da escola. Constituem a maioria de sua clientela as crianças da Prainha e da Praia do Araçá, como também as crianças que residem mais distante, pertencentes às escassas e isoladas famílias que habitam nas proximidades da Praia do Caixa D'Aço. A escola funciona em 2 turnos com 2 turmas, ou seja, das 8 às 12 horas; 1 classe de 1ª série, 1 classe de 2ª série. Das 13 às 17 horas: 1 classe de 3ª e 4ª série agrupada. O total de alunos matriculados da 1ª à 4ª série, em 30.3.1984, era de 84 alunos assim distribuídos: 1ª série - 34 alunos, 2ª série - 21 alunos, 3ª série - 19 alunos e 4ª série - 10 alunos (229).

(229) Fonte: Supervisora Local da Educação, 13ª Unidade de Coordenação Regional, Secretaria da Educação, Santa Catarina.

Em 1983, a matrícula inicial apresentava 87 alunos, compondo-se as classes:

Quadro 7.1 - Escola Isolada do Araçá
Porto Belo, Santa Catarina - 1983

Série	Alunos	Novos	Repetentes
1ª	35	26	9
2ª	19	15	4
3ª	18	17	1
4ª	15	13	2
Total	87	71	16

Fonte: Secretaria da Educação, Estado de Santa Catarina
Unidade de Documentação e Informática

O número total de repetentes que cursavam de 1ª a 4ª série, em 30.3.1983, era de 16 alunos, correspondente a uma percentagem de 18,4% para o total de 87 alunos matriculados na mesma data. Verifica-se que entre os reprovados que cursaram a escola na referida data a maior concentração localizava-se na 1ª série, com 9 alunos, para um total de 26 alunos, correspondendo a 34,6%. Entre os repetentes da 1ª série só 5 crianças tinham 7 anos em março de 1983; as outras apresentavam as seguintes idades: uma criança com 8 anos, uma com 9, uma com 10 e uma com 12 anos (230).

(230) Fonte: Secretaria da Educação de Santa Catarina, Unidade de Documentação e Informática.

A percentagem de reprovações verificada leva o aluno a permanecer na escola além dos 4 anos necessários para concluir a 4ª série. No decorrer do curso, alguns alunos desistem de frequentar a escola porque permaneceram na 1ª série por muitos anos e não aprenderam a ler; outros, ao atingirem a idade de 13 ou 14 anos, desistem de frequentá-la porque não conseguiram concluir o curso e, aos 14 anos, não podem mais frequentar a escola pela legislação escolar (231) (Quadro 7.2).

Desse modo, ao atingirem os 14 anos, os jovens do Araçá não mais permanecem na escola local.

(231) No final de 1981, um ex-aluno, na ocasião, com 16 anos, que havia permanecido na 1ª série até os 14 anos de idade e não aprendeu a ler, fez o seguinte depoimento: "Saí da escola porque a professora batia nas crianças. Um dia, quando eu ia apanhar, eu pulei a janela da classe e corri para minha casa falar com o pai". "Então o pai disse: se é para apanhar na escola, você não vai mais pra escola." "Aí não fui mais pra escola". Perguntando-se a algumas alunas por que a professora batia nas crianças obteve-se a informação de que as crianças faziam muita bagunça, porque a professora permanecia grande parte do tempo fora da classe. "A professora chega, põe as tarefas no quadro e sai para tomar café com as amigas. Quando a gente acaba, tem que ir na casa que ela está buscar a professora". Trabalho de Campo - 1981. Uma menina, na ocasião com 10 anos, fez o seguinte comentário: "A professora ensina a ler o livro, dá o caderno para escrever. As crianças vão ao quadro, somam contas". Quando as crianças apanham, comentou: "A professora bate com a vara que fica em cima da mesa. Mais ou menos de 2 em 2 dias uma criança apanha. Eu nunca apanhei dela; tem outras crianças que apanham..." Trabalho de Campo - 1981.

Quadro 7.2 - Escola Isolada do Araçá

Retrospectiva 1974 a 1984

ANO	Matrícula por série					Turnos		Professor	Matrícula Final			Concl	Afastados	
	1 ^a Série	2 ^a Série	3 ^a Série	4 ^a Série	Total	Mat	Vesp		Aprov	Reprov	Total		P/Tr	P/Ab
1984	34	21	19	10	84	x	x	3	48	28	76	48		8
1983	27	19	18	15	79	x	x	3	35	36	71	35		8
1982	32	24	14	14	84	x	x	3	47	33	80	47		4
1981	28	21	9	18	76	x	x	2	48	19	67	48		9
1980	34	20	20	13	87	x	x	2	44	39	83	44		4
1979	41	23	12	25	101	x	x	2	64	34	98	64		3
1978	43	19	13	-	75	x	x	2	41	30	71	41		4
1977	38	23	16	-	75	x	x	2	39	31	70	39		7
1976	32	18	25	-	75	x	x	2	38	31	69	38		6
1975	31	17	23	-	71	x	x	2	49	20	69	49		2
1974	15	12	3	-	30	x	x	2	25	3	28	25	1	1

Fonte: Estado de Santa Catarina, Secretaria da Educação, 13^a Unidade de Coordenação Regional, 05 Supervisão Local de Educação.

Quanto ao corpo docente, em 1984, três professoras trabalhavam na escola, sendo uma normalista, uma com 8ª série completa e outra leiga. A mais antiga era a professora leiga que há 19 anos lecionava na escola e residia a quase 20 km de distância da escola. Como não existem transportes coletivos diários para o Araçá, a professora fazia de bicicleta todo esse percurso. As demais professoras residiam na comunidade, nas proximidades da escola (232).

1. O DESEMPENHO DO TRABALHO E A ESCOLA

A análise do trabalho infanto-juvenil em relação à escola possibilitou constatar-se que as atividades exercidas pelo trabalhador infantil dependem do calendário e horário escolar.

Os meninos combinam a escola com diferentes atividades de trabalho: camarada no arrastão (Foto 15), carregador de marmitas, pescador de lagosta e ajudante do pai na atividade pesqueira.

Quanto às meninas, executam os trabalhos domésticos, de acordo com o cotidiano vivenciado pela família, tendo como orientadora a própria mãe. Descascar o camarão, um dos únicos serviços remunerados ofertado às meninas, ocorre acentua

(232) Trabalho de Campo, segunda quinzena de julho de 1984.

damente na época das férias de verão que coincide com a época da safra do camarão, não havendo necessidade de combiná-lo com o horário escolar. Se a "descascada" ocorre no período letivo, são contratadas as meninas que têm disponibilidade de horário, por terem concluído a 4ª série ou estudarem em período diferente do marcado pelo pescador.

Constatou-se que os meninos, que não conseguiram aprender a ler e escrever ou que não atingiram a 4ª série até os 13-14 anos, desistem de frequentar a escola e passam a assumir trabalhos com seus pais ou vizinhos, através de acordos orais. Poucos meninos, após concluírem a 4ª série na escola do Araçá, continuam seus estudos em Porto Belo. A aspiração da maioria dos meninos a se tornarem pescadores na idade adulta é visível. Alguns almejam ser um pescador embarcado, o que representa para eles uma oportunidade de poderem sair do Araçá e conhecer outros locais, principalmente, Santos, no Estado de São Paulo (233). Para a realização desse sonho alguns meninos esperam que a escola, através dos ensinamentos da leitura, da escrita e do contar, ajude-os a atingir essa categoria. Entretanto, raríssimos são os

(233) Um menino que havia concluído a 4ª série e gostaria de continuar seus estudos em Porto Belo, mesmo tendo que caminhar pelo menos 10 quilômetros diários para frequentar a escola, assim se expressou quanto ao que gostaria de ser quando crescesse: "Quero ser pescador". Quando se questionou se era no próprio Araçá, ele respondeu: "Não, quero embarcar, então praquê estou estudando?" Trabalho de Campo.

adolescentes do sexo masculino da comunidade que atingiram a 8ª série e, excepcionalmente, continuaram os estudos (234).

Por dificuldades econômicas da família em custear os estudos do jovem, pela inexistência de transportes coletivos para a zona urbana, pelo desconhecimentos de outras opções de trabalho e do modo de vida nos grandes centros urbanos e, mais ainda, por não quererem sair da comunidade porque gostam da vila, os jovens e suas famílias consideram que cursar até a 4ª série na escola local ou nela permanecer até os 14 anos é obrigação, mas continuar os estudos é secundário e até mesmo desnecessário.

Por assumirem as tarefas do lar, aos 13-14 anos e passarem a executar trabalhos remunerados em tempo integral, as jovens nem cogitam em continuar os estudos.

Em essência, a comunidade não tem grandes expectativas quanto ao que a escola oferece ou possa oferecer. Embo-

(234) Um dos meninos que, no início desta pesquisa, trabalhava como camarada no arrastão que se realizava nas praias da área estudada, freqüentava a escola em Porto Belo, na 5ª série. Ao término do trabalho de campo, o jovem já havia concluído, assim se expressou quanto aos estudos: "Fiz até a 8ª série e vou ser pescador, praquê estudar mais?" Obteve-se a informação de que um rapaz da vila continuava estudando Contabilidade, além de trabalhar, tendo para isso que residir durante a semana na casa de um colega em Porto Belo, pois, o curso era à noite em outro município e ele não tinha condições de retornar ao Araçá diariamente. Trabalho de Campo.

ra inserida na comunidade há mais de meio século, as famílias adquiriram um comportamento de passividade em relação ao insucesso de muitos de seus filhos na escola. Por outro lado, os indivíduos do sexo masculino não dependem dos ensinamentos da escola para aprender a sabedoria da pesca.

A inadequação da escola à realidade sócio-econômica e cultural do Araçá é um fato: reprovações, desistências e desânimo dos alunos mostram a grande distância da escola em relação aos interesses da comunidade. Por isso, o grupo social continua a assumir a transmissão de conhecimentos e práticas que acham indispensáveis para a formação das novas gerações na arte e sabedoria da pesca.

Uma das únicas contribuições da escola para aqueles que conseguiram aprender a ler, escrever e contar é possibilitar, quando pescadores que embarcam na pesca semi-industrial ou industrial, saber ler os contratos instruções, etc., fazer contas quanto ao que deve receber pelo seu trabalho e reivindicar seus direitos (235). Mesmo ao pescador artesanal, na comercialização do pescado, saber contar torna-se importante para não ser enganado, principalmente, no acerto de contas com o intermediário que, geralmente, adquire a totalidade de sua produ-

(235) Além dessas vantagens relacionadas diretamente à profissão de pescador, inúmeras vantagens da leitura e da escrita advêm para todos, em geral. Como fogem ao objeto deste estudo, apenas referiu-se às correlações com o desempenho do trabalho do pescador.

ção e acerta o que deve ao pescador por quinzena ou mensalmente. Para aqueles que não aprenderam a leitura e a escrita, a escola contribuiu no aspecto da disciplina, tão importante no desempenho do trabalho.

Em síntese, a escola é o único veículo de aprendizagem do ler e do escrever e passou a fazer parte integrante do cotidiano da criança. As famílias e a própria comunidade utilizam a mão-de-obra infanto-juvenil em idade escolar, de maneira que haja conciliação entre a escola e o trabalho a ser desempenhado. Portanto, o trabalho da criança e do adolescente não se tornou um meio de eliminar a escola do cotidiano infanto-juvenil.

Muitas vezes, as faltas, a repetência e a desistência ocorrem mais pelo desinteresse dos educandos em relação ao conteúdo ministrado pela escola do que pelo desempenho do trabalho em horário escolar. Por outro lado, não se pode deixar de considerar o cansaço físico que o trabalho provoca na criança, principalmente o trabalho desempenhado pelos meninos, como um fator que pode comprometer a aprendizagem escolar e explicar as faltas, a repetência e evasão escolar.

8º Capítulo: A ESPECIFICIDADE DO TRABALHO INFANTO-JUVENIL
EM RELAÇÃO AO EDUCAR

Ao priorizar o trabalho infante-juvenil em seus aspectos educativos, esta pesquisa levou a constatar a abrangência do educar que se processa através do desempenho do trabalho. Observa-se que um rico processo pedagógico pode ocorrer através do trabalho executado pelas crianças e jovens que, na população estudada, mesmo não escrito, estrutura-se em objetivos e conteúdos específicos por faixa etária e sexo, em torno de uma tradição historicamente constituída do como, onde e quando pescar, além de outros aspectos. Os dados conduzem a verificar que a aprendizagem teórica se entrelaça com a prática, efetivando uma educação no concreto, no real. A prática se dá no desempenho do próprio trabalho; o saber teórico vai sendo transmitido através da prática e é enriquecido ao nível do lazer dos adultos à medida que se faculta a presença da criança nos grupos que se reúnem espontaneamente para conversar sobre pescarias empreendidas, relatar façanhas e acontecimentos ocorridos em águas longínquas. Desse modo, o saber teórico não é livresco, não é transmitido em oficinas de aprendizagem ou escolas; dá-se ao ar livre, em contato direto com a natureza, parte integrante do conhecimento necessário da sabedoria do pescar e do trato do pescado. Formaliza-se, portanto, uma educação com intensa participação da criança no mundo dos adultos. Uma educação calcada no respeito, na valorização do saber do adulto; uma educação que, favorecida pela liberdade proporcionada pelo espaço geográfico onde a comunidade se insere, desenvolve também a criatividade, mesmo minimizada pelas dificuldades de acesso a materiais e técnicas modernos em decorrência da situação de carência e isolamento em que vivem. A criatividade se dá principalmente ao nível do lazer infantil, esporádico e espontâneo, e ao nível do trabalho real; reveste-se de utilidade prática para a vida futura do indivíduo à medida que familiariza a criança, paulatinamente, com o instrumental mais complexo que certamente utilizará na vida adulta.

Pela pesquisa empreendida, constata-se também que, no trabalho realmente executado pelas crianças, adolescentes e jovens, ocorre um processo educativo com diversas vinculações subjacentes inseridas que só foram desvendadas através da análise do desempenho do próprio trabalho infanto-juvenil, pelo acompanhamento da população no transcorrer dos anos e pelo estudo histórico efetuado. Com esse procedimento identifica-se a existência de uma sabedoria do pescar que foi construída através dos séculos por pescadores de uma região do litoral português e que chegou àquela parte da costa litorânea brasileira como fazendo parte da cultura do povo que se fixou na área estudada. Um conhecer do mar, do tempo e do pescar, um modo de vida decorrente do trabalho da pesca que se tornou uma herança social - um dos alicerces da comunidade estudada. Uma herança que tem como veículo principal de transmissão o trabalho infanto-juvenil.

Portanto, o portar a sabedoria do pescar é ser herdeiro de um conhecer de grupos específicos que construíram mecanismos próprios para transmissão do conhecimentos possuído. Assim, vir-a-ser pescador é passar por um processo educativo específico onde se transmite uma herança social que se transformou quase num mito. Na área estudada esse mito afasta da pesca o homem rural dos arredores como também os recém-chegados de outras partes do Brasil que buscam na região novas opções de vida e de trabalho (236). Na medida em que afugenta desse tipo de trabalho aqueles que, quando jovens, não tiveram acesso à heran-

(236) Os indivíduos não originários do Município que se fixaram na região, em geral, não se dedicam ao trabalho da pesca. Trabalho de Campo.

ça do conhecer do mar e do pescar, conseqüentemente, reforça a manutenção e transmissão dessa herança dentro do próprio grupo e distingue o homem que a possui; ocorre, então, a valorização do conhecer herdado socialmente, unindo-se, também subjacente - mente, ao educativo que se efetiva no desempenho do trabalho da criança e do jovem.

Outra vinculação desvendada é o orgulho de ser pescador. À medida que a criança interioriza o conhecimento específico do pescar, vai passando também pelo processo de sentir orgulho de ser pescador, uma vez que o homem que se dedica ao trabalho da pesca se sobressai pela coragem de se aventurar no mar - aquele desconhecido para os que não portam esse conhecimento herdado socialmente. O orgulho se enraíza, entrelaça-se no ato de educar, tornando mais rico, mais profundo o processo pedagógico que se efetiva através do trabalho.

Uma vez que o trabalho da pesca é uma atividade que requer a união do grupo em determinados momentos do trabalho, unem-se nesse educar mais dois aspectos: a importância do grupo e a cooperação, aspectos esses tão importantes também para a vida em sociedade.

Tomando-se como pólos norteadores os aspectos e as vinculações inseridas na execução do trabalho da criança e do jovem que transpareceram no estudo empreendido, aventa-se dizer que se desvelou não só o pedagógico do trabalho infanto-juvenil, mas as relações não aparentes que nele se entrelaçam e estruturam a vida social.

Portanto, o trabalho infanto-juvenil adquire especificidade em determinados contextos sociais. Nessa população não é um trabalho abstrato e inútil. Além de revestir-se de con

siderável valor educativo é uma atividade de crucial importância tanto no aspecto social como no individual; no aspecto social porque possibilita a reprodução da vida social, garantindo a subsistência presente e futura, princípio básico, necessário para a sobrevivência do grupo e a reprodução social; no aspecto individual, desenvolve gradativamente na criança e no jovem o interesse em se instruir cada vez mais na dinâmica do trabalho, motivando-a a ouvir os adultos, a participar com interesse das tarefas e a conhecer a natureza.

Infelizmente, o processo educativo por que passa a criança e o jovem através do trabalho no núcleo pesqueiro pesquisado não instrui quanto à higiene pessoal, aos cuidados com a saúde nem desenvolve a criticidade, questionamentos e reflexões sobre a sociedade mais ampla e a estrutura do mundo moderno. Não faz com que reivindiquem transportes, atendimento médico e outros serviços de competência de órgão público. Não desperta para os perigos da especulação imobiliária que pode significar a perda de terras próximas ao mar, acarretando dificuldades no desempenho do trabalho propiciando a desorganização social e a conseqüente desarticulação do grupo. Não desperta para o fato de que a procura exagerada da fauna marinha pelo mercado consumidor pode esgotar as reservas, levando à devastação ecológica. A consciência dos perigos da pesca exagerada de determinadas espécies existe entre os mais velhos, os pescadores aposentados, como dizem, mas é abafada, é camuflada diante da sensação de impotência que sentem em relação à sociedade mais ampla e à especulação da sociedade capitalista. Os pescadores mais jovens estão deslumbrados com as ofertas de empregos, pela renda que podem obter através do trabalho na pesca, pois, estão instrumentados para tal atividade, uma vez que foram tão bem preparados desde tenra idade nos conhecimentos do mar e do trabalho da pesca. Não estão preocupados nem conscientizados com a problemática da inserção das novas gerações no mundo capitalista das em-

presas, do salário, de trabalho remunerado, no mundo dos proletários do mar. O refletir, a dúvida não é perpassada na educação pelo trabalho, vem com a vivência, com o enfrentar a exploração a que estão sujeitos como pescadores assalariados ou como pescadores independentes que têm que colocar no mercado o fruto do seu trabalho, sujeitando-se ao preço estipulado pela sociedade mais ampla, aos inconvenientes da falta de transportes, às dificuldades de acesso a portos maiores, aos problemas da conservação do pescado, enfim, a consciência desperta, desabrocha diante do impacto de ter que enfrentar a economia de mercado da sociedade capitalista que cada vez mais está se aproximando e alterando o modo de vida da comunidade, limitando-os no espaço geográfico que ainda possuem. Não estão nem foram preparados para defender a liberdade ocasionada por serem os proprietários dos bens materiais de produção que historicamente os mantiveram coesos, livres e responsáveis pelo trabalho a ser desempenhado.

Quanto à mulher, a educação que ocorre fora da escola no grupo pesquisado não a conscientiza quanto às limitações a que estão sujeitas em relação aos pais, às informações, à visão de mundo mais ampla que aquele espaço geográfico a que pertencem. Não instrui, não orienta para os problemas que, ainda na adolescência, terão de enfrentar ao se empregarem nas empresas de industrialização do pescado. É uma educação que as prepara para a vida doméstica dentro do pequeníssimo mundo a que pertencem e para a submissão ao homem com quem se unem em torno dos 16 anos.

Em termos gerais, a educação oferecida dá uma visão de mundo muito limitada, possivelmente incapaz de formar o indivíduo para atuar no mundo maior. Dá também a sensação de impotência frente aos fatos que ultimamente estão intervindo no

cotidiano de trabalho (237) (Vide Foto 6) frente aos problemas que a expansão capitalista vem ocasionando, à política e à própria escola.

Mesmo assim, o trabalho no grupo pesquisado, é um elo de união entre a criança e o adulto. Facilita, auxilia e capacita a entrada do jovem na vida adulta. É o eixo de todo um processo pedagógico. Desse modo a educação que ocorre fora do sistema escolar no grupo pesquisado tem como pólo centralizador o trabalho real, produtivo e socialmente útil. Criada a organizada pela própria comunidade é uma educação em que se destaca a importância da família e do grupo de vizinhança para sua efetivação. É uma educação totalmente desvinculada do sistema formal de ensino, independente do controle do Estado, portanto desinstitucionalizada. É um educar abrangente que dá uma profissão, perpetua uma herança social de saber específico e especializado, protegendo e orientando a criança de modo que inexistem menores de origem local perambulando pelos centros urbanos próximos em

(237) Recentemente, no verão, inúmeros iates e veleiros de diferentes pontos do Brasil e mesmo de países vizinhos ancoraram numa das praias próximas que normalmente é utilizada para pescarias, impedindo, assim, que o trabalho da pesca seja executado, pois as redes podem se enroscar nos iates e ocasionar sérios prejuízos aos pescadores. Então adotam como solução não pescar nessa praia até o Carnaval, época em que se finda o período de férias e, conseqüentemente, essas embarcações não mais utilizam esse ancoradouro natural. Trabalho de Campo, 1985/1986.

busca de emprego e esmolas, propensos a entrar no caminho do roubo e do crime (238).

Diante desse panorama pode-se dizer que é toda uma educação preocupada em instruir, em formar os elementos do sexo masculino. É toda uma educação que prioriza desde a infância instrumentar aquele que será um trabalhador do mar, perpetuando conhecimentos, éticas, valores que fazem com que os pescadores do Araçá se unam ao grupo dos destacados pescadores catarinenses - conhecidos em toda a costa brasileira - pelos profundos conhecimentos que possuem.

(238) Em resposta por carta à solicitação de dados sobre menores da região feita à FUCABEM (Fundação Catarinense do Bem-Estar do Menor) obteve-se a seguinte informação: "Em contato com autoridades locais do Município de Porto Belo, obtivemos o depoimento de que nos últimos anos nenhum menor infrator foi localizado em Vila Araçá. Nesta vila, como em todo o município, verificamos menores em situação de carência sócio-econômica e cultural, mas não infratores propriamente ditos", Fundação Catarinense do Bem-Estar do Menor, FUCABEM, órgão da Secretaria do Desenvolvimento Social, dezembro de 1984.

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

A realidade de vida e de trabalho observada para esta pesquisa teve como orientação referências e postulados teóricos que permitiram que se filtrasse o observado, o contado, o presenciado numa análise que fez visualizar o desabrochar de todo um amplo processo educativo por que passa a criança e o jovem através do trabalho. Possibilitou identificar o dinamismo do educar que se efetiva totalmente desvinculado do sistema formal de educação, propiciou transparecer toda a historicidade nele contida, permitiu avistar as articulações do educar com o social vivenciado, o relacionamento da criança com o real trabalho dos adultos, o preservar de uma tradição de saber, o germinar de uma mudança, o articular de uma educação diante das necessidades de vida, o passar do jovem normalmente para o mundo dos adultos sem jogá-lo bruscamente na vida, enfim, mostrou a profundidade da educação que emana da própria comunidade. Demonstra que os sujeitos deste estudo criaram todo um processo de educar que forma indivíduos alegres, responsáveis e gerações que gostam do lugar como os jovens da Colonia Gorki, de Makarenko (239). Assim, mesmo sem nunca terem ouvido falar a palavra

(239) Em 1920, na Rússia, Makarenko foi incumbido de organizar uma colônia para crianças abandonadas, órfãos de guerra, delinquentes, prostitutas, etc. Através do trabalho de todos, Makarenko conseguiu superar as dificuldades da instituição, formulando uma nova proposta pedagógica, tendo o trabalho importância crucial. A partir de sua vivência concreta nessa colônia que veio a se chamar Colônia Máximo Gorki, Makarenko relata sua experiência à frente dessa colônia em seu livro Poema Pedagógico. MAKARENKO, A.S., El Camino Hacia la Vida, (Poema Pedagógico), Montevideo, Ediciones Pueblos Unidos, 1945.

tétano (240) e desconhecendo igualmente Rabelais, Rousseau, Pistrak, Makarenko, Paulo Freire e outros grandes educadores, os sujeitos deste estudo conseguiram uma forma de organizar a educação digna de exemplo ou de sugestões para educadores que buscam novas formas de solucionar os inúmeros problemas da educação brasileira na atualidade.

Com base na análise efetuada aventura-se dizer que, até certo ponto, o grupo pesquisado conseguiu construir a Escola do Trabalho de Pistrak (241) orientada para a vida real, não objetivando instrumentar o indivíduo para ser simplesmente um trabalhador na sociedade capitalista. O trabalho como fator educativo suplantou o caráter profissionalizante da educação para o trabalho, transformando-se - no grupo estudado - em ponto de união entre o saber teórico e o fazer que vai construindo a prática; tornou-se o centro de um processo educativo e de formação do indivíduo configurando-se como elemento de importância social destinado a unificar em torno de si um amplo processo sócio-pedagógico.

Por outro lado, esta pesquisa propiciou identificar alguns pontos cruciais desse processo educativo. Tornou claro a estreita visão de mundo oferecida aos indivíduos, a falta

(240) Desconhecem e até mesmo nunca ouviram falar a palavra tétano. Trabalho de Campo, 1985.

(241) PISTRÁK, Fundamentos da Escola do Trabalho, op. cit.

de consciência crítica quanto à sociedade capitalista de que fazem parte como membros de uma sociedade mais ampla, o enquadramento da mulher dentro de um espaço geográfico limitado e sua dependência em relação ao homem. Mostrou a falta de preparo do indivíduo para atuar frente aos problemas ocasionados pela falta de transportes, às dificuldades de acesso a centros mais desenvolvidos, aos obstáculos que encontram no atendimento médico, principalmente da criança, por parte dos órgãos públicos. Fez de tectar que, mesmo suplantando o que a escola não oferece, muito ainda falta para que, aliadas ao rico processo sócio-pedagógico que construíram, possam ter melhores condições de vida.

No entanto, mesmo diante da extensão do processo educativo que ocorre independentemente do sistema formal de educação, reconhece-se que a escola tem um papel relevante, enquanto único local de transmissão da leitura e da escrita. Poderia desempenhar uma função muito mais abrangente, se associada ao pedagógico que está inerente, que já existe no grupo social em que ela se insere. Poderia se estruturar com base no contexto real existente, transformando-se num centro de saber que ofertasse uma visão de mundo, crítica, tornando-se um veículo de criatividade, consciência e construção do próprio saber, evitando que toda a riqueza e especificidade sócio-cultural, que portam os sujeitos deste estudo, sucumbam juntamente com a transformação - que já começa a se efetivar - dos trabalhadores independentes em trabalhadores assalariados - os operários do mar - que poderá levar à desarticulação do grupo, ao empobrecimento, ao esfacelamento da comunidade, à marginalização, como já ocorrem em inúmeros grupos do litoral brasileiro.

Assim, frente às vantagens e desvantagens verificadas na educação que se processa fora da escola e que foram apreendidas nesta pesquisa, fazem-se duas colocações. A primeira, em relação ao próprio grupo estudado, sugerindo que o educador tenha a perspicácia de sintetizar, de ver além, objetivando ofertar uma educação em sintonia com o real contexto sócio-econômico-cultural que, ao mesmo tempo, altere a visão limitada de mundo e passe a formar indivíduos críticos e conscientes da sociedade maior onde estão inseridos, tornando-os aptos a atuar diante dos problemas em que estão intervindo no cotidiano atual, ou que terão que enfrentar no futuro. Enfim, que a educação prepare não só o indivíduo para vir a ser um trabalhador do mar, um ser ativo no seu grupo social - a Vila do Araçá - mas que, concomitantemente, o prepare integralmente como um ser social. A segunda é mais ampla, refere-se ao educador brasileiro na atualidade, numa esperança de que este estudo ofereça contribuições significativas sobre a importância de se conhecer em profundidade o grupo social onde a escola atua, e, principalmente, sugerir novas opções para a melhoria e/ou transformações da educação brasileira de modo que a escola deixe de ser um local que confine as crianças uma parte do dia, pouco ou nada ofertando, desinteressante e alienada, mas se transforme, unindo-se à realidade atual, usufruindo das vantagens, da dinâmica que o trabalho inserido no educar pode oferecer.

No entanto, tem-se consciência de que esta pesquisa desvelou apenas determinados aspectos intrínsecos ao trabalho da criança e do jovem numa situação específica. O que transpareceu não é a realidade de todo o trabalho desempenhado por crianças e jovens na sociedade brasileira. Mesmo assim, mostrou a importância da pesquisa empírica para se desvendar outros entrelaçamentos que podem estar ocorrendo no desempenho do trabalho infanto-juvenil, proporcionando não só a compreensão da dinâmica sócio-educativa de determinados grupos humanos mas,

principalmente, visando oferecer ricas contribuições para aqueles - educadores, políticos, sociólogos e outros - que buscam melhorar e transformar a tão criticada e problemática educação brasileira.

Enfim, esta pesquisa demonstrou aquilo que a fez gerar: mostrar o quanto de educativo ocorre fora da escola, o quanto de educativo pode estar presente no desempenho do trabalho infanto-juvenil.

Finalizando, faz-se uma última colocação, um alerta: para que no Araçá não ocorra a destruição da histórica sabedoria da pesca junto com a perda dos bens materiais de produção, torna-se premente criar condições para que os sujeitos deste estudo se organizem, encontrem saídas e sobrevivam, suprindo as carencias, os obstáculos que hoje enfrentam e possam construir um novo Araçá, aproveitando a abrangência do processo sócio-pedagógico que construíram, enriquecendo-o mais e mais, para não se tornarem uma população errante, sem terra, sem barcos, sem redes e sem trabalho.

ANEXO 1

ASPECTOS HISTÓRICOS DO POVOAMENTO DO
MUNICÍPIO DE PORTO BELO, SANTA CATARINA



Data de 1653 a informação, possivelmente de Daniel Gonçalves ao provedor Mor, relativa à importância de se formar uma povoação na Enseada das Garoupas, hoje Porto Belo. No entender do informante, segundo Taunay, "Porto alguma da nossa costa meridional, abaixo de São Francisco, apresenta as vantagens da Enseada das Garoupas...Optima a sua entrada, desembarçada e de muito fundo, sem risco algum de ventos e protegida por uma penedia e uma ilha... (01).

No princípio do século XVIII, a Coroa Portuguesa já mostrava interesse pela região onde hoje se localiza o Município de Porto Belo no litoral do Estado de Santa Catarina. Em 1711, pretendendo fundar no local uma povoação, Portugal autorizou o reconhecimento da região denominada Enseada das Garoupas. O Sargento-Mor da Praça de Santos, Manoel Gonçalves de Aguiar, prático de navegação, recebeu de Francisco de Castro Menezes, governador do Rio de Janeiro, a missão "de ir ao litoral sul, especialmente, para verificar se na Enseada das Garoupas existiam favoráveis condições que recomendassem a fundação de uma cidade" (02). Deveria também recolher informações sobre a existência de minerais naquele litoral. A 11 de fevereiro de 1711, partiu o navegador para cumprir sua missão. Ao retornar dessa viagem, escreveu Manoel Gonçalves de Aguiar um relato com data de 20 de abril de 1711, declarando que partiu ao sul com uma su

(01) TAUNAY, Affonso de E., Em Santa Catarina, op. cit., p. 31.

(02) TAUNAY, Affonso de E., op. cit., p. 31.

maca grande, com 50 tripulantes, tudo a sua custa a fim de obedecer ao governador (03). Passou por São Francisco e rumou para a Enseada das Garoupas permanecendo 14 dias ali fundeado. Fez um minucioso mapa da região e seguiu para a ilha de Santa Catarina com a convicção de que o local não se prestava para a fundação pretendida. O historiador de Santa Catarina, Walter Piazza (04), também cita Aguiar quanto à fixação de população no local. "...nem por isso é capaz de se povoar, porque as suas serras vem ter ao mar, e assim não tem terras, mais que só praias" (05).

Não só a coroa portuguesa nessa época de nossa história havia tomado conhecimento da região. No início de 1712, o navio francês Saint-Joseph, com uma tripulação de 135 homens, chegou à Ilha de Santa Catarina. Nele se encontrava o engenheiro Amedée François Frézier que relatou sua viagem na "Rélacion du Voyage de la Mer du Sud aux Côtes du Chili e du Pérou" (06). Frézier descreveu Santa Catarina; fez também um levantamento topográfico da Ilha de Santa Catarina e uma planta da Enseada das Garoupas (07) local onde hoje se situa Porto Belo, a região selecionada para esta pesquisa.

(03) TAUNAY, Affonso de E., op. cit., p. 31.

(04) Walter Fernando Piazza, Doutor e Livre Docente em História, professor na Universidade Federal de Santa Catarina, pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

(05) Apud PIAZZA, Walter F., op. cit., p. 205.

(06) PIAZZA, Walter F., op. cit., p. 207.

(07) "teve, ainda Frézier a oportunidade de levantar uma planta da Enseada das Garoupas" PIAZZA, Walter F., op. cit., p. 207.

Os açorianos e outros povoadores - de 1748 até 1753, um total de 6.492 pessoas aportou na Ilha de Santa Catarina. Eram colonos oriundos das Ilhas dos Açores e Madeira destinados a povoar o litoral catarinense. Muitas localidades foram selecionadas para a instalação dos colonos açorianos que receberiam terras para cultivar (08). Porém, nem todos os colonos açorianos, que em Santa Catarina desembarcaram, receberam a porção prometida (09). Muitas das localidades selecionadas para os colonos açorianos se fixarem e formarem povoações foram abandonadas, outras, com o passar do tempo, vieram a dar origem a vilas e municípios, apesar das dificuldades imensas passadas pelos colonos. Porto Belo encontra-se entre os locais que os colonos açorianos podem ter permanecido (10).

-
- (08) "Os açorianos que pretendessem passar ao Brasil a Resolução Régia de 07 de agosto de 1746 estabelecia "que se dará a cada casal hum quarto de légua em quadro, para principiar a sua cultura, sem que lhes levem direitos, nem salário algum por esta sesmaria"" PIAZZA, Walter F., op. cit., p. 152.
- (09) "Se, de um lado, essas concessões representam o alargamento da área ocupada pela agricultura, no território catarinense, não representam, entretanto, o cumprimento integral de uma promessa real" PIAZZA, Walter F., op. cit., p. 153.
- (10) "É bem verdade que muitas localidades foram abandonadas rapidamente mas outras originaram vilas e cidades: Henrique Lage, São José, Tijucas, Palhoça, Porto Belo e outras exemplificam o último caso" LAGO, Paulo F.A. de, "Estudo da Pesca no Estado de Santa catarina" Revista Brasileira de Geografia, janeiro/março, 1961, p. 143,

Outros estudos mais antigos sobre o povoamento da região também assinalam a presença dos açorianos. Oswaldo Cabral, historiador de Santa Catarina, ao se referir aos aspectos históricos de Porto Belo, também faz referência aos açorianos na região (11).

Entretanto, além da presença dos açorianos na região, alguns historiadores assinalam a presença de uma família oriunda do litoral sul do Estado de São Paulo (12) que possivelmente chegou à Enseada das Garoupas - hoje Porto Belo - através de São Francisco do Sul, ilha da Baía de Babitonga, Santa Catarina, que era importante povoação nos primórdios do século XVIII (13). Entretanto, o referido casal paulista parece não ter per-

(11) "Em 1753, no governo de Mello Manoel, localizaram-se no local colonos açorianos" CABRAL, Oswaldo, Santa Catarina, S. P., Cia. Ed. Nacional, 1937, nota nº 200, p. 223.

(12) Referindo-se à Enseada das Garoupas, Piazza escreve "E, ali, só após 1748-1756, começam a se assentar povoadores como Antonio Correia e Maria Reiola, naturais de Cananéia, e, aos poucos, se foi avolumando a população" PIAZZA, Walter F., op. cit., p. 241.

Na narrativa de Oswaldo Cabral, por volta de 1753, algumas pessoas se instalaram na região "...seus primeiros moradores ao que consta, foram Antonio Correa e Maria Reiola (Aryolos) que possuíam terras desde o local em que se encontra a vila até a ponta de Bombas... da Reiola é nome encontrado no litoral do Estado, principalmente nos arredores da Bahia Babitonga" CABRAL, Oswaldo, op. cit., p. 223.

(13) Baía de Babitonga está localizada ao norte do Estado de Santa Catarina onde existem numerosas ilhas, sendo a maior a Ilha de São Francisco, onde se localiza a cidade de São Francisco do Sul, que foi importante porto marítimo na época do Brasil colônia. Por volta de 1642, São Francisco já possuía uma capela. "...em 1642, Antonio Fernandes obteve uma sesmaria na Ilha de São Francisco, a 29 de novembro da quele ano de 1642," onde já tinha capela de Nossa Senhora da Graça" PIAZZA, Walter F., op. cit., p. 111.

manecido na Enseada das Garoupas até o fim de seus dias (14).

Por volta de 1775, os dados registram a fundação da povoação existente na Enseada das Garoupas (15).

O brigadeiro Teixeira Omem, em ofício de outubro de 1779, confirma a fundação da povoação da Enseada das Garoupas, para onde começaram a se dirigir alguns povoadores.

Na povoação não havia igreja, devendo seus moradores fazer 61/2 léguas por terra ou 12 por mar para ir à Matriz que era em São Miguel, mais ao sul, em direção à Ilha de Santa Catarina, e as famílias que habitavam Zimbros e Bombas só possuíam acesso por mar.

(14) "Essa propriedade foi vendida mais tarde por 50\$000, quando aquele casal retirou-se para Cananéia, donde eram naturais!" Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Vol. XXXII, p.305.

(15) "Governava a capitania de Santa catarina o coronel Antônio da Gama Freitas, pessoas de predileção e escolha do então Vice-rei Marquês de Lavradio e que havia tomado posse em 5 de setembro de 1775". "Um dos seus primeiros atos, de acordo com o vice-rei foi a fundação de uma povoação na Enseada das Garoupas onde então possuía uma fazenda, o capitão de auxiliares José Rabello. Começou por distribuir moradores, não só naquele local onde foram estabelecidos 60 casais, como nos territórios vizinhos, assim em Cambory-assu (Camboriú), Bombas, Zimbros, Ganchos e Tijucas. Numeravam ao todo cento e três fogos, contando a população 500 e poucas pessoas, inclusive escravos". Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, vol. XXXII, p. 305.

Devido à existência de grande quantidade de madeiras de lei em terras mais distantes do litoral e nos arredores da povoação da Enseada das Garoupas, começaram a surgir povoadores interessados, que passaram a solicitar sesmarias. Em 1786, registra-se a concessão a um morador de São Miguel e, nos anos posteriores, várias outras são cedidas a interessados, cuja relação apresenta-se a seguir:

e desde então começaram a afluir povoadores, que não cessavam de pedir sesmarias em zona tão fecunda.

Já antes, em 29 de agosto de 1786, a havia obtido Francisco Alberto Muniz Barreto, morador em S. Miguel; em 11 de agosto de 1787, teve-a Manoel Vidal de Arouxe; em 7 de março de 1788 e a 10 do mesmo mês, foram concedidas respectivamente, a Domingos Coelho d'Ávila e Alberto da Silva de Mendonça. Sucederam-se em 1789, a 7 de dezembro, a Vicente Zuzarte Pinto; em 1790, a 10 de março, a José Maryins Soares; em 1793, a 17 de janeiro, a Manoel Antônio Mancebo e, a 15 de janeiro, a Francisco José Ferreira da Rocha Gil; em 1794, a 2 de outubro, a Francisco-José de Magalhães; em 1801, a 22 de abril, a Antônio da Cunha Avila; em 1802, a 14 de setembro, a José Coelho Gomes; em 1803, a 6 de agosto, a José Coelho Machado; em 1804, a João José de Magalhães e João Teixeira da Cunha, a 21 de maio, a Francisco Lopes de Souza, a 27 de maio, a Antônio José Pinto; em 1818, a 12 de dezembro, a Caetano José Pereira.

Além dessas foram concedidas no Inferninho, em 1802, a 18 de dezembro, a Francisco da Silva Mafra; em 1803, a Antônio José Dias. No rio dos Bobos, em 1803, a 5 de maio, a Domingo Rodrigues; no morro dos Bobos, em 1804, a 16 de janeiro, a José Machado Flores. Na Enseada das Garoupas, em 1789, em 7 de dezembro, a Miguel Francisco de Medeiros; em 1804, em 13 de março, a José Correa Rabello; em 1805, em 8 de janeiro, a José Rodrigues da Costa. Nos Morretes, em 1808, em 10 de setembro, a José Antônio de Miranda e Joaquim Gomes de Oliveira.

O padre Agostinho José Mendes dos Reis deixou escritos sobre a visita que fez às igrejas da Província de Santa Catarina, em 1811, época em que foi criada a capela que viria a ser a igreja de Porto Belo (16). Em 1815, o Bispo do Rio de Janeiro, Dom José Caetano da Silva Coutinha visitou as igrejas da Província de Santa catarina. Foi a maior autoridade eclesiástica a visitar Santa catarina até então. Empreendeu a viagem a cavalo, só utilizando embarcações quando não havia outros opções de viagem. Chegou até o Rio Grande do Sul. Em seu retorno, a 21 de janeiro de 1816, esteve na Enseada das Garoupas onde poucos anos ' antes havia sido fundada a Capela Curada (17).

Aires de Casal, em sua obra, escrita em 1817, "Corografia Brasília" (18), descreve a Enseada das Garoupas. " Ao norte está a Enseada das Garoupas, aberta ao nordeste, de menor largura, mais abrigada, com capacidade para recolher uma esquadra; nela deságuam o rio Bupeba, e os dois Perequês, grande e pequeno. A Terra que medeia entre estas enseadas, é uma península,

(16) "Esclareceu, ainda, o visitador Agostinho José Mendes dos Reis, que, naquela visita, havia instituído a Capela Curada do Senhor Bom Jesus dos Aflitos na Enseada das Garoupas (hoje Porto Belo) tendo como limites, ao norte, o rio Camboriú-Açu e, ao sul, o rio Tijucas-Grande" PIAZZA, Walter F., op. cit., p. 315.

(17) PIAZZA, Walter F., op. cit., p. 316.

(18) AIRES DE CASAL, M., Corografia Brasília, S.P., Edições ' Cultura, 1943.

que se estende ao mar, e termina fazendo três pontas, cuja central fica entre outras duas pequenas enseadas" (19). Nada fala Casal sobre os moradores da Enseada das Garoupas mas faz um relato da freguesia da povoação da Enseada das Garoupas (20).

Os novos colonos portugueses (da praia de Ericeira/Portugal) - em 1816, Paulo José Miguel de Brito alertava o governo da importância de se fundar no local uma freguesia, para aumentar a povoação que se formava na Enseada das Garoupas, ponto estratégico para a defesa da Capitania. Por ser grande a quantidade de peixes na região, em 1817, Justino José da Silva propôs a formação de um estabelecimento para pescarias na Enseada das Garoupas, como havia no reino de Algarve, em Portugal. A 18 de outubro do mesmo ano, D. João VI enviou pela mesa do desembargador do Paço a ordem de "que fosse medida e demarcada uma légua de terra no referido sítio ou nas vizinhanças, aonde melhor conviesse à especulação que tivesse o peticionário e que lhe fosse dada de sesmaria, com a obrigação de repartir parte dela, sem fôro ou pensão alguma, em porções que fossem necessárias às pessoas que viessem ali estabelecer-se, ficando separadas, desde logo,

(19) AIRES DE CASAL, M., op. cit., p. 129.

(20) "Duas léguas e meia a noroeste da capital está a aprazível freguezia de São Miguel, sobre a enseada do mesmo nome, que lhe forma um bom surgidouro. Os seus habitantes, recolhem e exportam grande quantidade de arroz e farinha com algum açúcar. Perto dela fica a principal armação das baleias" AIRES DE CASAL, M., op. cit., p. 137.

quatrocentas braças para passal de Capelão da Capela que havia de haver e que se havia de erigir em vigararia, quando estivesse formada a povoação em número suficiente" (21).

O, então, ministro Thomaz de Villa Nova Portugal, que já possuía a idéia de fazer naquele local um ponto de apoio à esquadra, devido principalmente ao conhecimento que tinha das excelentes madeiras abundantes na região que serviriam para a construção de embarcações, determinou iniciar a obra para a fundação de uma colônia de pescadores que viriam da praia de Ericeira, Portugal. pelo aviso régio de 25 de março de 1818, o Intendente da Marinha de Santa Catarina, comandante Miguel de Souza e Alvim, foi encarregado da fundação, na Enseada das Garoupas, de um povoado para os colonos ericeiros. O material necessário para a formação do povoado deveria ser fornecido pelo governador da Capitania, João Vieira Tovar de Albuquerque.

O local onde seria fundada a colônia de pescadores já possuía um pequeno número de moradores mas, mesmo assim, a região era praticamente despovoada. Por determinação real, mesmo prejudicando a medição dos terrenos que seriam doados como sesmarias aos ericeiros, os moradores deveriam permanecer no local de suas casas, mantendo seus terrenos. Coube ao intendente

(21) BOITEAUX, Henrique, Os Municípios de Tijucas Grande e Por-Bello, Florianópolis, Livraria Central, 1928, p. 15.

Mello e Alvim escolher os terrenos, verificar a agricultura apropriada à região, assim como a construção de casas necessárias à colônia que se denominou Nova Ericeira.

Cento e uma pessoas de ambos os sexos aportaram no Rio de Janeiro na Galera de Peniche, em princípios de maio de 1818, e depois foram levados para a Enseada das Garoupas. A doação dos terrenos se deu por sorteio e ao governador da Capitania coube a entrega dos títulos de doações, legalizando, assim, as terras recebidas pelos colonos. Os terrenos que sobrassem seriam posteriormente entregues e distribuídos àqueles que precisassem de pedaço maior de terras. Vieram pescadores, barbeiros, alfaia-tes, sapateiros, um carpinteiro e um calafate. Eram acompanhados pelo padre Manoel Ferreira e pelo cirurgião Pedro Marques. O padre foi nomeado pároco da colônia. O cirurgião receberia ordena-do anual por determinação imperial e seria ajudado por uma boti-ca devendo atender gratuitamente aos colonos ericeiros. Logo de início, os colonos se dedicaram à construção de casas e embarca-ções. Um só carpinteiro era insuficiente para as construções ne-cessárias; assim, logo se sentiu falta de pessoas especializadas para determinados serviços. Fez-se "importação da Corte do Rio ' de Janeiro, de elementos humanos, para efetivação das tarefas" (22). Como os colonos ericeiros eram mais pescadores do que agricultores, muitos até desejavam menor área de terras, porém, próximas de suas moradias, podendo, assim, combinar a agricultu-ra com a atividade pesqueira, o que poderia ser até uma solução.

(22) PIAZZA, Walter F., op. cit., p. 241.

Devido a muitas plantações dos colonos terem ficado muito distantes da povoação e em lugares de difícil acesso, por volta de 1820, muitos colonos mostravam-se descontentes com seus terrenos (23).

Nessa mesma época, novos colonos ericeiros estavam para chegar. O Intendente da marinha propôs ao Rei a compra de terras que eram oferecidas à venda. Na extensa área pretendia o intendente Mello e Alvim acomodar mais ou menos 28 ou 29 casais, sendo o lote de 9,68 ha de superfície cada um. Os terrenos próximos à povoação apresentavam-se convenientes à aquisição para um maior desenvolvimento da colônia. Os mais distantes, em direção ao rio Camboriú, caso se efetuasse a compra, o intendente pretendia distribuí-los aos solteiros. Mello e Alvim com uma relação contendo os nomes dos proprietários, preços, medidas e localizações dos terrenos a venda (24), propôs ao rei a aquisição dos mesmos para a instalação dos ericeiros. A proposta, depois de analisada, em agosto de 1820, foi aceita e a Corte enviou uma letra de três contos de réis para a compra das terras.

Após a compra dos terrenos o Intendente da Marinha de Santa Catarina, Mello e Alvim, providenciou as doações aos casais. Providenciou, também, a distribuição do gado que lhes havia sido destinado. Receberam casas, ferramentas, sementes, além

(23) Cada terreno media aproximadamente 38,72 ha.

(24) A referida relação é apresentada no 3º capítulo desta dissertação.

de vencimentos pelos serviços prestados (25). Cabia também ao intendente tomar providências para que fossem feitas as construções necessárias à povoação, como uma igreja e, uma fortificação. Entretanto, apesar dos auxílios prestados aos colonos, os ericeiros apresentavam-se mais inclinados à pesca. Diante dessa realidade, foi providenciada pelo Intendente uma lancha pesqueira da Armação da Piedade(26). Com a chegada da lancha, teve início a pesca em alto-mar na Colônia de Nova Ericeira. Para o desenvolvimento da pesca próxima à terra outras embarcações foram providenciadas.

Em 1820, o pároco retorna à Corte. Em 1821, o Intendente da Marinha Mello e Alvim comunicou à Corte a necessidade de um sacerdote pago pelos cofres reais para terem os colo-

(25) "Feita a aquisição cada chefe de família ericeiro, ali localizado recebeu uma casa com trinta braças de terra no arraial e mais cem braças de testadas com os fundos correspondentes, em terras férteis de mata virgem, para sua lavoura". "Os ericeiros foram sendo ocupados de acordo com as atividades mais convenientes, no entender do Intendente Mello e Alvim, e recebiam vencimentos proporcionais aos seus trabalhos e caso não fossem aproveitados receberiam 160 réis diários" PIAZZA, Walter F., op. cit., p. 242.

(26) Nesse local, entre 1740 e 1742 instalou-se o primeiro núcleo o baleeiro da costa catarinense que se tornou a mais importante e a maior armação erguida para a pesca da baleia em águas de Santa Catarina. Localidade situada na costa litorânea mais ao sul do atual município de Porto Belo.

nos a assistência espiritual necessária. Aceita a solicitação, o padre Francisco Rodrigues Pereira, que já vinha desempenhando as funções paroquiais, passa a receber dos cofres da Junta da Fazenda da Ilha de Santa Catarina seu pagamento anual. Em 1822, alegando pouco trabalho em virtude da pequena quantidade de ericeiros, a Junta da Fazenda de Santa Catarina comunica à Corte a desvantagem do pagamento ao Cirurgião de Nova Ericeira complementando que este não estava desempenhando suas funções por falta de condições.

Quando em viagem de estudos pela região Saint-Hilaire (27) fez algumas observações sobre Nova Ericeira no ano de 1820 (28).

(27) Saint Hilaire chegou ao Brasil em 1816 e aqui permaneceu até 1822 realizando viagens de estudos. Visitou o Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, São Paulo, Curitiba, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Cisplatina. Sobre Santa Catarina encontramos minuciosa descrição em seu livro Viagem à Província de Santa Catarina (1820) traduzido do original francês por Carlos da Costa Pereira em 1935.

(28) "...a Enseada das Garoupas que offerece à navegação um optimo ancoradouro e onde acabavam de fundar uma colonia de pescadores procedentes do povoado de Ericeira, em Portugal ..." "Pouco tempo antes de minha chegada a Santa Catharina, o ministro de Estado, Thomaz Antonio de Villa Nova Portugal, acabava de estabelecer á margem da Enseada das Garoupas, uma colonia de pescadores sob a designação de Nova Ericeira, nome de uma aldeia portuguesa, de onde provinham os seus povoadores." "Creio, porém, que os habitantes da Nova Ericeira logo se dispersaram..." SAINT-HILAIRE, Viagem á Província de Santa Catarina, (1820), S.P, Cia. Ed. Nacional, 1936, pp. 140/141 e 36/37.

Em 1824 novos colonos ericeiros chegavam ao povoado e novos terrenos foram adquiridos pela Fazenda real para distribuí-los aos colonos recém-chegados. Nesse mesmo ano, pelo decreto de 28 de dezembro de 1824, a povoação foi elevada a freguesia, desmembrando-se da freguesia de São Miguel a que, desde 1819, estava subordinada. A Enseada das Garoupas em antiga estatística da província de Santa Catarina, feita por Manoel Marques Guimarães que foi administrador da Armação de pesca de baleia, em Garopaba, localizada mais ao sul da cidade de Desterro (Florianópolis) apresentava uma população de 1536 elementos e 354 casas (29).

A freguesia progredia lentamente. Eram mantidos na povoação um juiz e um escrivão, nomeados pelo Juiz de Fora da Vila de Desterro e com a incumbência de exercer a justiça. A administração cabia à Intendência da Marinha de Santa Catarina e ao governo da Capitania. A Fazenda real era incumbida do fornecimento de verbas necessárias aos empreendimentos da colônia como a construção de casas, da igreja, de outros edifícios públicos e de embarcações para a pesca. Essas verbas eram manipuladas pelo Intendente da Marinha de Santa Catarina que era, na época, Mello e Alvim.

O Presidente da Província de Santa Catarina, em dezembro de 1829, enviou alguns dados ao Ministro José Clemente Pereira sobre a província, atendendo ao Aviso Imperial de 14 de maio de 1829. Nos dados relaciona a freguesia do Senhor '

(29) População: Enseada das Garoupas, 1824

Ano: 1824 almas: 1536 fógos: 354

Fonte: BOITEAUX, Henrique, Os Municípios de Tijucas Grande e Porto Bello, op. cit., p. 17.

Bom Jesus dos Aflitos - que refere-se à povoação da Enseada das Garoupas - na "Relação da Cidade, Villas, Arraial, Freguesias, Capelas Filiais e Capela Curada" (30).

Na "relação das Aúlas" a referida freguesia aparece com um total de 40 alunos (31). Quanto ao aspecto de atendimento à saúde, médicos e boticas a província tinha ao todo 15 médicos e 7 "boticas"; a referida freguesia não consta como possuindo "boticas", mas possuía um médico.

Em 16 de julho de 1832, o Presidente da Província de Santa Catarina apresenta um quadro da população onde a freguesia de Senhor Bom Jesus dos Aflitos aparece com 492 fogos (casas) 2.164 indivíduos livres e 446 escravos. Na composição da população a freguesia aparece com 2.030 livres, 5 estrangeiros, 2 índios, 22 pardos ingênuos e 27 pardos libertos, 22 pretos livres e ingênuos e 34 pretos livres libertos; o nº de escravos era de 64 escravos pardos e 382 escravos pretos (32).

Pelo decreto Imperial de 13 de outubro de 1832, os habitantes de Nova ericeira viram a freguesia ser elevada a vila com o nome de Porto Belo.

(30) Na época, muitas vezes se mencionava o nome da capela ou igreja da localidade nos documentos.

(31) "Na freguesia do Senhor Bom Jesus dos Aflitos (de Porto Belo), eram, do mesmo modo, particulares e estavam sob a regência de Antonio José Pereira, com 20 alunos, e de Ignacio Joaquim Pereira, com 20 alunos" PIAZZA, Walter F., op. cit., p. 236.

(32) PIAZZA, Walter F., op. cit., pp. 325/326.

O Presidente da Província de Santa catarina, em relatório que apresentou ao Conselho Geral da Província, em 09 de dezembro de 1833, noticia estar se estabelecendo a vila de Porto Belo na Freguesia do Senhor Bom Jesus dos Aflitos. Refere-se também à escolaridade, apontando Porto Belo com 19 alunos (33).

A 05 de março de 1835, o mesmo presidente Nunes Pires, em relatório enviado ao Ministério do Império, informa que a Província de Santa Catarina está dividida em 7 municípios e comenta a situação das colônias, não se mostrando satisfeito com as colônias organizadas e mantidas por conta do Estado, como era o caso da colonização de Porto Belo (34).

(33) PIAZZA, Walter F., op. cit., p. 284.

(34) "Pelo que respeita a Colonias, não se podendo negar que elas devão ser vantajosas a um pais como o nosso em que há tanta falta de braços industriosos...as colonizações por conta do Estado...mal correspondem ao seu intuito, especialmente se ellas forem de gente europea que falle a nossa lingua ou que nella possam facilmente fazerem-se entender!" "Exemplo temos nos Ericeiros, que não custou pouco, e nos Canarios, que aqui aportarão, e se deixarão ficar, nem huns nem outros se darão aos trabalhos para que se mandam vir, ou que se devião esperar..." PIAZZA, Walter F., op. cit., p. 285.

Tomando-se por base dados estatísticos em 1841 Porto Belo havia 4.825 indivíduos livres e 690 escravos (35) . Se compararmos estes dados (36) com os de 1832 anteriormente apresentados verifica-se que houve um crescimento muito expressivo da população livre entre 1832 e 1841, ou seja, um crescimento de 123% o que corresponde a um crescimento de 2.661 indivíduos em 9 anos; explicitando melhor, em 1832 têm-se 2.164 indivíduos livres, passando, em 1841, para 4.825. Quanto aos escravos não houve crescimento tão acentuado; de 446 escravos, em 1832, passou-se para 690 em 1841, portanto, um crescimento de 244 escravos que representa uma porcentagem de 54,7% (37) .

Em 1851, a população de Porto Belo era de 7.276 indivíduos livres e 1.639 escravos, correspondendo a um total de 8.915 habitantes. Nessa época, a província apresentava 72.391 indivíduos livres e 15.546 escravos, num total de 87.937 habitantes. Porto Belo contribuía com uma porcentagem de 10,05% da popu

(35) SAINT-HILAIRE, op. cit., p. 140, nota do tradutor.

(36) Comparação efetuada a partir dos dados apresentados por PIAZZA, Walter F., op.cit., pp. 284 e 285 com dados contidos em SAINT-HILAIRE, op. cit., p. 140.

(37) Porto Belo, na época, incluía a região a que hoje corresponde Tijuca, ao sul, e Itajaí, ao norte.

lação livre da província e 10,5% dos escravos (38) (39).

Nessa época, Porto Belo era uma vila de poder administrativo considerável na região. Em 1850, teve início a colonização alemã, organizada pelo dr. Hermann Blumenau que, para a instalação da colônia onde hoje se situa a próspera cidade de Blumenau, teve que pedir autorização para a Câmara de Porto Belo, pois aquelas terras pertenciam à extensa vila de Porto Belo.

Mesmo assim Porto Belo era uma vila de difícil acesso por terra, isolada, que se formou e se manteve por muitos anos pelo apoio do governo Real e Imperial que investia na povoação.

Em 1858, a sede de Porto Belo é descrita por Robert Avé-Lallemant como um lugar de difícil acesso e cidade insignificante (40).

(38) PIAZZA, Walter F., op. cit., p. 402.

(39) Quanto aos escravos que aparecem nas estatísticas de Porto Belo; deve-se esclarecer que, na época a Câmara local possuía poder executivo procedendo julgamento, compra e venda dos mesmo. O Cartório local até hoje possui o livro de "Escritura dos Escravos" cujo 1º registro está na folha 1 aos 29 dias do mês de maio de 1867. Trabalho de Campo, janeiro de 1985.

(40) Avé-Lallemant residiu no Brasil e chegou a ser médico da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro; relatou suas viagens pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo em 1858. "Depois de algumas horas chegamos à baía aberta de Porto Belo, em cuja praia meridional fica a pequena e insignificante cidade do mesmo nome. A região é pitorescamente bela e oferece bonitas perspectivas das ondas quebrando-se contra as elevações e promontórios; porém, o caminho serrano que se afasta de parte das elevações a leste é muito fatigante" AVÉ-LALLEMANT, Viagens pelas Províncias de Santa Catarina, (1858), Belo Horizonte e São Paulo, Ed. Itatiaia e Ed. da USP, 1980, pp. 151/152.

Com o crescimento de Itajaí, ao norte, em função do desenvolvimento da colônia alemã de Blumenau que utilizava o porto de Itajaí, através do rio Itajaí, que é navegável, e com o crescimento de Tijucas, ao sul, que também possuía um rio navegável na época, acrescido do fator isolamento, devido à localização geográfica entre a serra e o mar, Porto Belo começa a decair. Em 1859, volta a ser freguesia, com a lei nº 464, de 4 de abril de 1859, quando a sede da vila passa a ser Tijucas localizada mais ao sul. Quanto à população, em 1872, foi feito o recenseamento Geral do Império mas Porto Belo aparece na população da sede da vila - Tijucas - que nesse recenseamento apresenta 11.124 habitantes (41).

Como a Proclamação da República, Porto Belo recupera sua categoria de Município, pela lei estadual nº 140, de 29 de agosto de 1898. Em 1923, perde novamente sua qualidade de Município, restabelecendo-se somente em 1º de setembro de 1925, mas perdendo os territórios dos municípios de Tijucas e Camboriú. Em 1950, a área do município de Porto Belo era de 211 km², sendo considerado como um dos menores municípios do estado de Santa Catarina. Na década de 1960 desmembra-se Itapema, ficando menor ainda.

(41) PIAZZA, Walter F., op. cit., p. 403.

ANEXO 2

PRINCIPAIS FESTAS, DANÇAS E CRENÇAS

Algumas festas são tradicionais na região do litoral catarinense. No Araçá, as principais são as realizadas na época do Natal e Ano Novo quando se dança o Boi de Mamão e a festa do pescador, comemorada no dia de São Pedro. Outra festa tradicional é a "Farra do Boi" que se realiza na Semana Santa. Além disso, os jovens, em geral, vão aos bailes organizados no salão de baile da comunidade, às festas de casamento tanto na igreja católica como na igreja Assembléia de Deus. Devido ao costume de os jovens "fugirem" antes do casamento, as festas de casamento são raras.

Algumas crenças e costumes são observados entre os moradores da região e também no Araçá; são crenças em "bruxas", "lobisomens", "almas" e sinais que saem do mar em forma de luz ou clarão (01).

Farra do Boi (ou Boi de Campo) - Época: Semana Santa, de 4ª feira até domingo de Páscoa. É uma semana muito aguardada na região. Não é uma festa só dos pescadores. Muitas pessoas participam. Os pescadores embarcados, de onde estão voltam para o Município, principalmente, para a festa; chega a haver de 20 a 30 bois. Soltam-se os bois nos diferentes lugares da cidade.

(01) As danças e festas foram levantadas a partir do trabalho de campo realizado com diferentes elementos da comunidade do Araçá como também pessoas entrevistadas na parte urbana de Porto Belo, principalmente moradores, há mais de 3 gerações residindo na região.

Solta-se também em frente à Prefeitura. O boi tem sempre um dono: "O boi é de fulano" ou é de um grupo, os "sócios do boi" (02). As pessoas bebem, se entusiasma e correm atrás do boi. Às vezes, o boi vai para o mar e nada; então o pessoal vai atrás de barco e traz o boi de volta, "Tem gente que fica de 4 a 5 dias sem voltar para casa só na farra do boi" (03). Quando o boi morre, a carne é dividida entre os sócios do boi ou o dono oferece um churrasco aos amigos.

No Araçá, os pescadores se associam e vão comprar um boi no município vizinho de Tijucas. Alugam um caminhão e trazem o boi para a vila do Araçá. O boi é solto geralmente na Sexta Feira Santa. Os moradores da Vila ficam empolgados com o boi que corre pela vila e pela praia. No sábado de Aleluia é feito um churrasco na praia com a carne do boi que toda a vila participa. (04).

(02) Trabalho de Campo, janeiro-1985.

(03) Trabalho de Campo, janeiro-1985.

(04) "Na Farra do Boi bebe-se muito: é a melhor festa. Depois conta-se o que se fez. Um roubou laranjas, outro roubou a filha do fulano..." relato de um estudante, morador na cidade de Porto Belo. (Trabalho de Campo, janeiro-1985). Segundo um informante que foi indicado por várias pessoas como alguém que sabe muito sobre a história e os costumes de Porto Belo, "...se fixermos um plebiscito em Zimbros (outra vila de pescadores) se querem uma escola, uma horta ou um boi de campo, eles querem um boi de campo". O mesmo informante salientou que a "farra do boi", o "boi de campo" tem relações com a famosa festa de São Firmino na Espanha. Trabalho de Campo, 1985.

Boi de Mamão (ou Boi de Pau)(na Vila do Araçá) - É uma dança folclórica semelhante ao Bumba Meu Boi de outras partes do Brasil. Dança-se, principalmente no Natal e na passagem de Ano. São os rapazes e os homens que participam dessa dança. As figuras principais encontradas são: o Boi, uma mulher chamada Maricota, o Cavalinho e o Curru ou Bernusa, fantasia com uma boca grande. Existem também outros participantes fantasiados como o peru, o urso, o coelho, o porco, nas brincadeiras mais completas. Com o grupo formado um homem vai tocando o tambor e improvisando versos. Vão de porta em porta e, quando são muitos acompanhando o grupo, não entram nas casas, ficam à porta e a família que está sendo homenageada pelo grupo oferece bebidas, comida ou mesmo dinheiro. Depois o grupo continua dançando na própria vila. Não se vê o Boi de Mamão durante o dia. Essa dança é feita somente na época do Natal até o 1º de Ano. As crianças da vila ficam eufóricas com a chegada das fantasias. Na passagem do ano de 1981 para 1982 dançaram a noite inteira o Boi de Mamão, terminando na praia, ao amanhecer (05). Em dezembro de 1984, um pescador providenciou fantasias emprestadas e dançaram na época do Natal, ou seja, 23, 24 e 25 de dezembro. Não se dançou mais, porque saiu briga durante a dança. É um ritual da dança do Boi de Mamão um grupo rival do grupo que está dançando tentar cortar o rabo do boi; se o grupo rival conseguir é briga na certa. O corte do rabo do boi é considerado ofensa. Foi o que aconteceu no Araçá nesse final de 1984. O organizador da dança devolveu as fantasias e decidiu não mais ser o organizador da dança (06).

(05) Segundo relato de um dos participantes. Trabalho de Campo, janeiro de 1982.

(06) Trabalho de Campo, 1984-1985.

Parecendo ter se findado o Boi de Mamão no Araçá, com surpresa verificou-se que um grupo de crianças dançou o Boi na noite da passagem do ano, quando algumas famílias improvisaram fantasias para as crianças. E assim parece que se continuou preservando na comunidade essa dança folclórica (07).

A influência dessa dança nas crianças da vila do Araçá é muito forte. Os meninos brincam sempre de boi. Pegam um pedaço de pau ou galho de árvore simbolizando que é o chifre do boi; saem correndo atrás dos amigos até que pegam uma das crianças que finge morrer pelas "galhadas do boi". Segundo relato de uma professora da escola local, é a brincadeira preferida dos meninos da escola, principalmente durante a hora do lanche (08): Porém, somente por volta dos 16 anos os jovens começam a fazer parte integrante do grupo que dança o "Boi de Mamão".

(07) A dança do Boi de Mamão pode ser também organizada por uma pessoa interessada que custeia as fantasias para o grupo. Este não é o caso do Araçá. No centro de Porto Belo não se verificou a Dança do Boi por grupos organizados de adultos. Crianças com fantasias improvisadas visitaram um hotel dançando o boi, acompanhadas por outras que batiam latas (Natal e Ano Novo de 1981). Muitas vezes, crianças vestidas de boi foram vistas em esquinas da cidade durante a mesma época do ano. Recentemente isso não mais aconteceu. Trabalho de Campo, 1981, 1984, 1985 e 1986.

(08) Trabalho de Campo - 1984.

Terno de Reis - Existem muitos grupos que cantam o Terno de Reis não só no centro de Porto Belo como também nas vilas de pescadores existentes no Município. A partir do Natal os grupos começam a cantar, em geral, à noite, até o dia 6 de janeiro, Dia de Reis, última noite que tem reisados (09). Existem grupos só de homens e grupos só de mulheres.

O grupo sai cantando de casa em casa, improvisando versos e homenageando famílias que o recebe e oferece comida, bebidas, etc. Muitas vezes o grupo não entra na casa, fica fora, à porta. Se o grupo deixar de cantar na frente de uma residência a família se ofende. As pessoas falam com entusiasmo do Terno de Reis.

Em geral gostam muito da música do Terno de Reis que varia de grupo para grupo.

Na vila do Araçá raramente um grupo se organiza para cantar o Terno de Reis.

(09) Contou um antigo pescador da vila de Zimbros que, quando jovem, chegava a ficar um mês fora de casa cantando Terno de Reis na região. Trabalho de Campo, dezembro-1984.

Festa do Pescador - Em junho, comemora-se a Festa do Pescador, no próprio dia de São Pedro ou no sábado mais próximo, caso dia 29 de junho caia em dia de semana. É a ocasião em que os pescadores enfeitam seus barcos e saem com a família para uma procissão no mar. É interessante notar que muitas mulheres não gostam de sair de barco, mesmo quando necessário. Nesta festa, como se fosse um sacrifício, elas vão na procissão com a família para um passeio no mar. Todavia, devido ao fato de muitos moradores do Araçá terem aderido nos últimos anos à religião protestante - os crentes - essa festa não tem mais a participação de toda a comunidade.

Lendas, Costumes e Crenças - As comunidades de pescadores acreditam piamente nas lendas e superstições existentes na região.

Entre as superstições destaca-se a crença na bruxa e que se tornou elemento de histórias contadas, de situações vividas e causa de doenças principalmente nas crianças. O "embruxamento", que significa ser atacado pela bruxa, é temido(10).

(10) "... um pescador de Zimbros veio com o laudo médico para tirar o atestado de óbito de sua filha que acabava de falecer. O atestado do médico dizia desnutrição de 3º grau. O pai, por sua vez, achava que a causa da morte da criança foi "embruxamento" porque uma "bruxa" chupou o sangue da criança. Assim, o pai, para saber quem era a bruxa que chupou o sangue da criança, segundo costume na região, passou alho num ponto que estava roxo no braço da criança morta pois segundo a lenda, com esse procedimento, a pessoa que desconfiava ser a "bruxa", seria a 1ª a visitar a criança morta. De fato, a velhinha que todo dia ia visitar a criança foi a primeira a ir ver a criança morta, confirmando que era ela a bruxa que matou sua filha". Trabalho de Campo, Cartório local, 1985.

Em Ericeira, Portugal, local de origem de grande parte da população da região em estudo também existe crença semelhante. "A bruxa da Malvêra diz tudo e tem feito muitas curas" (11), porém, as bruxas em que acreditam os moradores do Araçá e arredores só fazem o mal, não curam nem fazem o bem.

Algumas práticas são utilizadas para evitar novas "bruxas" e "lobisomens". Um exemplo é quando um casal tem 7 filhos homens ou 7 mulheres, um após o outro, o filho mais velho tem que batizar o mais novo, se não, o mais novo vira lobisomem, se for homem, bruxa, se for mulher.

No Araçá, a crença em bruxas e lobisomens está relacionada com a religião. Os católicos não só acreditam como geralmente têm relatos de acontecimentos provocados pela "bruxa". Os adeptos do protestantismo, os crentes como, se denominam e são denominados, afirmam que "...essas coisas não existem por aqui" (12).

Outra superstição existe, quando vários filhos de um casal nascem mortos ou morrem logo após o nascimento. Então, é costume se colocar o nome de Adão, se for homem, e Eva, se for mulher, no próximo filho que nascer, para evitar que continuem morrendo as crianças do casal. Segundo informações obtidas no cartório de Porto Belo, existem muitas pessoas registradas com o nome de Adão e de Eva. No Araçá esse costume não é muito acentuado e durante esta pesquisa não se verificaram entre os informantes os nomes de Adão e Eva.

(11) ALVES, Joana, A Linguagem dos Pescadores de Ericeira, op. cit., p. 44.

(12) Trabalho de Campo, 1985.

Ardentia - raramente ocorre uma fosforescência no mar. Quando isso acontece, os moradores da região a interpretam como um aviso, um sinal que pode ser de dinheiro ou de demônios. É uma luz que saí atrás da ilha e se dirige para algum lugar e as pessoas ficam apavoradas com ela, a que chamam de "ardentia" ou Boitatá (13).

Outra crença que muito influencia a população do Município é a Procissão das Almas. Muitas pessoas acreditam que na noite de 1º de novembro, à meia noite, quando se inicia o "Dia das Almas", ou seja, Dia dos Finados, as almas do cemitério saem em procissão com velas nas mãos. No Araçá, contam que um morador com muita coragem esperou a procissão para pegar uma vela. Pegou a, ao amanhecer, verificou que a vela não era vela, era uma canela de defunto. Ao contarem essa história, os antigos riem como se fosse uma piada. Contam também que um outro morador esperou a procissão e viu todas as almas passarem em fila, vestidas de camisolas brancas, as crianças estavam no final da fila, e "o último anjo que carregava uma velinha na mão era o seu filho"(14) que morrera quando criança. Não só os moradores do Araçá como os da parte urbana de Porto Belo, principalmente as moças, não saem de casa nessa noite com medo da procissão das almas.

(13) Boitatá - Trabalho de Campo, 1985.

(14) Trabalho de Campo, janeiro,1985.

ANEXO 3

A PESCA DO ATUM

A atividade da pesca do atum se desenvolve em alto-mar. O barco vai navegando com o sonar ligado; quando é localizado o cardume, um observador sobe às partes mais altas da embarcação para certificar-se da localização do mesmo e orienta o timoneiro quanto à direção que a embarcação deve seguir; simultaneamente os pescadores são avisados para se prepararem. O barco continua navegando em direção ao cardume e, ao se aproximar, as manjubas vivas, que estão guardadas em tanques no barco, são lançadas ao mar para atraírem os peixes do cardume. A essa altura praticamente todos os membros da tripulação já se encontram na amurada da embarcação, trajando capas protetoras, munidos cada um com seu caniço onde é presa a linha que tem na extremidade um anzol especial, japonês, que possui algumas pequenas penas amarradas em sua haste que serve de chamariz para os peixes. Como particularidade, esse tipo de anzol não possui fisga. Desse modo, o peixe pescado é lançado para trás do pescador e sozinho se solta do anzol, já dentro do barco. Imediatamente, o pescador, sem sair do lugar e sem se preocupar em retirar o peixe do anzol, arremesa o anzol novamente para o mar. Essa operação é repetida rapidamente e muitas vezes até completarem a lotação do barco, o que se dá aproximadamente em 40 minutos (01).

(01) De acordo com o relato de um dos pescadores, em uma das viagens, navegaram 15 dias até acharem o cardume e, quando este foi localizado, bastaram 40 minutos para pescarem 30 toneladas de atum, completando a carga do barco. Trabalho de Campo.

Caso a quantidade pescada não complete a capacidade do barco atuneiro, a embarcação continua navegando até encontrar outro cardume, repetindo-se o trabalho conforme foi descrito anteriormente (02). Com embarcações maiores, como no caso dos navios, a quantidade pescada é maior e, conseqüentemente, a quantidade de iscas solicitadas também (03).

-
- (02) Os barcos de atum não pertencem a moradores do local e não descarregam o pescado no Município, geralmente se dirigem para portos como Itajaí, Santos, etc. Trabalho de Campo.
- (03) Os pescadores de manjubas são avisados quando embarcações grandes de atum devem chegar para pegar iscas. Em horário pré-determinado alguns pescadores de iscas - em torno de 3 - conhecedores do mar na região, se dirigem a estas embarcações para orientá-las na direção a seguir até o local " onde se encontram as iscas pescadas ou criadas, muitas vezes em águas próximas. A remuneração do pescador de manjubas para iscas inclui a orientação dessas embarcações grandes. Trabalho de Campo.

BIBLIOGRAFIA GERAL

BIBLIOGRAFIALivros

AIRES DE CASAL, Manoel, Corografia Brasílica ou relação Histórica Geográfica do Reino do Brasil, São paulo, Editora Cultura, 1943, Tomo I.

ALVAR, Júlio e ALVAR, Janine, Guaraqueçaba, Mar e Mato, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1979, Vol. 1 e 2.

ALVES, Joana L., A Linguagem dos Pescadores de Ericeira, Lisboa, 1965.

ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha, Multiplicidade Tecnológica: A Organização do Trabalho na Rizicultura do Estado de São Paulo, S.Paulo, CERU e FFLCH/USP, 1982 (Col. Textos, 3).

ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha, O Trabalhador Mirim na Agricultura Paulista, S.Paulo, USP, 1981 (tese de doutorado).

ARANTES, Antonio Augusto, O que é Cultura Popular, S.Paulo, Ed. Brasiliense, 1984, 7ª Edição.

AVÉ-LALLEMANT, Viagens pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858), B.Horizonte e S.Paulo, Ed. Itatiaia e Ed. da USP, 1980.

BALDIN, Nelma, A Intendência da Marinha de Santa Catarina e seu papel na ocupação da Província Cisplatina: 1817-1832, Florianópolis, UFSC, 1979 (tese de doutoramento).

- BASTIDE, Roger (coordenador): Usos e Sentidos do termo "Estrutura", S.Paulo, Edit. Herder e Edit. da USP, 1971.
- BERGER, Manfredo, Educação e Dependência, S.Paulo, Difel, 1977.
- BERGER, Peter L., A Construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento, Petrópolis, Edit. Vozes, 1973.
- BOITEAUX, Henrique, O Município de Tijucas Grande e Porto Belo, Florianópolis, Livraria Central, 1928.
- BONIN, A.A., A Pesca e seus Trajetos: um Estudo dos Pescadores Artesanais do Canto da Praia de Itapema - Santa Catarina, São Paulo, PUC-SP, 1984, (tese de doutoramento).
- BOUDON, Raymond, Métodos Quantitativos em Sociologia, Petrópolis, Edit. Vozes, 1971.
- BOVY, Lambert, O Pescador do Litoral: um Desconhecido? São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1971.
- BRANDÃO, Carlos R., A Questão Política da Educação Popular, São Paulo, Edit. Brasiliense, 1984, 4ª Edição.
- BRANDÃO, Carlos R., Diário de Campo, São Paulo, Edit. Brasiliense, 1982.
- BRANDÃO, Carlos R., O que é Educação, São Paulo, Edit. Brasiliense, 1984, 2ª Edição.
- BRANDÃO, Carlos R., (org.), Pesquisa Participante, São Paulo, Edit. Brasiliense, 1984, 4ª Edição.

- BRANDÃO, Carlos R., (org.), Repensando a Pesquisa Participante, São Paulo, Edit. Brasiliense, 1984.
- BRAVERMAN, Harry, Trabalho e Capital Monopolista, São Paulo, Zahar, Editores, 1977.
- BRESSER PEREIRA, Luiz E., Desenvolvimento e Crise no Brasil, São Paulo, Edit. Brasiliense, 1977.
- BUCKMAN, Peter (org.), Educação sem Escolas, Rio de Janeiro, Livraria Eldorado Tijuca Ltda., 1983.
- CABRAL, Oswaldo, Nossa Senhora do Destêrro, memória 1, Florianópolis, Imprensa da UFSC, março 1972.
- CABRAL, Oswaldo, Santa Catarina, São Paulo, Cia. Edit. Nacional, série 5ª Brasileira, vol. 80, Biblioteca Brasileira, 1937.
- CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza, Educação: Agentes Formais e Informais, São Paulo, EPU, 1985.
- CANDIDO, Antonio, Os Parceiros do Rio Bonito, São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1971.
- CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octávio, Homem e Sociedade, São Paulo, Cia. Edit. Nacional, 1971.
- CARUSO, Raimundo (org.), Franklin Cascaes: vida e arte e a colonização açoriana, Edit. UFSC, 1981.
- CASCAES, Franklin J., A Pesca da Tainha na Ilha de Santa Catarina, Museu de Antropologia UFSC, Florianópolis, 1978.

- CASCUDO, Luis da Câmara, Geografia dos Mitos Brasileiros, B.Horizonte, Edit. Itatiaia-SP, Edit. da USP, 1983.
- CASTRO, Claudio, de Moura, A prática da Pesquisa, São paulo, McGraw-Hill, 1977.
- CUNHA, Luis Antonio, Educação e Desenvolvimento Social no Brasil, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1975.
- ÇURLIN, E.N., Ecologia Química Marinha, São Paulo, Edit. Resenha Universitária, 1975.
- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri e LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo, Educação e Trabalho: Um estudo sobre produtores e trabalhadores na Agricultura Paulista, São Paulo, CERU e FFLCH/USP, 1983 (coletânea de textos nº 6).
- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri e LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo, Educando para o Trabalho: família e escola como agências educadoras, São Paulo, Edições Loyola, 1985.
- DEMO, Pedro, Educação, Cultura e Política Social, Porto Alegre, Fundação Educacional Padre Landel de Moura, R.S., Feplan, 1980.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana, Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar, Edit. Ática, São paulo, 1983.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana, Pesca e Marginalização no Litoral Paulista, S.P., USP, F.F.LCH, 1973.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana, A Pesca em Ubatuba, Estudo Sócio-econômico, São Paulo, Sudelpa, 1974.

- DUARTE, S.G., Menores, Marginalidade e Educação, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1978 (tese de doutoramento).
- DURHAM, Eunice R., A Caminho da Cidade, São paulo, Ed. Perspectiva, 1973.
- ELLIS, M., A Baleia no Brasil Colônia, São paulo, Edit. Melhoramentos e Edit. da USP, 1965.
- FERNANDES, Florestan (org.), Comunidade e Sociedade no Brasil, São paulo, Edit. Nacional e Edit. da USP, 1972.
- FIORI, Neide A., Aspectos da Evolução do Ensino Público, Santa Catarina, Florianópolis, Secretaria da Educação, 1975.
- FORACCHI, Marialice e PEREIRA Luiz, Educação e Sociedade, São Paulo, Cia. Edit. Nacional, 1971, 6ª edição.
- FORACCHI, Marialice M. e MARTINS, José de Souza, Sociologia e Sociedade, Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Ed. S. A., 1977.
- FREINET, Celestin, A Educação pelo Trabalho, Lisboa, Editorial Presença, 1974, vol. 1 e 2.
- FREINET, Celestin, Para uma Escola do Povo, Lisboa, Editorial Presença, 1973.
- FREIRE, Paulo e FREI BETO, Essa Escola Chamada Vida, (depoimentos ao repórter Kotscho), São Paulo, Edit. Ática, 1985.
- FREIRE, Paulo, Educação como Prática de Liberdade, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo, Pedagogia do Oprimido, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970.

FREIRE, Paulo, A Importância do Ato de Ler, São Paulo, edit. Autores Associados e Cortez Edit., 1982, 2ª edição.

FRIEDMANN, Georges, O Trabalho em Migalhas, São Paulo, Edit. Perspectiva, 1972.

FRIEDMANN, Georges, Tratado de Sociologia do Trabalho, São Paulo, Cultrix, Edit. da Universidade de São Paulo, 1973, vol. 1 e 2.

FUKUI, Lia F.G., e DEMARTINI, Zeila, B.F., (coord.), Nível de Escolaridade, Educação Informal e Procura Educacional, Brasília, INEP, CERU, 1980.

FUKUI, Lia, F.G., SAMPAIO, Efigenia M.S., e BRIOSCHI, Lucila Reis, Escolarização e Sociedade: um estudo de excluídos da escola, São Paulo, INEP-CERU, 1980.

FURTER, Pierre, Educação e Reflexão, Petrópolis, Edit. Vozes, 1968, 2ª edição.

GADOTTI, Moacir, Educação e Poder, Introdução à Pedagogia do Conflito, São Paulo, Cortez Edit. e Autores Associados, 1983, 4ª Edição.

GADOTTI, M., FREIRE, Paulo e GUIMARÃES, Sérgio, Pedagogia: Diálogo e Conflito, São Paulo, Cortez Edit., 1985.

GOMES, Cândido, A Educação na Perspectiva Sociológica, São Paulo, EPU, 1985.

- GOODE e HATT, P., Métodos em Pesquisa Social, São Paulo, Edit. Nacional, 1968.
- GRACCIANI, Maria S.S., O Ensino Superior no Brasil, Rio de Janeiro, Petrópolis, Edit. Vozes, 1982.
- GRILLO, A., A Terra Tolhida: a escola rural em área de produção familiar, São Paulo, FFCL "Barão de Mauá, R.P., 1978 (tese de mestrado).
- GUSMÃO, M.M.M., Campinho da Independência, um caso de proletarização "Caiçara", São Paulo, PUC-SP, 1979 (tese de mestrado).
- HEMPEL, Carl G., Filosofia da Ciência Natural, Rio de Janeiro, Edit. Jahar, 1974, 2ª edição.
- HERSKOVITS, Melville J., Antropologia Cultural São Paulo, Edit. Mestre Jou, (sem data), 8ª edição, Tomo II, vol. 1 e 2.
- IANNI, Octávio, Teorias de Estratificação Social, São Paulo, Editora Nacional, 1973.
- IANNI, Octávio (org.), Karl Marx: Sociologia, São paulo, Edit. Ática, 1980.
- KAPLAN, A., A Conduta na Pesquisa, São Paulo, Herder, 1969.
- KERLINGER, F., Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais, São Paulo, EPU, EDUSP, 1980.
- KONDER, Leandro, O que é Dialética, São Paulo, Edit. Brasiliense, 1982.

- KRAEMER, M.C., Malhas da Pobreza, exploração do trabalho de pescadores artesanais na Baía de Paranaguá, São Paulo, PUC-SP, 1978 (tese de mestrado).
- KUHN, Thomas, A Estrutura das Revoluções Científicas, São Paulo, Edit. Perspectiva, Edição Debates, nº 115.
- LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo, Aspirações à Educação, à Ocupação e ao Êxito Social, São Paulo, CERU e FFLCH/USP, 1984 (Coletânea de Textos nº 7).
- LEMONS, Zélia de Andrade, Curitibanos na História do Contestado, Santa Catarina, Edit. do Governo do Estado de Santa Catarina, 1977.
- LINTON, Ralph, O Homem uma Introdução à Antropologia, São Paulo, Edit. Martins Fontes, 1981, 11ª edição.
- MAKARENKO, Antonio S., El camino Hacia la Vida (Poema pedagógico) Montevideo, Ediciones Pueblos Unidos, 1945.
- MAKARENKO, Antonio S., Conferências sobre Educação Infantil, São Paulo, Edit. Moraes, 1981.
- MALINOWSKI, B., Uma teoria Científica da Cultura, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970.
- MARQUES, Lilian A.B., O Pescador Artesanal do Sul, Rio de Janeiro, MEC, FUNARTE, Inst. Nacional de Folclore, 1980.
- MARTINS, Carlos B., O que é Sociologia, São Paulo, Edit. Brasiliense, 1982, 2ª edição.

- MEDINSKI, E., Anton Seminovich Makarenko, Su Vida y Creación Pedagógica, Moscú, Edición de la Academia de Ciências Pedagógicas de la RSFSR, 1949.
- MONROE, Paul, História da Educação, São Paulo, Cia. Edit. Nacional, 1974.
- MONTEIRO, Jaecyr, A Contribuição da Escola Familiar Rural de São José ao Meio Rural Catarinense, Santa Catarina, FUCAT, 1982.
- MONTEIRO, Jaecyr, Nacionalização do Ensino, Florianópolis, UFSC, 1984.
- MOURÃO, Fernando A.A., Os Pescadores do Litoral Sul do Estado de São Paulo, um estudo de Sociologia Diferencial, São Paulo, USP, 1971 (tese de doutoramento), mimeo.
- MUSSOLINI, G., Ensaio de Antropologia Indígena e Caiçara, organização de Edgar Carone, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- NIDELCOFF, maria Tereza, Uma escola para o Povo, São paulo, Edit. Brasiliense, 1979, 3ª edição.
- NOGUEIRA, Oracy, Pesquisa Social, São paulo, Edit. Nacional, 1968.
- NOSELLA, PADO, Uma Nova Educação para o Meio Rural, São Paulo, PUC-SP, 1977, (tese de mestrado).
- OLIVEIRA, Lygia E.de, Cajuí - Socialização em uma Comunidade Praiana, Recife, Imprensa Universitária, 1966.
- PASSETTI, Edson, Política Nacional do Bem-Estar do Menor, São Paulo, PUC-SP, 1982 (tese de mestrado).

- PELLIZZETTI, B., Pioneirismo Italiano no Brasil Meridional, Curitiba, Inst. Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1981.
- PEREIRA, Luiz, Urbanização e Subdesenvolvimento, Rio de Janeiro, Zahar Edit., 1973, 2ª edição.
- PIAZZA, Walter F., A Colonização Italiana em Santa Catarina, Edit. do Governo do Est. de Santa Catarina, 1976.
- PIAZZA, Walter F., Santa Catarina: sua História, Florianópolis, Edit. da UFSC e Edit. Lunardelli, 1983.
- PIAZZA, Walter F., A Colonização de Santa Catarina, Porto Alegre, Pollotti, 1982.
- PISTRAK, Fundamentos da Escola do Trabalho, São Paulo, Edit. Brasiliense, 1982.
- POULANTZAS, Nicos, As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje, Rio de Janeiro, Zahar Edit., 1975.
- PRADO, Caio Jr., Evolução Política no Brasil e outros Estudos, São Paulo, Edit. Brasiliense, 1961, 3ª edição.
- PRIMO, A.V., Influência do Rural e do Urbano na Educação e na Cultura de Londrina, São Paulo, Fac. de Bauru, 1977 (tese de mestrado).
- QUEIROZ, Maria Isaura de, Variações sobre a Técnica de Gravador no Registro de Informação Viva, São Paulo, CERU, USP, 1983, (Col. de Textos, nº 4).

- ROSSI, Wagner G., Capitalismo e Educação, São Paulo, Edit. Moraes, 1980.
- ROSSI, Wagner G., Pedagogia do Trabalho: Raízes da Educação Socialista, São Paulo, Edit. Moraes, vol. 1, 1981.
- ROSSI, Wagner G., Pedagogia do Trabalho: Caminhos da Educação Socialista, São Paulo, Edit. Moraes, vol. 2, 1982.
- RUMMEL, Francis, Introdução aos Procedimentos de Pesquisa em Educação, Porto Alegre, Edit. Globo, 1972.
- SAINT-HILAIRE, Viagem à Província de Santa Catarina, (1820), São Paulo, Cia. Edit. Nacional, 1936.
- SANTOS, Doralécio, Boi de Mamão Catarinense, Cadernos Folclores, nº 27.
- SCHRADER, Achim, Introdução à Pesquisa Social Empírica, Porto Alegre, Edit. Globo e Edit. Univers. Fed. do R.G.S., 1974.
- SELLTIZ, Claire et alii, Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais São Paulo, EPU e Edit. da USP, 1974.
- SHAPIRO, Harry L., Homem, Cultura e Sociedade, Rio de Janeiro, Edit. Fundo de Cultura, 1956.
- SILVA, Eunice Leite, Aspirações da População Rural do Município de Faxinol do Soturno, Porto Alegre, UFRS, 1979 (tese de mestrado)

- SILVA, Sonia Aparecida Ignácio, Valores em Educação: o problema da compreensão e da operacionalização dos valores na prática educativa, São Paulo, PUC-SP, 1985 (tese de mestrado).
- SILVA, Yeda Maria F., Trindade: Sobrevivência e Exploração, São Paulo, PUC-SP, 1979 (tese de mestrado).
- SINGER, Paul e outros, organizado por Jaime Pinsky, Capital e Trabalho no Campo, São Paulo, Hucitec, 1979.
- SNYDERS, Georges, Escola, Classes e Luta de Classes, Lisboa, Moraes Editores, 1977
- SOUZA SOBRINHO, A.F., A escola Rural de Campo Maior: um estudo de caso, Rio de Janeiro, PUC-RJ, 1983 (tese de mestrado).
- SPAGNOLO, F., A Escola Rural em Barra da Corda, Expectativa e Realidade, Rio de Janeiro, 1979 (tese de mestrado).
- SZMRECSANYI, T., e QUEDA, O., Vida Rural e Mudança Social, São Paulo, Cia. Edit. Nacional, 1976.
- TAUNAY, Affonso de E., Em Santa Catarina, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1936.
- TEDESCO, Juan Carlos, Sociologia da Educação, São Paulo, Cortez Edit. e Edit. Autores Associados, 1983.
- THIOLLENT, M., Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária, São Paulo, Edit. Polis, 1982.
- THIOLLENT, M., Metodologia da Pesquisa - Ação, São Paulo, Cortez Edit. e Edit. Autores Associados, 1985.

VELHO, Octávio G., PALMEIRA, Moacir G.S., e BERTELLI, Antonio R., (organizadores), Estrutura de Classes e Estratificação Social, Rio de Janeiro, Zahar Edit., 1974, 5ª edição.

VILLELA, Marilda Clelia L., Proposta de uma Prática Pedagógica para Menores Autores de Infração Penal Institucionalizados - Uma Pedagogia do Trabalho, São Paul PUC-SP, 1983 (tese de mestrado).

VIOLANTE, M.L., O Dilema do Decente Malandro, São Paulo, PUC-SP, (tese de mestrado).

WERTHEIN, J. e BORDENAVE, J.D., (org.), Educação Rural no Terceiro Mundo - Experiências e Novas Alternativas, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

WILLEMS, Emílio, Uma Vila Brasileira, São paulo, Difusão Européia do Livro, 1961.

Artigos

- ARAUJO FILHO, J.R. de, "O caiçara na região de Itanhaem", Boletim Paulista de Geografia, nº 2, S.Paulo, julho de 1949.
- ASHBY, J., KLES, S., PACHICO D. e WELLS, Stuart "Desenvolvimento Agrícola e Capital Humano: O Impacto da Educação e da Comunicação", in WERTHEIN, J. e BORDENAVE, J.D. (org.), Educação Rural no Terceiro Mundo Experiências e Novas Alternativas, R.J., Paz e Terra, 1981.
- AZEVEDO, Ederlinda P. de, "A Instituição Escolar na Área Rural em Minas Gerais: Elementos para se pensar uma proposta de escola", Cadernos Cedes, nº 11, S.P., Cortez Edit., 1984: 31-40.
- BASTIDE, Roger, "Introdução a Dois Estudos sobre a Técnica das Histórias de Vida", in QUEIROZ, Maria Isaura P.de, Variações sobre a Técnica de Gravador no Registro de Informações Viva, S.P., CERU, 1983.
- BASTIDE, Roger, "Religião e Igreja no Brasil" in Brazil Portrait of half a Continent, The Dryden Press, New York, 1951.
- BERNARDES, L.M.C. e BERNARDES, N., "A Pesca no Litoral do Rio de Laneiro", Revista Brasileira de Geografia, R.J., ano XII, nº1, janeiro-março de 1950: 17-53.
- BERNSTEIN, Basil, "Estrutura Social, Linguagem e Aprendizagem", in PATTO, Maria Helena Souza, Introdução à Psicologia Escolar, S.Paulo, T.A. Queiroz. Editor. Ltda., 1985: 129-151.

BERTOLETTI, J.J. e outros, "Aspectos Sócio-econômicos da Comunidade Pesqueira da bacia Interior do Mambipuba", R.S./S.C., Comunicações do Museu de Ciências da PUC-RS, Porto Alegre, PUC-RGS, nº 14, 1983: 1-39.

BOAVENTURA, Edvaldo, "Educação não Formal e Preparação para o Trabalho", in SOUZA, Paulo, N.de, Educação, Escola e Trabalho, S.Paulo, Livraria Pioneira Ltda., 1984.

BRANDÃO, Carlos R., "Casa da Escola: Cultura Camponesa e Educação Rural", Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, vol. 64, nº 148, 1983:325-327.

BRUSCHINI, Cristina e MADEIRA, Felícia Reicher, "A Família, a Estrutura Social e as Formas de Participação na Produção Social", Cadernos Ceru, S.P., nº 18, maio de 1983: 147-186.

CALAZANS, Maria Julieta, e SILVA, Helio R.S., "Estudo Retrospectivo da Educação Rural no Brasil", Educação no Meio Rural, (Anais do Seminário de Educação no Meio Rural , Ijuí, R.S., junho de 1982), Brasília, Inep, 1983.

CALAZANS, M.J., CASTRO, L.F.M. de e SILVA, H.R.S., "Questões e Contradições da Educação Rural no Brasil", in WHERTHEIN, J. e BORDENAVE, J.D., (org.), op. cit.

CÂNDIDO, Antonio, "A Família Brasileira" in SMITH, L. e MARCHANT, A., Brazil Portrait of half a Continent, The Dryden Press, New York, 1951: 291-311.

CARVALHO, Célia Pezzolo, "A ilusão da escola e a realidade do trabalho", Em Aberto, ano 1, nº 1, Inep, MEC, Brasília, 1981.

- CASTILLO, Juan José e PRIETO, José, "Trabajo Productivo", Diccionario de Ciencias Sociales, vol. 2, Madrid, 1975: 1081-1084.
- CASTRO, Cláudio de Moura, "Secundário Profissionalizante: prêmio de consolação?", Em Aberto, ano 1, nº 1, op. cit.
- CASTRO, Luis Felipe M.de, "Processo Educativo e Realidade Rural", Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, vol. 63, nº 146, janeiro/abril, 1980: 371.
- CAVALCANTI, P.P.L., "Estatística de Pesca no Brasil", Sudepe, (trabalho interno fornecido pela instituição).
- CURY, Carlos Jamil, "Educação e Contradição", Em Aberto, ano III, nº 22, Brasília, julho/agosto, 1984, (resenha: tese de mestrado, S.P., PUC-SP, 1979).
- DELAMONT, Sara e HAMILTON, D., "A pesquisa em sala de aula: uma crítica a uma nova abordagem", in PATTO, Maria Helena Souza, op. cit.,: 378-398.
- DEMARTINI, Zeila F., e LANG, Alice Beatriz, "Educando para o Trabalho: a família e a escola como agências educadoras, comunicação de pesquisa", Educação no meio Rural, op. cit.
- DEMARTINI, Zeila F., e LANG, Alice Beatriz, "Educando para o Trabalho", Ciência e Cultura, 36 (2), fev. 1984: 181-193.
- DEMO, Pedro, "Educação Rural - sua sintonia com o desenvolvimento", Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, op. cit.,

FUKUI, Liz, "Educação e Meio Rural: Breve Contribuição Visando a Proposição de Temas para a Pesquisa Sócio Educacional", Em Aberto, MEC, INEP, Brasília, ano 1, nº 9, set. 1982.

FUKUI, Lia F.G., SAMPAIO E.M.S. e BRIOSCHI, L.R., "A Desescolarização, o trabalho infantil e a questão do menor", Revista Brasileira de Estudos pedagógicos, vol. 64, nº 148, op. cit.

FURTADO, Lourdes G., e NASCIMENTO, Ivete H., "Pescadores-de-linha no Litoral Paranaense: uma contribuição aos estudos de campesinato na Amazônia", Belém, Pará, Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, nº 82, abril, 1982.

GADOTTI, M., "Elementos para a Crítica da Questão da Especificidade da Educação", Em Aberto, (versão ampliada da apresentação feita no seminário "Natureza e especificidade da Educação", ano III, nº 2, op. cit.

GARDENTIA, José A., "Educación", Diccionario de Ciencias Sociales, vol. 1, Madrid, 1975: 766-768.

GOHN, Maria da Glória, "A Pesquisa das Ciências Sociais Considerações Metodológicas", Cadernos Cedes, nº 12, S.P., 1984: 3-14.

GOMES, Josildeth, "A Educação nos Estudos de Comunidades no Brasil", Educação e Ciências Sociais, R.J., CBPE, ano I, vol. 1, nº 2, agosto 1956: 63.

GOUVEIA, Aparecida Joly, "O Trabalho do menor: necessidade transfigurada em virtude", Cadernos de Pesquisa, S.P., (Fund. Carlos Chagas), nº 44, fev. 1983.

- GROSSI, Francisco V., "La investigación participativa en la educación de Adultos en América latina: alguns problemas relevantes" Cadernos Cedes, nº 12, S.P., Cortez Edit., 1984: 45-56.
- GUIDI, Maria L.M., "Elementos de Análise dos Estudos de Comunidades, realizados no Brasil e publicados de 1948 a 1960", Educação e Ciências Sociais, R.J., CBPE, ano VII, vol. 10, nº19, jan./abril 1962: 45.
- Haidar, M.de L.M., "Natureza e Especificidade da Educação, Subsídios para a reformulação dos cursos de preparação de Recursos Humanos para a Educação", Em Aberto, ano III, nº 22, op. cit.
- IANNI, O., "Relações de Produção e Proletariado Rural", SZMREC-SANYI, T. e QUEDA, O., op. cit.
- ÍCARO, Revista de Bordo da Varig, "Um Caso de Amor pelas praias de Santa Catarina", Ano II, nº 16, 1985: 60-64.
- INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DO CEARÁ E SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ, "O Trabalho do Menor no Setor Informal", Fortaleza, Ceará, IPLANCE, 1980, (série, Rel. de Pesquisa, nº 1).
- KOCK, Zenir Maria, "Situação do Ensino de 1º Grau nas Zonas Rurais e Urbanas de Santa Catarina", Educação no Meio Rural, op. cit.
- LAGO, P.F., "Condições Sociais e Econômicas do Pescador Artesanal e Aspectos da Evolução da Atividade Pesqueira em Santa Catarina", Florianópolis, Acordo de Pesca, 1967, mimeo.
- LAGO, P.F. de A., "Contribuição Geográfica ao Estudo da Pesca no Litoral de Santa Catarina", Revista Brasileira de Geografia, R.J., jan./março, 1961: 121-125.

- LEVI-STRAUSS, "A Família" in SHAPIRO HARRY, Homem, Cultura e Sociedade, op. cit.
- LIBÂNEO, J.C., "Saber, saber ser, saber fazer. O conteúdo do fazer pedagógico", Revista da Associação Nacional de Educadores (ANDE), 1983, (nº especial).
- LOPES, Rauquel M., "Socialização e Organização Familiar Rural", Cadernos Cedes, nº 11, S.P., Cortez Edit., 1984: 42-49.
- MAGENDZO, A., BARRA, N., e GONZALES, L., "Estudio comparado sobre los cambios e innovaciones en la educación técnica y la formación professional en América latina y el Caribe", Santiago, Chile, UNESCO; Of. Regional de Educación de la UNESCO para América Latina y el Caribe, 1981, Em Aberto, ano 1, nº 1, op. cit. (resenha).
- MALASSIS, Louis, "Educação e Desenvolvimento Rural", in SZMRECSANYI T., e QUEDA, O., op. cit.,
- MARAVALL, José M., "Trabajo, trabajador", Diccionario de Ciencias Sociales, op. cit.,: 1076-1080.
- MARTINS, José de Souza, "A valorização da Escola e do Trabalho no Meio Rural", Debate e Crítica, S.P., nº 2, jan./julho de 1974: 112-132.
- MELLO, Guiomar N. de, "Observação da Interação Professor-Aluno: uma Revisão crítica". in PATTO, Maria Helena Souza, op. cit.: 361-377.
- MERCER, J.L. e GUIMARÃES, M.I., "Aspectos do ensino de Português no Meio Rural", Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, op. cit.: 327.
- MULLER, Nice Lecocq, "Uma Vila do Litoral Paulista: Icapara", Boletim Paulista de Geografia, nº 1, S.P., março de 1949.

MUSSOLINI, Gioconda, "Os Japoneses e a pesca comercial no Litoral Norte de São Paulo", Revista do Museu Paulista, S.P., vol 14, nova série, 1963.

NAGEL, E., "A Ciência: Natureza e Objetivo", in: MOGENBESSER, Sidney (org.) Filosofia da Ciência, S.P., Ed. Cultrix e USP, 1975, 2ª edição.

PATTO, Maria Helena Souza, "A observação Antropológica da interação professor-aluno: resumo de uma proposta", in PATTO, Maria Helena Souza, op. cit.: 399-407.

PETTY, M., TOMBIM, A., e RODRIGO, V., "Uma alternativa de Educação Rural", in WERTHEIN J. e BORDENAVE, J.D. (org.), op. cit.: 31-63.

PINTO, J.B., "A Educação de Adultos e o desenvolvimento Rural", in WERTHEIN J. e BORDENAVE J.D., op. cit., 65-104.

POLINÉSIO, M.I., "Marginalização no Litoral Sul do Estado de São Paulo", Faculdade de Arquitetura da Universidade Mackenzie, S. P., 1977 (mimeo.).

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, "As Classes Sociais no Brasil Atual", Cahiers Internationaux de Sociologie, vol. XXXIX, 1965.

_____ . "Bairros Rurais Paulista", Separata da Revista do Museu Paulista, Nova Série, vol. XVII, S. P., 1967.

_____ . "Dialética do Rural e do Urbano", in BLAY, Eva A., (org.) A Luta pelo Espaço: Textos de Sociologia Urbana, Petrópolis, Ed. Vozes Ltda., 1978: 21-73.

QUEIROZ, Maria Isaura P.de, "Do Rural e do Urbano no Brasil, in SZMRECSANYI, T. e QUEDA, O., Vida Rural e Mudança Social, op. cit.,

_____. "Mandonismo Local na Vida Política Brasileira (da Colônia à Primeira República)" Estudos de Sociologia e História, S.P., Ed. Anhembi, 1957.

RABELO, M.A.de M. e GOMES, Nilcéia M., "Trabalho, Conhecimentos e Escola em regiões de pequena produção Rural em Minas Gerais", Cadernos Cedes, nº 11, S.P., Cortez Ed., 1984.

RODRIGUES, Otávia F. de, "A Relação entre Trabalho e Conhecimento Camponês", Cadernos Cedes, nº 11, S.P., Ed. Cortez, 1984: 50-56.

SANDRINI, J., "Enfants Trouvés, Enfants Ouvriers (17e 19e siècle) Paris, Ed. Aubier Montagne, 1982, 155 p. (resenha apresentada por QUEIROZ, M.I.O. de em Cadernos CERU, nº 18, op. cit.: 225.

SANTOS, M.D., "Evasão Escolar e Repetência nas Comunidades Pesqueiras de Santa Catarina", Fundação Educacional de Santa Catarina, 1968, rel. de pesquisa (mimeo.).

SAVIANI, Demerval, "Sobre a Natureza e Especificidade da Educação", Em Aberto, ano III, nº 22, op. cit.

SCHULTZ, P. e CHESTERFIELD, Ray, "Educação e Desenvolvimento Rural Integrado", Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, vol. 63, nº 146, op. cit.

SILVA, J.I., "A natureza e a Especificidade da Educação - Subsídios para uma reflexão sobre a formação do Educador", Em Aberto, ano III, nº 22, op. cit.

SINGER, P., "Agricultura e Desenvolvimento Econômico", in SZMRECSANYI, T., e QUEDA, O., op. cit.

STAVENHAGEN, R., "A Comunidade Rural nos Países Subdesenvolvidos", in SZMRECSANYI, T. e QUEDA, O., op. cit.

TAVARES, C.A., "Educação Agrícola em Escolas Rurais", Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, vol. 63, nº 146, op. cit.

TRAGTENBERG, Maurício, "Pistrak: uma Pedagogia Socialista", in PISTRAK, op. cit.

WILLEMS, Emílio, "O Problema Rural Brasileiro do Ponto de Vista Antropológico", Secretaria da Agricultura, Ind. e Com. do Est. de São Paulo, S.P., 1944.

Dados Estatísticos

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - Censo Agropecuário, 1980, R.J., Vol. 2, Tomo 3, nº 21, 1984.

. - Censo Comercial, 1980 (vol.4 nº21)

. - Censo Demográfico, 1970, R.J., Tomo XX, (Santa Catarina), 1974.

. - Censo Demográfico/Dados Distritais, 1980, R.J., Vol. 1, Tomo 3, nº 19, 1982.

. - Censo Demográfico, (Dados Gerais, Migração, Instrução, Fecundidade, Mortalidade), 1980, R.J., Vol. 1, Tomo 4, nº 21.

. - Censo Industrial, 1970, R.J., Tomo XX, (Santa Catarina), 1974.

. - Censo Industrial, 1980, R.J., Vol.3, Tomo 2, Parte 1, nº 21 (Santa Catarina), 1984.

. - Anuário Estatístico da Pesca, Vol. 1, nº 1, 1980 - R.J., 1983.

. - Estatística da Pesca - Brasil, Grandes Regiões, vol. 3, nº 2, 2º semestre/1982.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- Estatística da Pesca, vol. 3, nº 1, 1º semestre 1982, R.J., 1983.

. - Sinopse Preliminar do censo Agropecuário, 1980.

. - Produção Agrícola Municipal, 1982, Culturas Permanentes e Temporárias, R.J., Vol. 9, Tomo 6, (Região Sul).

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, Sudepe, Anuário Estatístico da Pesca, Agência Itajaí, S.C., (Quadro fornecido pela instituição).

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - Estado de Santa Catarina, Unidade de Documentação e Informática, Série Retrospectiva do Ensino de 1º Grau, 1970-1980, Município de Porto Belo.

. Estado de Santa Catarina, 13ª Unidade de Coordenação Regional, Escola Isolada do Araçá, Porto Belo, Retrospectiva 1974-1984.

O Estado, Florianópolis, 18.1.1984.

Documentos legais

Brasil - Costa Sul - Enseada da Caixa D'Aço, Parte da Carta Marítima 1810. Levantamento efetuado pela Marinha do Brasil, 1938, Data da publicação: 15 de outubro de 1940.

Brasil - Costa Sul - Enseada da Caixa D'Aço, Carta Marítima nº 1810. Levantamento efetuado pela Marinha do Brasil, 1938. Data da publicação: 15 de outubro de 1940.

Conselho Estadual de Cultura, Estado de Santa Catarina, Calendário Cultural - 1984.

Mapa: Distância (em km) de algumas capitais brasileiras e localidades vizinhas de Porto Belo, in "Isto é Porto Belo", Prefeitura Municipal de Porto Belo, S.C. (folheto).

Mapa Político, Porto Belo, Santa Catarina, Prefeitura do Município de Porto Belo, S.C., Plano Diretor Físico-Territorial, 1984.

Plano Diretor Físico Territorial, Prefeitura do Município de Porto Belo, S.C., 1984.

Foto 1 - O Araçá
(vista do morro)

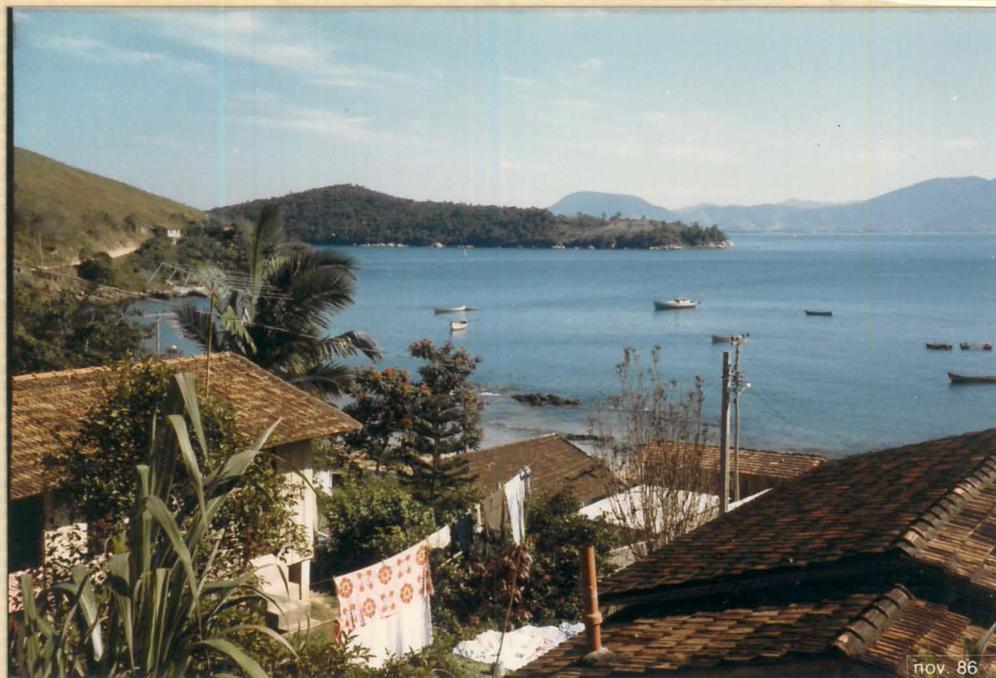


Foto 2 - A rede faz parte do
cotidiano do Araçá



Foto 3 - Os moradores do Araçá



Foto 4 - A única rua do Araçá



Foto 5 - A Prainha



Foto 6 - A Praia da Caixa D'Aço



Foto 7 - O lixo na praia e a criança



O trabalho infanto-juvenil



Foto 8 - Meninos trabalhadores



Foto 9 - Meninos remando:
pesca do arrastão

Foto 10 - Menino tecendo rede

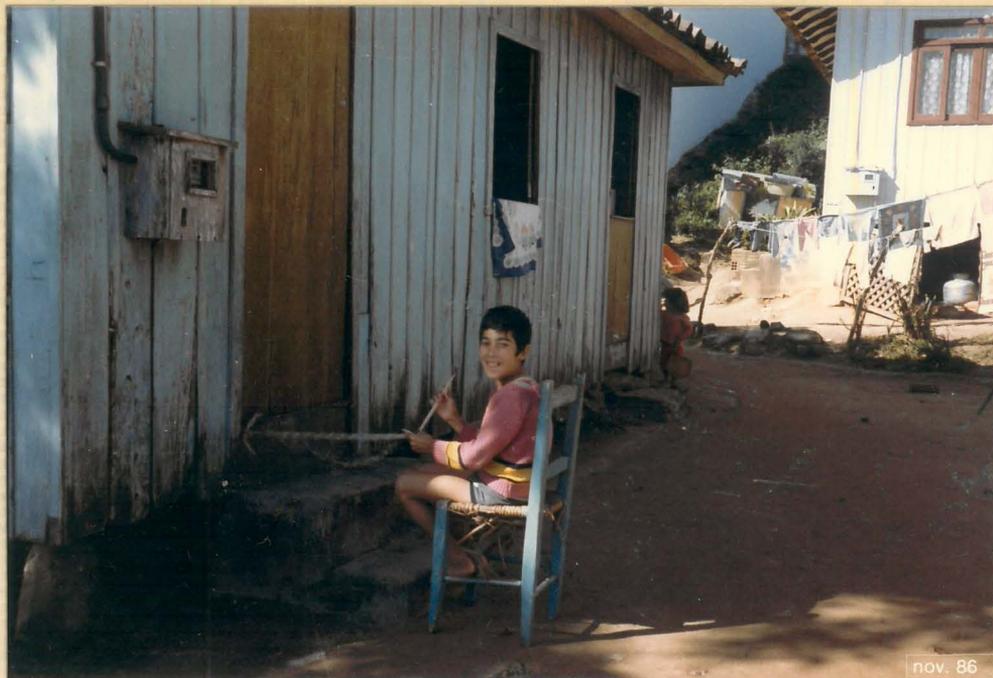


Foto 11 - Meninos mergulhadores com o resultado do trabalho



Foto 12 - Conchas à Venda



Foto 13 - Carregadores de marmitas



Foto 14 - O trabalho das jovens



Foto 15 - Meninos trabalhadores e alunos da escola